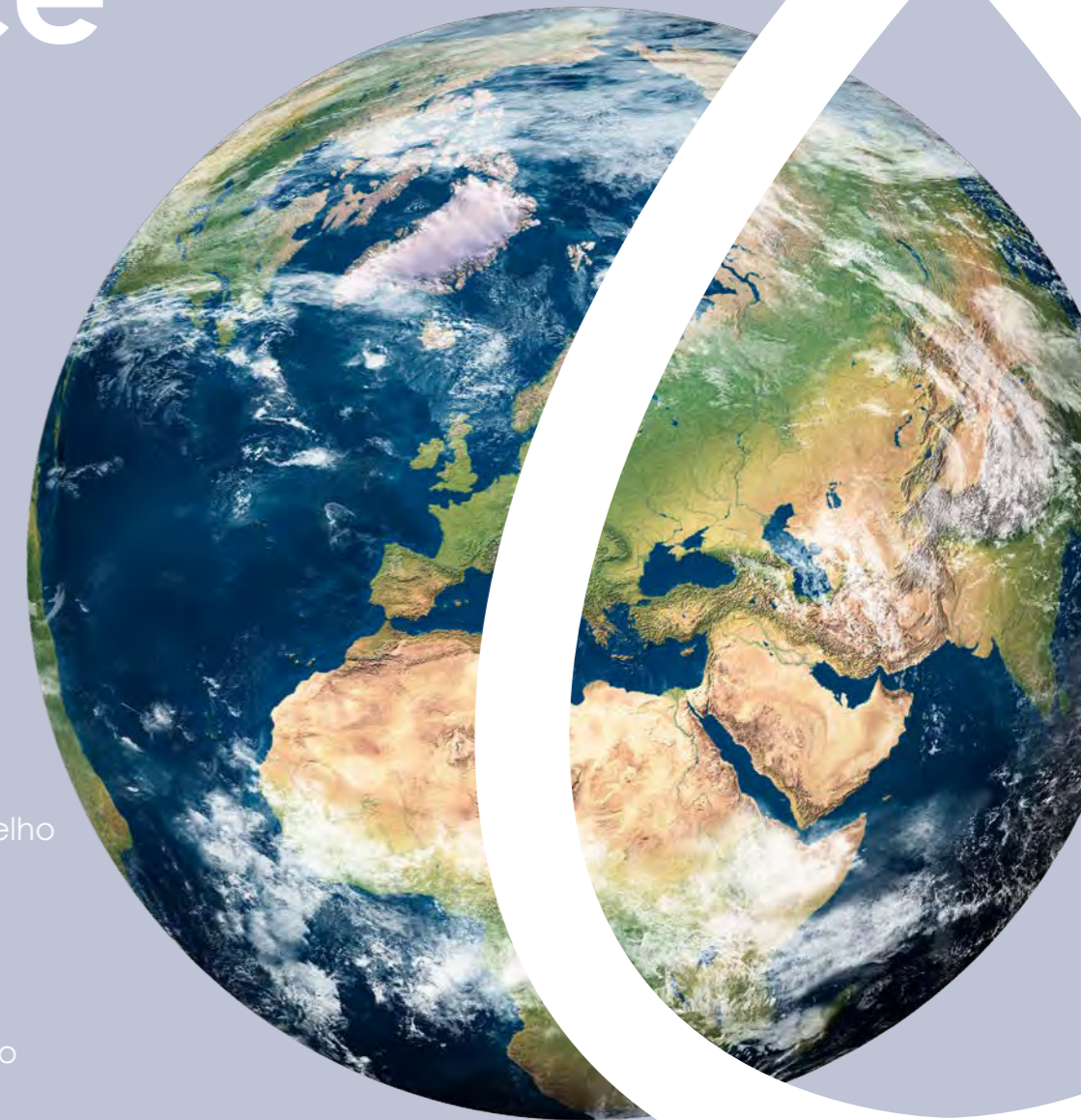




Valorizar o Ambiente é proteger a Vida

Relatório e Contas 2021

Índice



1. Mensagem do Conselho de Administração

2. Governança

3. Relatório do Conselho de Administração

4. Balanço em 31 de dezembro de 2021

5. Demonstração dos Resultados por Naturezas para o período findo em 31 de dezembro de 2021

6. Demonstração das Alterações no Capital Próprio para o período findo em 31 de dezembro de 2021

7. Demonstração dos Fluxos de Caixa para o período findo em 31 de dezembro de 2021

8. Anexo às Demonstrações Financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2021

9. Certificação Legal das Contas relativa ao período findo em 31 de dezembro de 2021

10. Relatório e Parecer do Fiscal Único relativo ao período findo em 31 de Dezembro de 2021

11. Considerações finais

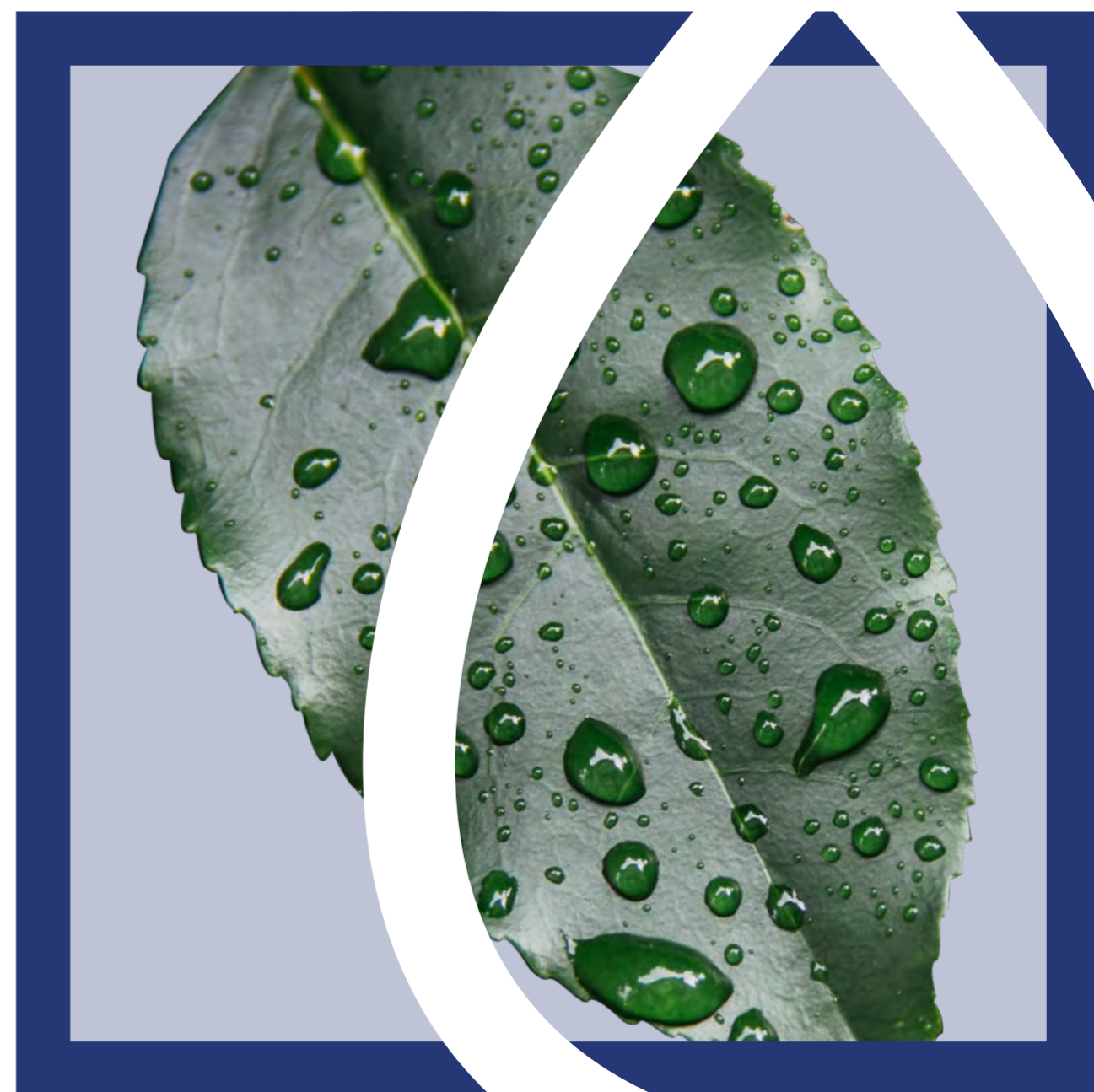


1	MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	8	3.5. SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	35	3.7.9.2. RECOLHA PORTA-A-PORTA RESIDENCIAL – PAP ANTAS	56	3.8.4. PROCESSOS DE CONTRAORDENAÇÃO	64
2	GOVERNANÇA	14	3.6. GESTÃO DE RESÍDUOS URBANOS	37	3.7.9.3. RECUPERAÇÃO DE VIDRO – PROJETO PILOTO	57	3.8.5. ÁREA COMERCIAL	64
	2.1. OBJETO SOCIAL E ESTRUTURA DE CAPITAL	16	3.6.1. EVOLUÇÃO DE RESÍDUOS RECOLHIDOS, POR PERÍODO E NATUREZA DE RESÍDUO	37	3.7.10. OUTRAS PARTICIPAÇÕES	58	3.8.6. FISCALIZAÇÃO DA LIMPEZA DO ESPAÇO PÚBLICO	65
	2.2. FONTES DE RECEITA	17	3.6.1.1. TONELADAS TOTAIS RECOLHIDAS NO ANO DE 2021	37	3.7.10.1. BIORRESÍDUOS – SIMULADOR DE CENÁRIOS DE SEPARAÇÃO E RECICLAGEM NA ORIGEM E RECOLHA SELETIVA	58	3.8.7. LIMPEZA DE FACHADAS	66
	2.3. ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS	17	3.6.1.2. TONELADAS RECOLHIDAS NO ANO DE 2021 E 2020, POR FRAÇÃO	38	3.7.10.2. BIOWASTE CLUB – PROJETO HOOP	58	3.8.8. COMUNICAÇÃO	66
	2.3.1. MISSÃO	17	3.6.2. METAS DE RECOLHA SELETIVA	40	3.7.10.3. CONSULTAS PÚBLICAS	58	3.8.8.1. COMUNICAÇÃO OFFLINE – SENSIBILIZAÇÃO DIRECIONADA	67
	2.3.2. VISÃO	18	3.6.3. DESTINO FINAL DOS RESÍDUOS	41	3.7.11. ESTÁGIOS CURRICULARES	59	3.8.8.2. COMUNICAÇÃO ONLINE	68
	2.3.3. VALORES	18	3.7. PLANEAMENTO, INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO	43	3.7.11.1. ANÁLISE DA GESTÃO DE RESÍDUOS DAS ENTIDADES LOCALIZADAS NA ZONA INDUSTRIAL DO PORTO	59	3.8.8.3. NEWSLETTER	68
	2.3.4. ÓRGÃOS SOCIAIS	18	3.7.1.1. PAPELEIRAS	43	3.7.11.2. DESENVOLVIMENTO DE UM SISTEMA DE DEPOSIÇÃO E RECOLHA DE RESÍDUOS VERDES NO SETOR NÃO RESIDENCIAL DE PEQUENA PRODUÇÃO	59	3.8.8.4. CAMPANHAS DE SENSIBILIZAÇÃO	69
3	RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	20	3.7.1.2. PROJETOS URBANÍSTICOS	44	3.7.11.3. DESENVOLVIMENTO DE UM SISTEMA DE DEPOSIÇÃO DE RESÍDUOS DOMÉSTICOS PERIGOSOS ADAPTADOS AO MUNICÍPIO DO PORTO	60	3.8.8.5. NOTÍCIAS	69
	3.1. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO E PERSPETIVAS PARA 2022	22	3.7.2. RECOLHA PORTA-A-PORTA (PAP)	44	3.7.11.4. IMPLEMENTAÇÃO DE UM SISTEMA DE RECOLHA PORTA-A-PORTA RESIDENCIAL NA ZONA DAS ANTAS	60	3.9. RECURSOS HUMANOS	70
	3.1.1. CONTEXTO INTERNACIONAL	22	3.7.2.1. RESIDENCIAL	44	3.7.11.5. DESENVOLVIMENTO DE UM SISTEMA DE DEPOSIÇÃO DE PROXIMIDADE EM ZONAS DE DIFÍCIL ACESSO	61	3.9.1. VÍNCULO LABORAL	72
	3.1.2. A ECONOMIA PORTUGUESA	25	3.7.3. RECOLHA DE BIORRESÍDUOS	48	3.7.11.6. ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO DE UM SISTEMA PAYT NO MUNICÍPIO DO PORTO	61	3.9.2. ABSENTISMO	72
	3.1.2.1. O MERCADO DE TRABALHO	27	3.7.3.1. PROJETO ORGÂNICO	48	3.7.11.7. ANÁLISE DOS ATUAIS SISTEMAS DE GESTÃO DE BIORRESÍDUOS	62	3.9.3. FORMAÇÃO	72
	3.1.2.2. INFLAÇÃO PROSPETIVA	28	3.7.4. RECOLHA DE RESÍDUOS VERDES	50	3.8. UNIDADE ORGÂNICA DE FISCALIZAÇÃO, ATIVIDADE NÃO REGULADA E COMERCIAL	62	3.9.3.1. DADOS DE FORMAÇÃO EM 2021	73
	3.1.3. O CONTEXTO MACROECONÓMICO E A ATIVIDADE DA PORTO AMBIENTE	28	3.7.5. PLANEAMENTO DO SERVIÇO DE LIMPEZA DO ESPAÇO PÚBLICO	52	3.8.1. SENSIBILIZAÇÃO/FISCALIZAÇÃO PREVENTIVA	62	3.9.3.2. OUTRAS ABORDAGENS DE FORMAÇÃO E/OU SENSIBILIZAÇÃO	75
	3.2. AJUSTAMENTOS LEGISLATIVOS NO ÂMBITO DA REDEFINIÇÃO DE ESTRATÉGIA E OBJETIVOS NA GESTÃO DE RESÍDUOS	29	3.7.6. AVALIAÇÃO DA QUALIDADE PELA ERSAR	52	3.8.2. FORMAÇÃO AMBIENTAL	63	3.9.4. SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO (SST)	75
	3.3. EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE, INVESTIMENTOS E RESULTADOS	33	3.7.7. ESTUDO MUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO DE UM SISTEMA DE RECOLHA DE BIORRESÍDUOS DO MUNICÍPIO DO PORTO	53	3.8.3. MONITORIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS	64	3.9.4.1. VISITAS AOS POSTOS DE TRABALHO (VPT'S)	75
	3.4. ATIVIDADES EM 2021	35	3.7.8. PROJETOS FINANCIADOS	53			3.9.4.2. PANDEMIA COVID-19	76
			3.7.8.1. CITYLOOPS	53			3.9.4.3. CONSULTA AOS COLABORADORES	77
			3.7.8.2. INTHERWASTE	54			3.10. ECOCENTROS	77
			3.7.8.3. INTERREG SUDOE - ECOVAL	54			3.10.1. FLUXOS RECECIONADOS	79
			3.7.8.4. ASPRELA + SUSTENTÁVEL	55			3.10.2. UTILIZADORES	79
			3.7.9. OUTROS PROJETOS EM DESENVOLVIMENTO	56			3.10.3. AÇÕES IMPLEMENTADAS E MELHORIAS ALCANÇADAS EM 2021	80
			3.7.9.1. SERVIÇO DE INTERVENÇÃO AMBIENTAL CUSTOMIZADA E GERAÇÃO+	56			3.10.4. AÇÕES A IMPLEMENTAR E PERSPETIVAS DE MELHORIA PARA 2022	80



3.13.2. ANO DE 2021	85	3.22.3. EXISTÊNCIA DE NEGÓCIOS ENTRE A SOCIEDADE E OS SEUS ADMINISTRADORES	96	Nota 1	108	Nota 12	129	
3.13.3. TIPOLOGIA DE PROCEDIMENTOS INSTITUÍDOS	86	3.22.4. AQUISIÇÃO OU ALIENAÇÃO DE QUOTAS PRÓPRIAS	96	IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE		PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES		
3.13.4. DADOS ESTATÍSTICOS DE CONTRATAÇÃO NO ANO DE 2021	86	3.22.5. SITUAÇÃO PERANTE O ESTADO E A SEGURANÇA SOCIAL	96	Nota 2		Nota 13		
3.13.5. CONTRATOS VISADOS PELO TRIBUNAL DE CONTAS	86			REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	109	ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO	129	
3.13.6. PROCEDIMENTOS REALIZADOS EM PLATAFORMA ELETRÓNICA DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA	87			Nota 3		Nota 14		
3.13.7. PROCEDIMENTOS A DESTACAR NO ANO DE 2021	87	4	BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	100	PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS	110	IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO	130
3.13.8. OPORTUNIDADES DE MELHORIA A IMPLEMENTAR	87	5			Nota 4	Nota 15		
3.13.8.1. DEFINIÇÃO DO CONCEITO, POLÍTICA, VISÃO E A IMPLEMENTAÇÃO DE PROCUREMENT SUSTENTÁVEL	87	DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	101	FLUXOS DE CAIXA	116	INSTRUMENTOS FINANCEIROS	132	
3.13.8.2. ELABORAÇÃO DE UM CÓDIGO DE CONDUTA PARA OS FORNECEDORES	88	6			Nota 5	Nota 16		
3.13.8.3. COMUNICAÇÃO	88	DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	102	PARTES RELACIONADAS	117	OUTRAS DIVULGAÇÕES	133	
3.13.8.4. DEFINIÇÃO DE METAS E INDICADORES PARA O ANO DE 2021	89	7			Nota 6	9		
3.13.8.5. AVALIAÇÃO DE FORNECEDORES	89	DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	104	ATIVOS INTANGÍVEIS	120	CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS RELATIVA AO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	138	
3.13.8.6. DEFINIÇÃO DE STOCKS DE SEGURANÇA	89	8			Nota 7	10		
3.14. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	91	ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	106	ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	121	RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO RELATIVO AO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	144	
3.15. CUMPRIMENTO DOS INDICADORES DE EFICÁCIA E EFICIÊNCIA PARA O ANO DE 2021	92				Nota 8	11		
3.16. ANÁLISE DOS CRITÉRIOS CONSTANTES DO ARTIGO 62º DA LEI N.º 50/2012, DE 31 DE AGOSTO, PARA O ANO DE 2021	94				LOCAÇÕES	CONSIDERAÇÕES FINAIS	148	
3.17. ENDIVIDAMENTO	94				Nota 9			
3.18. PRINCIPAIS RISCOS E INCERTEZAS E POLÍTICAS DE GESTÃO DO RISCO	94				IMPARIDADE DE ATIVOS			
3.19. PERSPETIVAS FUTURAS	95				Nota 10			
3.20. EVENTOS SUBSEQUENTES	95				INVENTÁRIOS			
3.21. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS	95				Nota 11			
3.22. DIVULGAÇÕES OBRIGATÓRIAS	96				RÉDITO			
3.22.1. PARTICIPAÇÕES DETIDAS POR ACIONISTAS	96							
3.22.2. EXISTÊNCIA DE SUCURSAIS DA SOCIEDADE	96							

Mensagem do Conselho de Administração



1 Mensagem do Conselho de Administração

“É ambição do Conselho de Administração que a Porto Ambiente seja continuamente reconhecida como uma organização de referência no setor, traduzindo assim o forte envolvimento de todos os stakeholders na concretização da sua estratégia.”

Recordamos, hoje, 2021 com um sentimento de felicidade e concretização, mas no detalhe das memórias que aqui relatamos, a verdade é que 2021 foi uma verdadeira “montanha-russa” de emoções, tal foi a forma acentuada que vivemos o momento “baixo”, e todos os momentos “altos” que, subsequentemente, foram conquistados ao longo do ano.

A **Porto Ambiente** depositava grande expectativa no arranque de 2021, acreditando que iria iniciar o período onde os impactos originados pela crise pandémica seriam progressivamente ultrapassados, mas isso não se verificou. Infelizmente, o início de 2021 registou uma nova vaga, a pior do ponto de vista dos impactos na vida humana, enaltecendo-se uma vez mais o empenho e desempenho excepcional demonstrado pelos nossos colaboradores, que têm vindo a enfrentar de forma corajosa os desafios da realidade atual.

Findo este exigente início e procurando ultrapassar o desgaste que a pandemia gerou em cada um de nós, a **Porto Ambiente** canalizou toda a sua energia,

vontade e competências na abordagem de novos desafios. Desafios esses superados de forma exímia, podendo-se assim recordar hoje, o ano de 2021, como um ano de sucessos, e que culminou com a atribuição, pela entidade reguladora, do Prémio de Excelência do serviço prestado ao consumidor, reconhecendo a Empresa como **a que presta o serviço de melhor qualidade na área dos resíduos**.

Durante este percurso, a **Porto Ambiente** destacou-se num conjunto de domínios e dos quais elencamos os seguintes:

▶ Arranque do projeto “Orgânico”, o qual no final de 2021:

- Conta com quase 26 mil aderentes, traduzindo uma taxa de adesão superior a 95%, e que representa um total de mais de 62 mil habitantes e cerca de 26% da população abrangida;
- Registou a colocação no período, de 402 equipamentos de recolha de proximidade;

- Foi responsável pela recolha de 733 toneladas de resíduos orgânicos.

▶ A evolução muito interessante nos quantitativos de resíduos recolhidos, na medida em que o total de resíduos se manteve sensivelmente idêntico ao ano anterior (aumento de 0,46%), mas com uma redução muito relevante na fração indiferenciada (menos 1 878 toneladas), e um crescimento relevante da fração seletiva (8,93%).

▶ O tão aguardado “regresso a casa” da **Porto Ambiente**, voltando a sua sede operacional a estar instalada no edifício sito na Rua de São Dinis, 249, no Porto, que oferece outras condições operacionais para o serviço de excelência que a empresa visa oferecer.

▶ O investimento no envolvimento das equipas da Gestão de clientes, traduzindo-se essas ações no aumento do número de adesões e reativações, nos segmentos dos Resíduos Orgânicos e Multimaterial.

▶ No âmbito da atividade da equipa de fiscalização e sensibilização, consideramos que a Formação Ambiental foi o “ex-libris” desta unidade no ano de 2021, traduzindo-se no desvio de 66 processos de contraordenação para formação ambiental, aos quais corresponde uma taxa de sucesso de 71%.

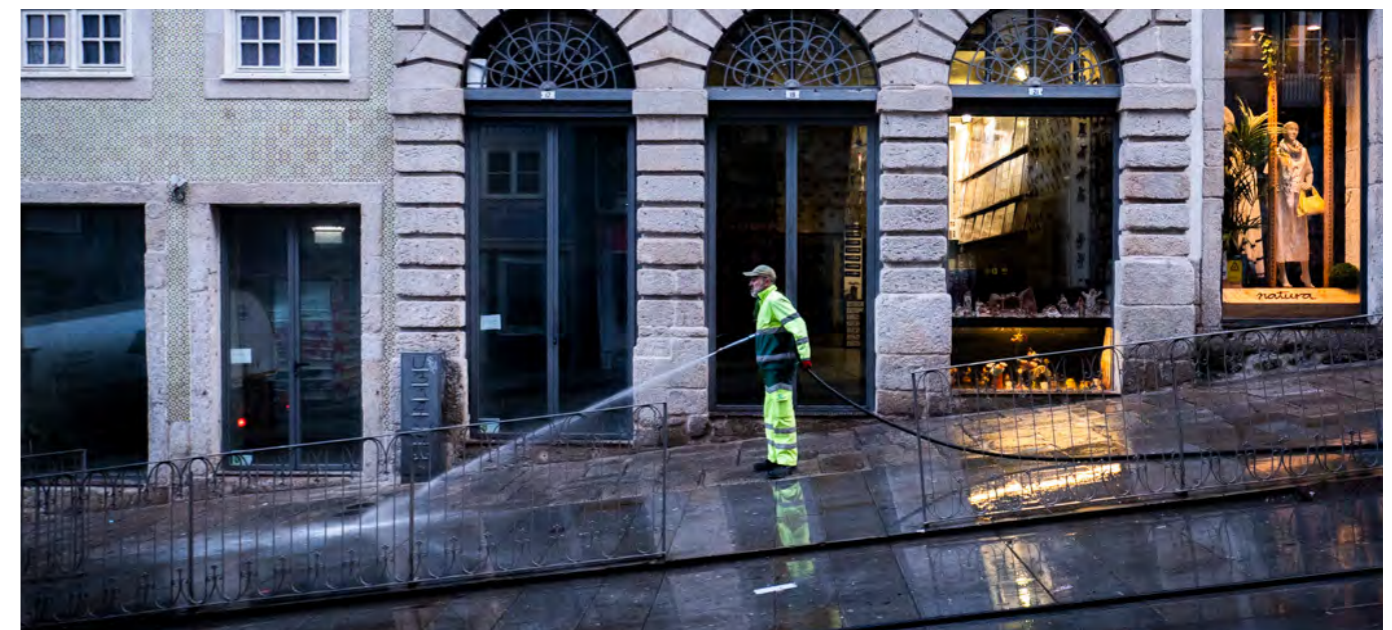
▶ A Limpeza do Espaço Público registou uma notável evolução no ano de 2021, com um aumento de

167 267 quilómetros varridos, acompanhada pelo aumento relevante de 32,11% nos quilómetros alvo de extirpação de vegetação espontânea (1 144 Km). Tendência igualmente verificada na Limpeza de Fachadas, atingindo a métrica de 148 842 m² de área limpa em 2021 (aumento de 4,47% face ao período homólogo).

▶ O arranque da operação de Limpeza das praias, decorrente da transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da gestão das praias marítimas, fluviais e lacustres integradas no domínio público hídrico do Estado. Esta atividade prevê, nomeadamente, a limpeza dos areais e rochas (cerca de 2,5 Km) e a recolha dos resíduos depositados nos Ecopontos e Papeleiras instaladas nos areais.

▶ A continuidade do processo de implementação dos sistemas de gestão ambiental e segurança e saúde no trabalho, segundo as normas ISO 14001 e 45001, respetivamente.

▶ O arranque do planeamento de uma abordagem, ambiciosa e diferenciada, para a localização de equipamentos e avaliação do desempenho dos circuitos. Este projeto irá permitir, de uma forma automática e sistemática, a inventariação dos equipamentos de deposição ao longo da cidade, assim como uma rigorosa avaliação da performance dos circuitos.





► Por último, e conforme já mencionado nos parágrafos introdutórios, no 15.º Fórum Resíduos a **Porto Ambiente** não só manteve, pelo segundo ano consecutivo, o selo Qualidade de Gestão de Resíduos Urbanos da ERSAR, como foi galardoada com o Prémio de Excelência do serviço prestado ao consumidor, reconhecendo a Empresa como a **que presta o serviço de melhor qualidade na área dos resíduos**, relativa ao desempenho em 2020.

Para efeitos da análise da execução orçamental, tomou-se como referência os instrumentos de Gestão Previsional (IGP) para o período de 2021, aprovadas em reunião do Conselho de Administração de 30 de novembro de 2020.

Com referência ao período findo em 31 de dezembro de 2021, o Resultado líquido ascende a 533 201 euros, verificando-se uma taxa de execução orçamental de 100% dos Gastos e de 102% dos Rendimentos, e conforme ilustrado nas secções seguintes.

Sublinhamos ainda que, na atividade de Gestão dos Resíduos Urbanos, foi mantida a cobertura tarifária dos gastos.

É ambição do Conselho de Administração que a **Porto Ambiente** seja continuamente reconhecida como uma organização de referência no setor, traduzindo assim o forte envolvimento de todos os stakeholders na concretização da sua estratégia. O Conselho de Administração da **Porto Ambiente** não pode deixar de transmitir o seu agradecimento a todos aqueles que, no decorrer do período em reporte, contribuíram decisivamente para a consolidação deste projeto, nomeadamente:

- Ao acionista, pelo envolvimento e confiança demonstrada;
- A todos os munícipes do Porto, cujo envolvimento nos interesses da cidade, e adesão aos processos implementados em muito têm contribuídos para os positivos resultados alcançados;
- A todos os nossos estimados clientes pela dedicação e confiança depositados na nossa empresa;
- A todos os fornecedores de bens e serviços pela cooperação demonstrada;
- A todos os colaboradores pelo esforço, capacidade e dedicação postos nas tarefas que lhes foram confiadas;
- Ao Fiscal Único e demais órgãos da sociedade pelo apoio, competência e dedicação com que sempre nos honraram.

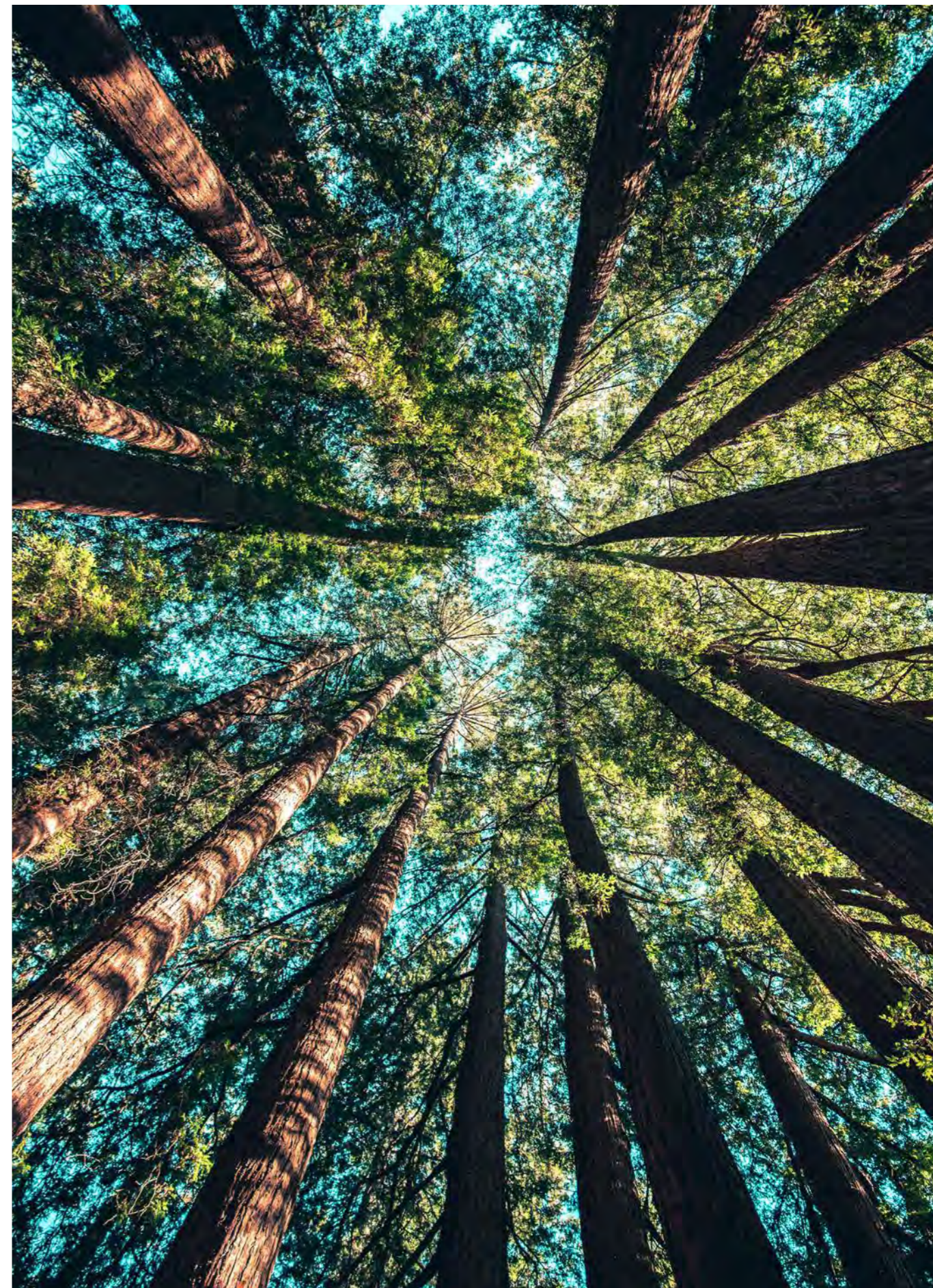


O Conselho de Administração

Filipe Manuel Ventura Camões de Almeida Araújo
(Presidente)

Luís Bragança de Assunção
(Vice-presidente)

Helena Vilasboas Tavares
(Administradora Executiva)



Governança



2 Governança

“A Porto Ambiente pretende ser uma empresa de referência nacional e internacional no seu setor, destacando-se pela excelência dos serviços prestados aos cidadãos e pelo seu contributo para promoção e proteção do ambiente.”

A atividade da **Porto Ambiente** é enquadrada pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, e pelo Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, que estabelece os princípios e regras aplicáveis ao setor empresarial local, cumprindo os princípios de Bom Governo.

Assim, a empresa cumpre a missão que lhe está atribuída, bem como os objetivos que estipula, tendo em conta parâmetros de qualidade exigentes e respeitando os princípios de responsabilidade social, desenvolvimento sustentável e serviço público.

2.1. Objeto Social e Estrutura de Capital

A **Porto Ambiente** é uma empresa local de gestão de serviços de interesse geral, de âmbito municipal dotada de autonomia estatutária, administrativa e financeira, constituída por escritura pública realizada no dia 27 de janeiro de 2017, no seguimento das deliberações da Câmara Municipal e Assembleia Municipal do Porto, nas suas reuniões de

dezanove e vinte e um de julho de 2016, respetivamente, tendo por o objeto social, por delegação do Município do Porto, a Gestão de Resíduos Urbanos e Limpeza do Espaço Público.



O capital social constituído naquela data foi de 465 566 Euro (quatrocentos e sessenta e cinco mil e quinhentos e sessenta e seis euros), realizado por 200 000 Euro em capital e 265 566 Euro realizado em espécie de equipamento e outros bens móveis. No

ano de 2020, e após obtenção do visto prévio favorável do Tribunal de Contas, em Sessão Diária de Visto de 7 de agosto de 2020, a Empresa viu o seu capital social aumentado em 2 800 000 Euro (dois milhões e oitocentos mil euros), integralmente realizado em dinheiro, ascendendo o mesmo, nesta data, a 3 265 566 Euro (três milhões, duzentos e sessenta e cinco mil, quinhentos e sessenta e seis euros) representado por 3 265 566 (três milhões, duzentos e sessenta e cinco mil, quinhentos e sessenta e seis) ações com o valor nominal de 1 (um) euro cada.

O contrato de gestão delegada, válido por quinze anos, prevê o exercício, em regime de exclusividade territorial no Município do Porto as seguintes competências:

a) Explorar e gerir o sistema municipal de Gestão de Resíduos Urbanos e Limpeza do Espaço Público;

b) Cumprir com o Plano de ação (atualmente PAPERSU), de forma a dar cumprimento às metas decorrentes do estipulado no Plano de Ação para o Plano Estratégico de Gestão de Resíduos (atualmente PERSU 2020+);

c) Gerir, de forma integrada e adequada, a prestação de cada serviço, de forma a oferecer o melhor serviço ao menor custo, tendo em conta que os serviços devem ser prestados de acordo com os princípios expressos no n.º 1, do artigo 5.º, do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto;

d) Assegurar e definir com o Município do Porto o modo de articulação entre si, de forma a prestar um serviço aos utilizadores finais em condições de sustentabilidade ambiental, infraestrutural e económica;

e) Articular com a LIPOR o encaminhamento dos resíduos de forma a assegurar o tratamento dos mesmos em condições de sustentabilidade ambiental, infraestrutural e económica.

2.2. Fontes de Receita

O Rédito e a receita foram e serão realizados mediante as seguintes fontes:

a) Receitas próprias, na sua generalidade resultantes da aplicação da tarifa de gestão de resíduos urbanos. A referida tarifa é definida pelas entidades gestoras, sujeita a parecer pelo regulador (ERSAR) e aprovada pelo município, visando refletir a remuneração dos custos incorridos com a prestação da atividade de gestão dos resíduos urbanos, em cenário de eficiência;

b) Subsídio à exploração, para a cobertura da tarifa nos períodos justificadamente necessários;

De sublinhar que, desde o ano de 2020, a **Porto Ambiente** tem vindo a atingir a cobertura dos seus encargos por via da tarifa de gestão de resíduos urbanos mencionada na alínea a) anterior. Assim, desde aquele período, não se tem verificado necessário o recurso a qualquer montante de subsídio desta natureza;

c) Subsídio à exploração, no âmbito da Limpeza do Espaço Público.

2.3. Orientações Estratégicas

O processo de planeamento estratégico da empresa **Porto Ambiente**, encontra-se alicerçado na visão, missão e valores seguidamente descritos:

2.3.1. MISSÃO

Gerir o sistema municipal de gestão de resíduos urbanos e limpeza do espaço público, de acordo com princípios de qualidade do serviço, inovação, sustentabilidade ambiental e económica, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos habitantes, visitantes e trabalhadores da cidade do Porto.





2.3.2. VISÃO

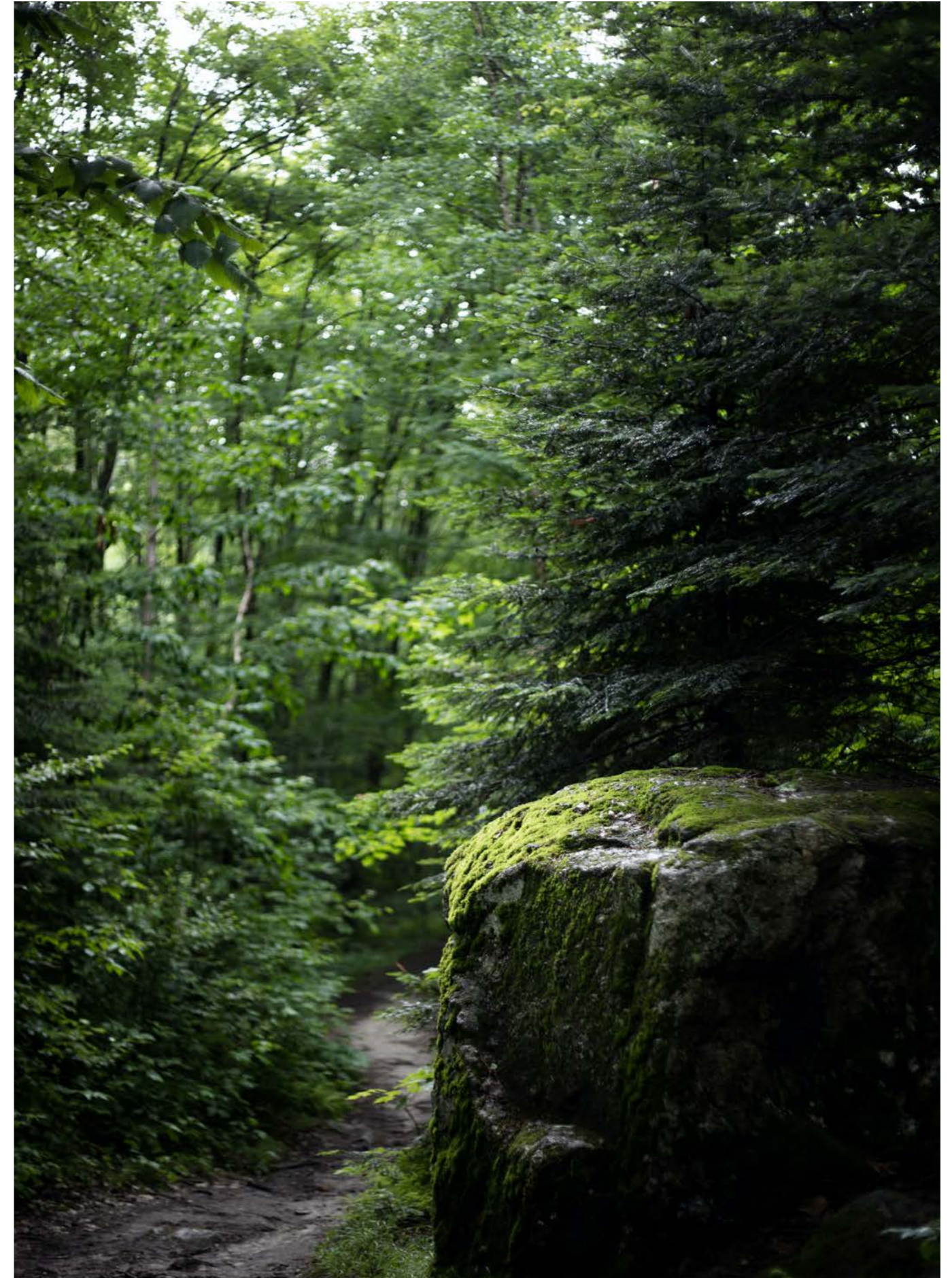
A **Porto Ambiente** pretende ser uma empresa de referência nacional e internacional no seu setor, destacando-se pela excelência dos serviços prestados aos cidadãos e pelo seu contributo para promoção e proteção do ambiente.

2.3.3. VALORES

- ▶ Orientação para os habitantes, visitantes e trabalhadores da cidade do Porto
- ▶ Respeito e valorização do ambiente
- ▶ Sustentabilidade ambiental, económica e social
- ▶ Integridade
- ▶ Inovação
- ▶ Transparência
- ▶ Rigor
- ▶ Responsabilidade

2.3.4. ÓRGÃOS SOCIAIS

ÓRGÃO	FUNÇÃO	NOME
Assembleia-Geral	Representante do Município	Abel Lima Baptista
	Presidente da Mesa	Ana Filomena Alves Leal Leite da Silva
	Secretário	António Pedro Pinto de Sousa Teixeira
	Secretário	Cláudia Cristina Pimenta Carneiro
Conselho de Administração	Presidente	Filipe Manuel Ventura Camões de Almeda Araújo
	Vice-Presidente	Luís André Fernandes Bragança de Assunção
	Vogal	Maria Helena Vilasboas Tavares
Fiscal Único	Efetivo	Mazars e Associados, SROC, S.A. representada por: José Fernando Abreu Rebouta
	Suplente	Patrícia Alexandra Faria Cardoso



Relatório do Conselho de Administração



3

Relatório do Conselho de Administração

“O Conselho de Administração encontra-se a acompanhar, de forma atenta o desenrolar da atual situação de conflito na Ucrânia e as suas possíveis repercussões na economia a nível nacional e mundial, que, ainda difíceis de antecipar com fiabilidade. Este efeito poderá impactar na atividade da Entidade, dependendo da evolução desta situação no futuro, destacando-se, desde já, preocupações adicionais na evolução dos preços de determinados bens e serviços, dos quais se destaca o fornecimento de energia.”

Exmos. Senhores Acionistas,

Nos termos das disposições legais, nomeadamente da Lei 50/2012 de 31 de agosto, a qual estabelece o atual regime jurídico da atividade empresarial local, mais concretamente em conformidade com o seu artigo 42º, conjugado com a alínea f) do número 1 do artigo 14º dos estatutos da **Porto Ambiente**, submete-se à apreciação e aprovação da Assembleia Geral da Empresa, o relatório e contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, aprovado pelo Conselho de Administração em 31 de março de 2022.

3.1. Enquadramento Macroeconómico e Perspetivas para 2022

3.1.1. CONTEXTO INTERNACIONAL

No contexto internacional, e em momento anterior ao início da atual guerra na Europa, a economia da

área do euro estava a recuperar rapidamente, não obstante a continuação da incerteza relacionada com a pandemia de coronavírus (COVID-19) e os estrangulamentos do lado da oferta. As projeções disponíveis nesta data, e das quais se apresentam em seguida algumas considerações não incorporam ainda os efeitos potenciais da atual guerra, uma vez que os mesmos são de todos desconhecidos, mas que, no parágrafo final desta secção, se propõe uma abordagem potencial dos impactos.

A retoma foi mais forte do que o esperado no segundo trimestre de 2021 e o crescimento económico deverá continuar a ser célere durante o segundo semestre do ano, com o produto interno bruto (PIB) real a ultrapassar o seu nível anterior à crise no final de 2021. Subsequentemente, o crescimento deverá manter-se forte, mas estabilizar de forma gradual.

O PIB real aumentou 2,2% no segundo trimestre de 2021, sendo este valor 0,8 pontos percentuais mais elevados do que o valor avançado nas projeções

de junho de 2021. O aumento foi impulsionado sobretudo pela procura interna e, nomeadamente, pelo consumo privado, devido a uma melhoria do rendimento disponível real e a um decréscimo substancial da taxa de poupança. Embora a restituidade das medidas de contenção tenha sido apenas ligeiramente inferior no primeiro trimestre e, de um modo geral, consentânea com o pressuposto nas projeções de junho, a surpresa em sentido ascendente no que respeita à atividade parece ter refletido uma menor sensibilidade da atividade económica às restrições relacionadas com a COVID-19. O nível do PIB real no segundo trimestre ainda se situou 2,5% abaixo do nível registado no quarto trimestre de 2019.

De acordo com as projeções, o crescimento real do PIB permanecerá forte em 2022, abrandando em 2023 para uma taxa mais normal. A projetada trajetória do PIB baseia-se em vários pressupostos. Estes incluem o levantamento total das medidas de contenção em princípios de 2022, uma nova diminuição da incerteza, uma confiança forte na sequência da resolução gradual da pandemia de COVID-19 e a retoma mundial em curso. Além disso, pressupõe-se que as atuais perturbações da oferta se dissipem gradualmente a partir de inícios de 2022. Espera-se ainda que o instrumento de recuperação da União Europeia designado “Next Generation EU” (NGEU) impulse o investimento em alguns países. De um modo mais geral, parte-se do pressuposto de que as políticas monetária, orçamental e prudencial permanecerão muito favoráveis, evitando assim fortes ciclos de interação adversa entre o setor financeiro e a economia real. Em termos globais, projeta-se que o PIB real ultrapasse o seu nível anterior à crise no quarto trimestre de 2021, ou seja, um trimestre antes do indicado nas projeções de junho de 2021, e que, até ao final de 2022, atinja um nível apenas um pouco inferior ao esperado antes da pandemia.

Como principal fator impulsionador da recuperação, espera-se que o consumo privado registre um crescimento forte ao longo do horizonte de projeção, ultrapassando o seu nível anterior à crise no primeiro trimestre de 2022. A recuperação do consumo privado foi muito mais forte no segundo trimestre de 2021 do que o esperado anteriormente, mas ainda se situou cerca de 6% abaixo do

seu nível pré-pandemia. É provável que a surpresa em sentido ascendente reflita tanto um decréscimo mais forte da taxa de poupança como um crescimento mais forte do rendimento real. O rendimento continuou a ser impulsionado sobretudo pelos rendimentos do trabalho, o que, em regra, implica uma propensão marginal ao consumo relativamente mais elevada. Espera-se que o consumo privado continue a apresentar um crescimento forte no segundo semestre do ano. Esta expectativa está ligada à flexibilização das medidas de contenção e também ao elevado stock de poupança acumulada, que permite a libertação de alguma procura latente. No médio prazo, projeta-se que o crescimento do consumo privado continue a situar-se acima da trajetória mais baixa do crescimento do rendimento real, dado que a esperada dissipação da incerteza permitirá nova reversão da poupança em excesso.

O rendimento salarial mais elevado deverá apoiar o rendimento disponível real no conjunto do horizonte de projeção. Perante a continuação da reabertura da economia e o fortalecimento do crescimento do emprego, espera-se que o rendimento salarial contribua fortemente para o rendimento disponível real. Em contraste, após um forte contributo positivo em 2020, as transferências orçamentais líquidas pesarão sobre o crescimento do rendimento a partir de 2021, o que reflete a esperada cessação das medidas de apoio associadas à COVID-19. Além disso, projeta-se que o rendimento disponível real seja minorado pela projetada subida da inflação dos preços no consumidor.





Em 2022, o rácio de poupança das famílias deverá descer para valores abaixo do seu nível anterior à crise, com a reabertura do setor dos serviços e a perda de importância da poupança por motivos de precaução. Espera-se que a taxa de poupança diminua substancialmente nos próximos trimestres, em virtude da diminuição gradual da proporção de poupança forçada ligada ao pressuposto levantamento das medidas de contenção. Além disso, a poupança por motivos de precaução deverá dissipar-se à medida que a incerteza diminui e os mercados de trabalho melhoram. O rácio de poupança deverá descer para valores abaixo do seu nível anterior à crise em 2022 e, depois, continuar a diminuir ligeiramente. Considera-se que será marginalmente inferior ao nível esperado no cenário de base pré-pandemia, levando a alguma reversão da poupança em excesso acumulada antes pelas famílias, o que contribuiria para uma retoma vigorosa do consumo. A poupança acumulada deverá, porém, ter um papel um pouco reduzido na recuperação do consumo, devido à concentração da poupança em famílias mais abastadas e de maior idade, com uma menor propensão a consumir.

Após perdas de quota de mercado em 2021, relacionadas com estrangulamentos temporários do lado da oferta, as exportações deverão registar

uma expansão a um ritmo robusto, sustentado por uma procura externa forte e por ganhos de competitividade. Espera-se que o rápido aumento da procura desde o segundo semestre de 2020 continue a resultar num desfasamento entre a capacidade da oferta mundial e as condições da procura em 2021. Este desfasamento, os confinamentos relacionados com a COVID-19 e eventos extremos geraram uma combinação de problemas logísticos mundiais e de escassez de alguns fatores de produção intermédios essenciais, afetando negativamente as exportações de bens da área do euro. Como continua a existir escassez de alguns fatores de produção intermédios e os custos de transporte ainda são muito elevados e os prazos de entrega dos fornecedores longos, pressupõe-se que os estrangulamentos persistam ao longo de 2021 e se dissipem gradualmente a partir de inícios de 2022. O comércio de serviços – em particular, o turismo – recuperou fortemente durante o verão, em resultado do êxito das campanhas de vacinação que permitiu a reabertura das economias, embora a atividade geral no setor permaneça muito abaixo dos níveis anteriores à crise.

A par da dissipação dos estrangulamentos, tal permitirá que as exportações da área do euro ganhem dinamismo a médio prazo, tendo em conta a forte

procura externa e os ganhos de competitividade das exportações, na sequência da recente depreciação da taxa de câmbio do euro. Espera-se que o contributo das exportações líquidas para o crescimento real anual do PIB seja ligeiramente positivo nos três anos do horizonte de projeção.

A taxa de desemprego desceu no segundo trimestre de 2021 e deverá manter uma trajetória praticamente horizontal durante o resto do ano, descendo depois para o seu nível pré-crise até inícios de 2023. Uma expansão mais forte do que o esperado do crescimento do emprego no segundo trimestre de 2021, relacionada com a recuperação mais forte da atividade, levou a uma diminuição do desemprego. A escassez temporária de mão de obra, que reflete a crescente reafectação de postos de trabalho e alguns desfasamentos, deverá afetar o mercado de trabalho no curto prazo, em países e setores específicos. Pressupõe-se que uma elevada percentagem de trabalhadores abrangidos por regimes de manutenção de postos de trabalho regresse ao emprego regular, beneficiando da forte recuperação após a pandemia. Assim, a partir de 2022, a taxa de desemprego deverá diminuir gradualmente, descendo, em princípios de 2023, para valores abaixo do seu nível anterior à crise.

Por último e no contexto atual de guerra que temos vindo a verificar, muitos são os potenciais impactos económicos, ainda que incertos ao dia de hoje. Naturalmente que as economias mais afetadas

serão a Ucrânia e a Rússia, mas nenhuma das restantes escapara ao choque negativo que resulta do conflito, nomeadamente resultante das limitações das exportações dos cereais e da energia provenientes dos países em conflito, fazendo disparar a cotação daqueles mercados e retraindo o investimento.

3.1.2. A ECONOMIA PORTUGUESA

A nível nacional, e à semelhança do mencionado no contexto internacional as projeções disponíveis e que se apresentam em seguida não incorporam ainda os efeitos potenciais da guerra resultante da invasão da Ucrânia, uma vez que os mesmos são ainda desconhecidos na sua plenitude e magnitude, mas que no parágrafo final desta secção, se propõe uma abordagem potencial dos impactos.

A economia portuguesa mantém um perfil de recuperação, atingindo o nível pré-pandemia na primeira metade de 2022. Estima-se um crescimento em cadeia de 2% no quarto trimestre de 2021 e um abrandamento no início de 2022, associado ao agravamento da pandemia na Europa. Nos trimestres seguintes, o crescimento da atividade aumenta, traduzindo-se numa taxa de variação anual de 5,8% em 2022 (4,8% em 2021). Em 2023-24, o ritmo de crescimento diminui aproximando-se do crescimento de longo prazo estimado para a economia nacional.

A recuperação projetada é mais rápida do que a observada na sequência da recessão de 2011-13. A evolução do PIB e das principais componentes nas duas recessões reflete a diferente natureza dos choques subjacentes, a situação inicial distinta em termos de desequilíbrios macroeconómicos e as medidas de política implementadas. Na crise pandémica, o choque teve uma natureza temporária e não sistémica e a resposta de política foi imediata, maciça e coordenada a nível nacional e europeu. Destaque-se a importância da contenção do contágio da crise ao setor financeiro, preservando a estabilidade financeira e as condições de financiamento de todos os agentes económicos. Estes fatores, bem como a interligação entre eles, atenuaram os efeitos multiplicadores do choque e preservaram a capacidade produtiva e o emprego.



As medidas adotadas suportaram o rendimento agregado das famílias e uma retoma mais rápida do consumo privado. A resiliência do investimento e o aumento do consumo público contrastam com o comportamento observado na recessão anterior. A evolução diferenciada das exportações resulta, em larga medida, das restrições impostas à mobilidade, com impacto desproporcional sobre os fluxos de turismo internacional.

O consumo privado cresce 5% em 2021 e 4,8% em 2022, desacelerando no período 2023-24 para 2,2% e 1,8%. No quarto trimestre de 2021 é atingido o valor do final de 2019. O crescimento elevado em



2021-22 está associado, em parte, à forte recuperação das despesas em serviços, que beneficiou do levantamento das medidas de contenção e do aumento da confiança com os progressos na vacinação, devendo continuar a recuperar ao longo do horizonte. O consumo de bens duradouros apresenta também um dinamismo elevado, refletindo a concretização de despesa adiada durante a crise.

O consumo privado é sustentado pelo crescimento do rendimento disponível real, por condições financeiras favoráveis e pela acumulação de riqueza ao longo da crise. Para 2021 antecipa-se um aumento do rendimento disponível real de 1,2% e no período de 2022-24 um crescimento médio em torno de 2%, refletindo aumentos do emprego, embora

progressivamente menores, e o dinamismo dos salários. O rendimento disponível atinge o nível pré-pandemia no início de 2022, refletindo a rápida e completa recuperação das remunerações, a par do crescimento das prestações sociais. Contudo, a componente de rendimentos de empresa e propriedade continua abaixo do nível pré-pandemia.

O consumo público deverá crescer 4,8% em 2021, acelerando face ao ano anterior (0,4%). Esta evolução é largamente explicada pelo aumento do número de horas trabalhadas nas administrações públicas. O crescimento moderado do consumo público em 2022-24 decorre da redução dos

encargos com a pandemia na área da saúde e da hipótese de gradual estabilização do emprego público. Em 2022, estes efeitos deverão ser parcialmente compensados pela execução do PRR.

As exportações crescem 9,6% em 2021, 12,7% em 2022 e 5,9%, em média, em 2023-24. A recuperação das exportações é diferenciada entre bens e serviços, com as exportações de bens a excederem o nível pré-pandemia no final de 2021. As perturbações no abastecimento de matérias-primas e bens intermédios tiveram um impacto negativo nos trimestres recentes sobre as exportações de alguns setores relevantes, destacando-se o setor automóvel. Após um crescimento de 10,6% em 2021, as exportações de bens crescem 3,9%

em 2022, seguido de um crescimento de 6,1% em 2023, refletindo a gradual dissipação daquelas perturbações ao longo de 2022. Em 2024, as exportações de bens crescem 3,3%, em linha com a procura externa dirigida às empresas portuguesas.

As importações de bens crescem em linha com a procura global ponderada pelos conteúdos importados, antecipando-se um crescimento mais forte da componente de serviços, refletindo a evolução marcada do turismo. Após um forte crescimento em 2021 de 10,3%, as importações apresentam crescimentos gradualmente mais moderados ao longo do horizonte.

O excedente da balança corrente e de capital aumenta de 0,2% do PIB em 2021 para um valor médio de 2,1% em 2022-24, devido à recuperação do turismo e à maior entrada de fundos europeus.

3.1.2.1. O MERCADO DE TRABALHO

O comportamento do mercado de trabalho na crise pandémica contrasta fortemente com o observado na crise anterior, com um ajustamento do emprego e uma subida da taxa de desemprego muito contidos na recessão recente. O perfil das horas totais trabalhadas foi também distinto entre os dois episódios (Gráfico I.3.6). Estes desenvolvimentos refletem, em larga medida, as medidas de apoio à preservação das relações de emprego adotadas durante a crise pandémica, que potenciaram também a recuperação subsequente mais rápida das horas trabalhadas.

O emprego total ultrapassou o nível pré-pandemia no segundo trimestre de 2021, antecipando-se que as horas médias trabalhadas por indivíduo atinjam esse nível no final de 2021. A recuperação do emprego tem sido diferenciada por setores – com o número de indivíduos empregados nos serviços mais afetados pela pandemia a situar-se abaixo dos níveis pré-crise – e por grupo etário. O emprego continua a aumentar nos próximos anos, embora a um ritmo progressivamente menor, condicionado por limitações da oferta de trabalho. Após um aumento do emprego de 2,5% em 2021, projetam-se crescimentos de 1,6% em 2022 e de 0,4%, em média, no período 2023-24.



A evolução esperada para o emprego resulta do aumento da população ativa e da redução do número de desempregados, embora com contributos decrescentes no horizonte de projeção. Estima-se uma relativa estabilização da população em idade ativa no período 2021-24, com o saldo migratório a compensar, em larga medida, o saldo natural negativo. A taxa de atividade aumenta cerca de 1 pp em termos acumulados no período 2022-24, decorrente do aumento da idade de reforma e da participação feminina. Em 2021, a taxa de atividade já se encontra acima do nível pré-pandemia, um valor historicamente elevado e superior ao da área do euro, pelo que a margem para aumentos da oferta de trabalho por esta via é relativamente reduzida no médio prazo. A taxa de subutilização do trabalho é a mais baixa dos últimos 10 anos, sugerindo que a margem de crescimento do emprego por incorporação de desempregados ou de desencorajados se reduziu no período mais recente. Nos Inquéritos de Opinião da Comissão Europeia, a percentagem de empresas que indica a insuficiência de trabalho como fator limitativo à produção aumentou no período mais recente na indústria e na construção, para valores próximos ou acima dos observados antes da pandemia, mantendo-se abaixo no comércio e nos serviços.



Após o aumento ligeiro em 2020, a taxa de desemprego reduz-se no período de projeção, atingindo 5,6% em 2024. A redução da taxa de desemprego beneficia da recuperação esperada para a atividade económica no setor dos serviços.

3.1.2.2. INFLAÇÃO PROSPETIVA

A inflação aumenta para 0,9% em 2021 e 1,8% em 2022, fixando-se em 1,1% em 2023 e 1,3% em 2024. Este perfil de subida e posterior moderação reflete, em larga medida, a evolução dos preços dos bens energéticos, que acompanha o preço do petróleo nos mercados internacionais. O IHPC dos bens energéticos diminui 5,2% em 2020, aumenta 7,8% em 2021 e 6,3% em 2022 e diminui, em média, 1,0% em 2023-24.

Excluindo a componente energética, a inflação aumenta ao longo do horizonte, de 0,3% em 2020 para 1,5% em 2024, refletindo o aumento das pressões externas, a recuperação da procura de serviços e o dinamismo dos salários. Antecipa-se que a subida dos preços das matérias-primas e de outros bens intermédios e dos custos de transportes continue a contribuir para o aumento dos preços dos bens importados, em particular na primeira metade de 2022, exercendo pressões ascendentes sobre os preços dos bens em Portugal. Adicionalmente, a recuperação da atividade nos serviços relacionados com o turismo traduz-se numa recuperação dos preços para próximo dos observados

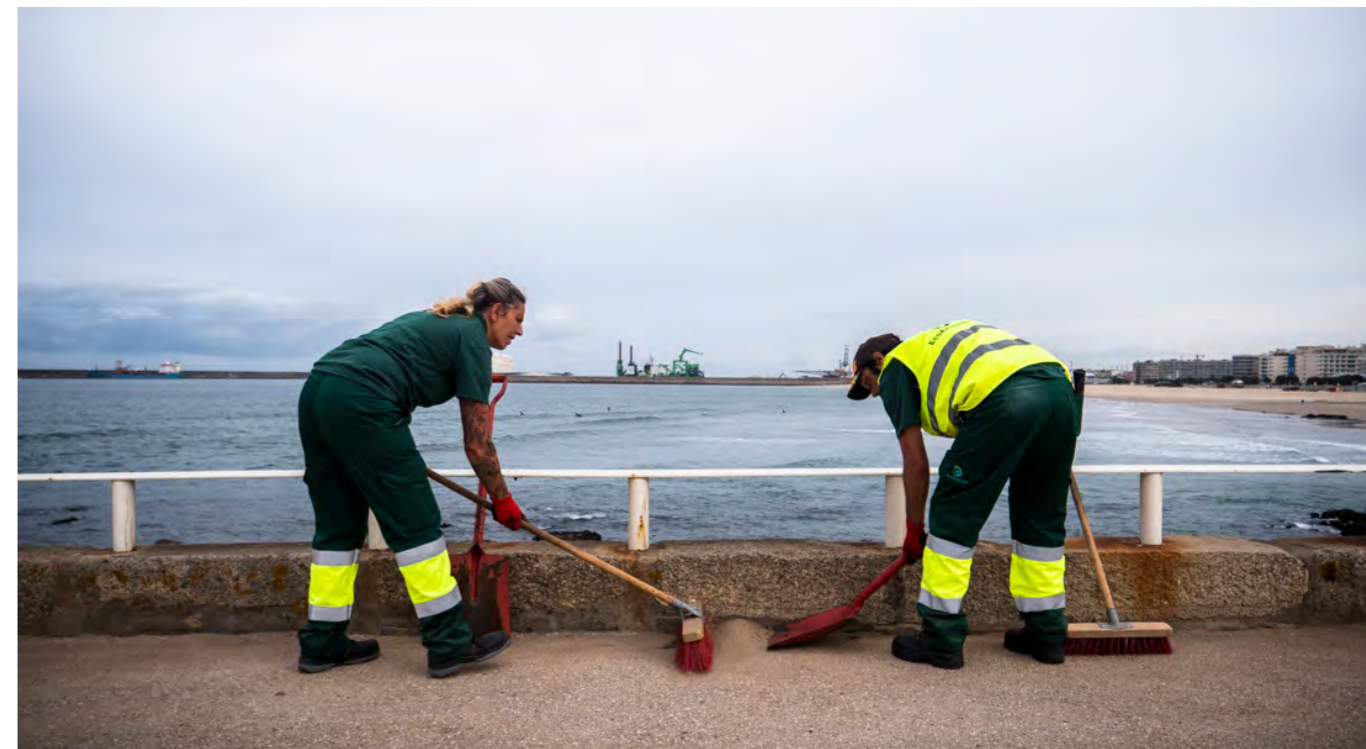
no período pré-pandemia ao longo do horizonte. Esta recuperação tem um impacto significativo na inflação em 2022 e, em menor grau, em 2023. Por último, antecipa-se que a redução das margens de oferta disponíveis no mercado de trabalho resulte num aumento dos salários, e gere também alguma pressão sobre os preços. A projeção tem implícita uma recuperação das margens de lucro em 2022-24, após as quedas durante o período da pandemia.

Infelizmente e, como já relatado no contexto internacional, o momento de guerra na Europa irá certamente afetar negativamente a economia, e Portugal não será exceção. Já se começa a falar de estagflação na economia europeia: crescimento baixo, preços elevados e desemprego alto. A incerteza é muita, mas a probabilidade subiu. A estagflação, que é um período marcado pela elevada inflação, pelo baixo crescimento e por muito desemprego, já ocorreu no passado decorrente de choque petrolífero, sendo certo que o enquadramento económico atual é diferente, este cenário não poderá, ainda, ser posto de parte.



3.1.3. O CONTEXTO MACROECONÓMICO E A ATIVIDADE DA PORTO AMBIENTE

Dado o enquadramento societário da **Porto Ambiente** assim como o âmbito dos serviços prestados pela



mesma (serviço público e de interesse geral), os impactos decorrentes do contexto económico anteriormente explanado deverão sempre ser considerados num âmbito limitado, sendo os mesmos adequadamente ponderados na secção 3.20 Eventos subsequente, nos casos em que se considere relevante a referida ponderação e conclusões para o normal funcionamento da atividade.

Destacamos ainda assim que as expectativas de crescimento económico vertidas nas projeções anteriores, indiciam naturalmente um incremento da atividade comercial e turística da cidade, e consequentemente, uma expectativa do crescimento dos quantitativos de resíduos e uma oportunidade para a **Porto Ambiente** fazer ainda mais aquilo que melhor sabe fazer, servir o munícipe.

Um particular destaque para o contexto de guerra vivido, ao qual a **Porto Ambiente** não é imune às incertezas geradas. Já por diversas vezes a crise pandémica vivida nos últimos anos incrementou o desafio ao fornecimento de determinados componentes e à execução de determinados projetos, estimando-se que a invasão da Rússia apenas tenda para agravar o mesmo desafio, ou no limite, no preço dos referidos fornecimentos como já se verifica no caso dos combustíveis.

3.2. Ajustamentos Legislativos no Âmbito da Redefinição de Estratégia e Objetivos na Gestão de Resíduos

A **Porto Ambiente**, com o objetivo de se continuar a afirmar como uma organização de referência no setor, visa incorporar nas suas ações a implementar todas as medidas que considere relevantes para o cumprimento das metas definidas pelo setor, estando como tal permanentemente atenta aos ajustamentos legislativos publicados, assim como às melhores práticas implementadas pelos parceiros do setor.

Assim, e conforme já tem sido divulgado, elencamos em seguida os mais recentes desenvolvimentos promovidos pela Comissão Europeia, em 2018, no âmbito do quadro estratégico para a Economia Circular, alinhando os regulamentos com o conceito de circularidade e da promoção da sua prossecução.

- Diretiva 2008/98/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de novembro de 2008, relativa aos resíduos, alterada pela Diretiva (UE) 2018/851 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de maio de 2018;

- Diretiva 94/62/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de dezembro de 1994, relativa a embalagens e resíduos de embalagens, alterada pela Diretiva (UE) 2018/852 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de maio de 2018;
- Diretiva 2012/19/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 4 de julho de 2012, relativa aos resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos (REEE), alterada pela Diretiva (UE) 2018/849 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de maio de 2018;
- Diretiva 2006/66/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 6 de setembro de 2006, relativa a pilhas e acumuladores e respetivos resíduos, alterada pela Diretiva (UE) 2018/849 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de maio de 2018;
- Diretiva 1999/31/CE do Conselho, de 26 de abril de 1999, relativa à deposição de resíduos em aterro, alterada pela Diretiva (UE) 2018/850 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de maio de 2018;
- Diretiva 2000/53/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de setembro de 2000, relativa aos veículos em fim de vida, alterada pela Diretiva (UE)

2018/849 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de maio de 2018 (não se enquadrando o âmbito desta na esfera da **Porto Ambiente**).

As principais alterações resultantes da revisão destes diplomas são:

- ▶ Obrigatoriedade de assegurar a separação e valorização na origem, ou a recolha seletiva, dos biorresíduos, até ao final de 2023;
- ▶ Obrigatoriedade de assegurar a recolha seletiva de resíduos têxteis e resíduos domésticos perigosos (tintas, vernizes, produtos de limpeza, etc.) até ao final de 2024;
- ▶ Definição de novas metas de preparação para reutilização e reciclagem: 55% dos resíduos urbanos em 2025, 60% em 2030 e 65% em 2035;
- ▶ Definição de novas metas para o aumento da reciclagem de resíduos de embalagens: 60% dos resíduos urbanos em 2025 e 70% em 2030;
- ▶ Definição de novas metas para a reciclagem dos resíduos de embalagens: 65% dos resíduos de embalagens em 2025 e 70% em 2030;



- ▶ Definição de metas para a redução dos resíduos alimentares: 30% dos resíduos alimentares até 2025 e 50% até 2030;
- ▶ Proibição de deposição em aterro de resíduos recicláveis a partir de 2030;
- ▶ Definição de nova meta de deposição em aterro: máximo de 10% dos resíduos urbanos até 2035.

Para além das questões referidas anteriormente, que se encontram diretamente relacionadas com a atividade da **Porto Ambiente**, será igualmente importante salientar alguns outros aspetos alterados ou introduzidos na sequência da revisão legislativa. Estes, ainda que não condicionem nem sejam condicionados diretamente pela atividade da **Porto Ambiente**, influenciam indiretamente a mesma, na medida em que impactam em todo o enquadramento dos sistemas de gestão de resíduos, nomeadamente:

- ▶ A definição de requisitos mínimos de Responsabilidade Alargada do Produtor (RAP) e a obrigatoriedade de definição de regimes de RAP para todas as embalagens até ao final de 2024;
- ▶ A harmonização do método de cálculo das taxas de reciclagem e a definição de medidas de redução, prevenção e gestão de embalagens e produtos de plástico, tais como o estabelecimento de sistemas de depósito e tara retornável de embalagens e a restrição da colocação no mercado de certos produtos descartáveis;

- ▶ A definição de que, a partir de 2027, apenas os biorresíduos provenientes da recolha seletiva serão contabilizados para o cumprimento das metas.

No seguimento destas alterações e do desempenho nacional relativamente aos objetivos preconizados no PERSU 2020, em 2019 é aprovado o PERSU 2020+, que faz uma reflexão estratégica e ajustamentos às medidas do PERSU 2020. A abordagem adotada no PERSU 2020+ alarga o universo dos sistemas de gestão de resíduos urbanos (SGRU) a uma escala territorial, de modo a permitir a partilha de infraestruturas e promover ganhos de escala. Foram definidas 5 regiões, de acordo com as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve), para cada uma são definidas as medidas e ações a desenvolver para o cumprimento das metas estabelecidas para 2020, que serão avaliadas em 2022, e poderão ter continuidade no próximo plano estratégico para o período 2020-2035. Mantêm-se assim as metas específicas definidas para cada SGRU, sendo que a partilha de infraestruturas deverá contribuir para a sua concretização.

Tendo em conta a capacidade de tratamento e valorização das infraestruturas existentes em cada região, bem como a capacidade adicional que será necessária para garantir o cumprimento das metas, no PERSU 2020+ são definidas as opções que serão consideradas para as ações a realizar:

- ▶ Aumento da recolha seletiva de biorresíduos, complementando a rede de estações de tratamento com unidades de compostagem comunitária;

► Reforço da recolha seletiva multimaterial, através do investimento em sistemas de recolha inovadores, tais como sistemas de recolha porta-a-porta e sistemas PAYT, com o objetivo de aumento da quantidade e qualidade dos resíduos recolhidos seletivamente;

► Reforço da capacidade instalada de triagem multimaterial;

► Ajuste da tecnologia Tratamento Mecânico (TM)/ Tratamento Mecânico e Biológico (TMB) para a receção de biorresíduos de recolha seletiva;

► Produção de Combustível Derivado de Resíduos (CDR);

► Valorização energética através da produção de biogás em aterro e digestão anaeróbia;

► Redução e valorização das componentes materiais da fração resto resultante do tratamento de resíduos, com os objetivos de aumento da preparação para reutilização e reciclagem e eliminação da deposição de recicláveis em aterro;

► Desenvolvimento de plataformas de transação de subprodutos e matérias-primas secundárias;

► Implementação de sistemas de incentivo e tara retornável para os resíduos de embalagens, priorizando os plásticos, materiais ferrosos e alumínio (em linha com a diretiva plásticos);

► Campanhas de prevenção e redução da produção de resíduos;

► Campanhas de educação e sensibilização ambiental, com enfoque no desperdício alimentar;

► Ações de sensibilização e fiscalização, com o objetivo de aumentar quantidade e a qualidade dos recicláveis recolhidos seletivamente.

Ainda no PERSU 2020+, é referida a necessidade de intervir, através da definição de um sistema tarifário justo para os cidadãos e que assegure a recuperação de custos pelos municípios, bem como a necessidade de reavaliar a Taxa de Gestão de Resíduos (TGR) de modo a que esta atue como um instrumento que promova a prossecução dos objetivos definidos, nomeadamente a minimização da deposição em aterro e o aumento da recolha seletiva.

A 10 de dezembro de 2020 foi publicado em Diário da República o Decreto-Lei n.º 102-D/2020, documento que consagra o Regime Geral da Gestão de Resíduos (RGGR), o regime jurídico da deposição de resíduos em aterro e que altera o regime da gestão de fluxos específicos de resíduos. O referido decreto transpõe para a ordem jurídica nacional algumas das Diretivas Europeias referidas anteriormente, nomeadamente a Diretiva 2008/98/CE e a Diretiva 94/62/CE.

No âmbito da atividade da **Porto Ambiente**, salientam-se os seguintes aspetos da nova redação do RGGR: a definição da obrigatoriedade da recolha seletiva de biorresíduos, de resíduos têxteis e de resíduos domésticos perigosos, nos prazos já mencionados anteriormente e as alterações ao nível da Taxa de Gestão de Resíduos.



3.3. Evolução da Atividade, Investimentos e Resultados

Alguns dos indicadores e rácios de exploração e financeiros relevantes para o período de 2021 apresentam-se em seguida (ver tabela).

O Ativo reflete essencialmente:

- a) O Ativo fixo tangível e intangível, no montante de 6.4 milhões de euros;
- b) O saldo a receber de Clientes, no montante de 3.5 milhões de euros, o qual respeita essencialmente à tarifa dos resíduos sólidos;
- c) Os Meios financeiros líquidos no montante de 3.7 milhões de euros.

O Passivo reflete essencialmente:

- a) O saldo em dívida a Instituições de crédito, no montante de 4.5 milhões de euros, o qual resulta da contratação da nova frota de viaturas pesadas e equipamentos, com recurso a locação financeira;
- b) O saldo em dívida a fornecedores, no montante de 2 milhões de euros;
- c) Outras contas a pagar, no montante de 1.1 milhões de euros, que consideram essencialmente o montante de acréscimos de gastos.

valores expressos em euros

ESTRUTURA FINANCEIRA	2021	2020
Ativo	14 133 383,15	14 758 836,14
Passivo	8 704 274,09	10 089 944,78
Capitais próprios	5 429 109,06	4 668 891,36
Autonomia financeira	38,41%	31,63%
Solvabilidade	62,37%	46,27%

valores expressos em euros

ESTRUTURA ECONÓMICA	2021	2020
Prestação de serviços	15 480 639,18	15 138 874,19
Subsídios à exploração	7 203 911,12	6 478 057,58
Subtotal Rédito	22 684 550,30	21 616 931,77
Subcontratos	(5 511 156,74)	(5 181 250,62)
Tratamento de resíduos (excluindo TGR)	(4 699 680,54)	(4 623 037,72)
Gastos com o pessoal	(6 957 311,05)	(6 728 880,96)
Combustíveis e manutenção	(1 776 619,27)	(1 941 657,60)
Aluguer operacional de viaturas	(355 905,75)	(920 570,66)
Encargos com cobrança	(503 503,53)	(473 579,76)
TGR paga	(592 833,99)	(301 741,75)
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(111 311,18)	(144 062,19)
Subtotal Principais Gastos da operação	(20 508 322,05)	(20 314 781,26)
Outros rendimentos e gastos operacionais	(841 335,77)	(747 165,86)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (RADFI)	1 334 892,48	554 984,65
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(747 270,83)	(257 453,19)
Resultado operacional antes de gastos de financiamento e impostos (RO)	587 621,65	297 531,46
Resultados financeiros	(21 753,52)	(1 057,62)
Resultado antes de imposto (RAI)	565 868,13	296 473,84
Imposto sobre rendimento do período	(32 666,70)	(9 380,35)
Resultado líquido do período	533 201,43	287 093,49

Uma vez que a Limpeza do Espaço Público, assumindo características de um bem social, está excluída do Sistema Tarifário, as transferências atribuídas a título de subsídio à exploração visam cobrir os custos líquidos do serviço, pelo que o resultado desta atividade será sempre nulo.

No que respeita à atividade de Gestão de Resíduos Sólidos, para os períodos em que a tarifa de resíduos urbanos não se verifique suficiente para a cobertura dos gastos desta atividade regulada, o défice resultante da mesma seria igualmente objeto subsídio à exploração, pelo que o resultado desta atividade será igualmente nulo. Não

obstante, dada a trajetória tarifária definida e articulada com o desenvolvimento da cidade, a **Porto Ambiente** registou, pela primeira vez em 2020 o marco muito importante da total cobertura tarifária dos seus encargos, tendo conseguido manter o mesmo no ano de 2021.

Deste modo, o resultado operacional do ano foi positivo em cerca de 533 201 euro, atribuível na íntegra às atividades de Recolha de resíduos, quer no âmbito do serviço público de Gestão de resíduos urbanos, quer no âmbito dos Serviços auxiliares, conforme se ilustra:

valores expressos em euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODO 2021			
		RECOLHA DE RESÍDUOS URBANOS	SERVIÇOS AUXILIARES	LIMPEZA DO ESPAÇO PÚBLICO	
Vendas e serviços prestados	+	5; 11; 16.1	14 847 901,82	477 092,54	155 644,82
Contratos programa		5; 11; 16.1	-	-	6 764 261,60
Outros subsídios à exploração	+	5; 11; 16.1	439 649,52	-	-
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	-	10.3; 16.1	(55 709,49)	(449,06)	(55 152,64)
Fornecimentos e serviços externos	-	8; 16.1	(8 158 777,61)	(140 339,52)	(5 809 233,29)
Subcontratos	-		-	-	(5 511 156,74)
Tratamento de resíduos	-		(4 543 004,90)	(104 357,88)	(52 317,76)
Outros trabalhos especializados	-		(1 188 520,85)	(9 121,52)	(81 635,76)
Combustíveis e manutenção	-		(1 726 894,41)	(18 696,51)	(12 134,34)
Aluguer de viaturas	-		(183 491,99)	(2 032,67)	(82 130,53)
Fornecimentos e serviços externos - outros	-		(516 865,46)	(6 130,94)	(69 858,16)
Gastos com pessoal	-	16.1; 16.3	(5 867 473,21)	(59 045,94)	(1 064 913,35)
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	-/+	9	(390 032,13)	(2 267,48)	-
Aumentos/Reduções de justo valor	+/-		192,89	-	27,99
Outros rendimentos	+	16.1	797 834,12	-	22 351,49
Outros gastos	-	16.1	(549 278,68)	(13 511,21)	(3 880,71)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	=		1 064 307,22	261 479,34	9 105,92
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-/+	6; 7; 16.1	(733 722,05)	(7 545,73)	(6 003,05)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	=		330 585,17	253 933,61	3 102,88
Juros e gastos similares suportados	-		(21 489,54)	(263,98)	-
Resultado antes de impostos	=		309 095,63	253 669,63	3 102,88
Imposto sobre rendimento do período	-/+		(13 433,17)	(16 130,65)	(3 102,88)
Resultado líquido do período	=		295 662,46	237 538,98	(0,00)

3.4. Atividades em 2021

No ano de 2021 a **Porto Ambiente** deu continuidade à concretização dos vários objetivos que tinha delineado, objetivos serão detalhadamente apresentados em cada uma das secções deste documento e que nomeadamente abrangem os seguintes aspetos:

- ▶ Contentorização;
- ▶ Resíduos orgânicos;
- ▶ Renovação de frota;
- ▶ Projetos de recolha;
- ▶ Localização de equipamentos;
- ▶ Projetos financiados;
- ▶ Limpeza do Espaço Público;
- ▶ Sensibilização;
- ▶ Fiscalização.

3.5. Sistemas de Informação

Em 2021 e em linha com o Plano Estratégico de desenvolvimento dos Sistemas de Informação, a **Porto Ambiente** evoluiu muito favoravelmente na consolidação da utilização das aplicações que tem vindo a ser desenvolvidas desde 2019, tendo igualmente dado início a um ambicioso projeto no âmbito da localização de equipamentos. Apresentamos, de forma sintética, algumas das principais componentes que integram a arquitetura implementada ou em implementação.

a) DRIVERS – Registo de Dados Operacionais nos Veículos de Recolha

Implementado em janeiro de 2019, o projeto Drivers consiste numa aplicação disponibilizada num dispositivo móvel atribuído aos motoristas dos veículos de recolha. A aplicação permite registar o início e final de cada serviço, colecionando as horas respetivas e os colaboradores envolvidos em cada circuito. Adicionalmente, permite registar eventos de exceção, entre os quais danos nos equipamentos, impedimento de recolha dos equipamentos ou objetos de grande dimensão abandonados na via pública, entre outros.

O projeto constituiu uma “âncora” fundamental da Estratégia de Sistemas de Informação em desen-

volvimento, fornecendo uma base de trabalho para a integração com outros sistemas, reduzindo largamente a utilização de formulários em papel e o trabalho manual de introdução de dados.

A aplicação Drivers tem vindo a registar inúmeras atualizações e evoluções, as quais resultam quer da crescente curva de aprendizagem dos utilizadores, quer da crescente ambição dos gestores deste projeto.

b) API – Interface de Integração de Sistemas

Implementado em janeiro de 2019 e objeto de sucessivas atualizações ao longo dos anos, o Interface de Integração tem como principal objetivo constituir uma “central” de troca de informação entre sistemas, incluindo não apenas os diversos sistemas internos bem como os diversos sistemas externos dos parceiros da **Porto Ambiente**.

Entre as várias integrações realizadas, destacam-se os envios de informação operacional relativa a avarias, integrada com a aplicação “Glose”, e relativa a objetos de grande dimensão abandonados na via pública, equipamentos danificados e necessidade de limpeza de rua enviados ao fornecedor externo, também já integrada com a plataforma do fornecedor da Limpeza do espaço público.

c) GLOSE – Gestão e Manutenção de Ativos

A aplicação “Glose” foi contratada para gerir os ativos, numa primeira fase, já concluída, apenas os veículos e numa segunda fase, em desenvolvimento, os equipamentos de recolha. Esta gestão tem como principal objetivo a análise e registo das ações de manutenção e do seu impacto, nomeadamente o nível do custo.

d) STRATIO – Aquisição e Análise de Informação de Veículos

Implementado totalmente em 2020 e já transferida para a nova frota. O projeto consiste na instalação de um dispositivo em cada veículo, ligado à central do mesmo, que permite adquirir os dados de funcionamento, para além da sua geolocalização permanente. Posteriormente, a aplicação de

software baseada na nuvem analisa esses dados e em função de alertas configurados e inteligência artificial permite detetar avarias atuais e potenciais e lançar alertas em vários sistemas, bem como conhecer instantaneamente e historicamente a posição de todos os veículos ou a sua velocidade instantânea ou média.

Entre os sistemas cujo desenvolvimento foi iniciado, para além de diversas integrações em curso que automatizarão a recolha e distribuição de dados, destaca-se um sistema de gestão da localização de todos os equipamentos que, complementado com identificadores individuais, permitirá conhecer o histórico de utilização dos mesmos.

e) AZITEK – Localização de Equipamentos

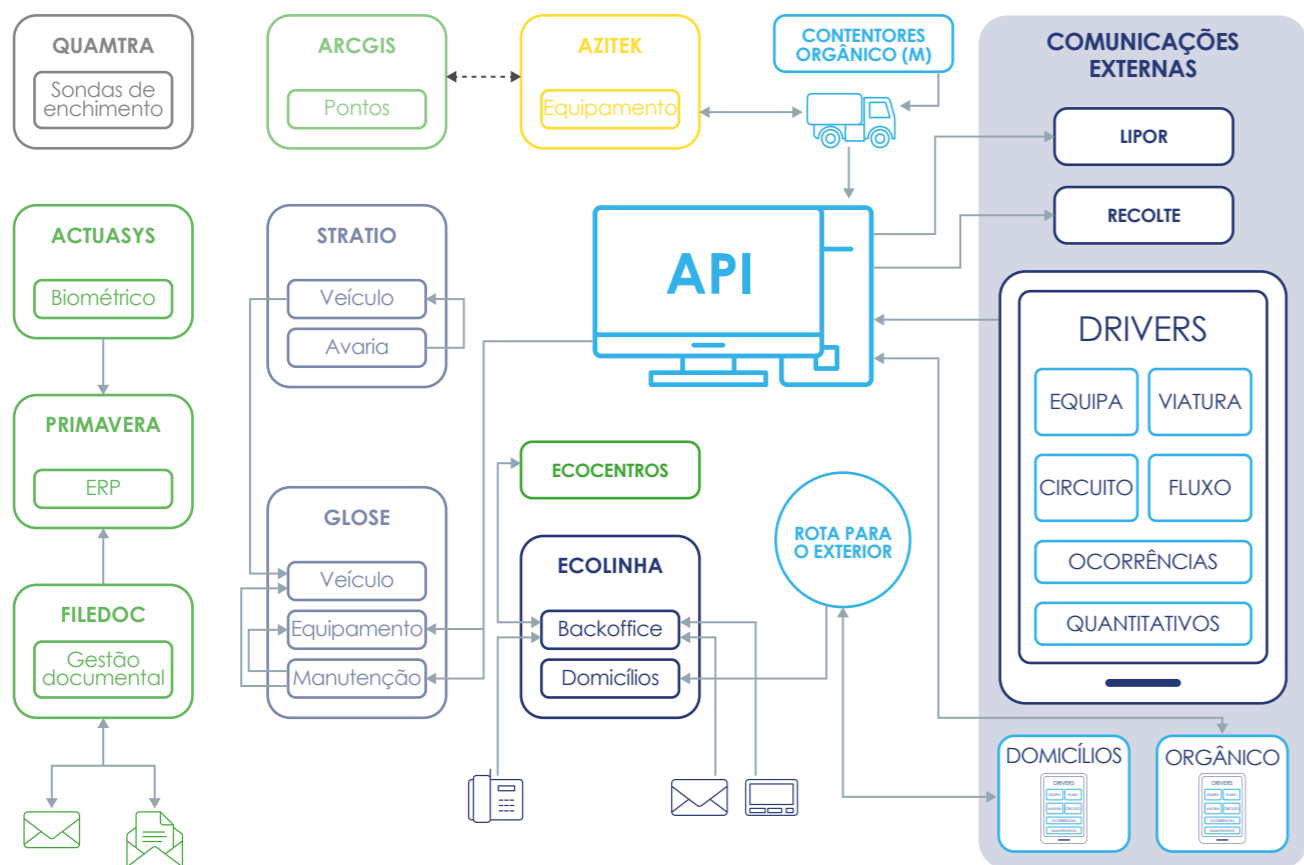
Ainda que em fase de implementação, no ano de 2020 a **Porto Ambiente**, definiu uma Estratégia de Sistemas de Informação, assente numa solução que satisfaça as necessidades operacionais de recolha de resíduos e na inventariação permanente dos ativos associados, bem como a sua

respetiva localização geográfica, tendo para o efeito lançado um Concurso Público Internacional, e adjudicado a solução Azitek.

Esta necessidade assenta, por um lado, na capacidade de identificar os equipamentos de deposição de resíduos (contentores) em operação, realizando igualmente o controlo operacional da execução detalhada do planeado em cada circuito.

Esta solução passa pela colocação de identificadores nos contentores, os quais comunicam com os dispositivos colocados nos veículos da frota automóvel de recolha de resíduos da **Porto Ambiente**, e que posteriormente comunicam com a API.

Hoje a **Porto Ambiente** tem uma série de Dashboards desenvolvidos internamente que, com a informação dos diferentes sistemas já enumerados, permitem uma monitorização da sua atividade da empresa em tempo real, o que se demonstra cada vez mais, uma ferramenta imprescindível a gestão diária e ao apoio a decisão e planeamento.



O diagrama anterior apresenta uma visão do Sistema de Informação global, incluindo os subsistemas de Informação e interfaces de integração já implementadas, assim como algumas componentes que ainda se encontram em fase de implementação, como é o caso do mencionado projeto Azitek (assinalado a amarelo).

Esta versão do diagrama, representa essas componentes disponíveis no momento, ainda que se encontrem já planeados vários desenvolvimentos, com integração de outros componentes e substituição parcial dos já existentes, apresentando igualmente o projeto piloto relativo às sondas de enchimento, cuja continuidade se encontra em avaliação.

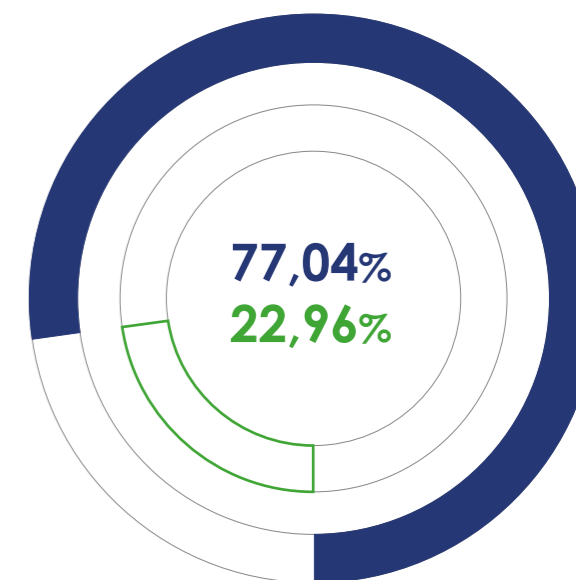
3.6. Gestão de Resíduos Urbanos

3.6.1. EVOLUÇÃO DE RESÍDUOS RECOLHIDOS, POR PERÍODO E NATUREZA DE RESÍDUO

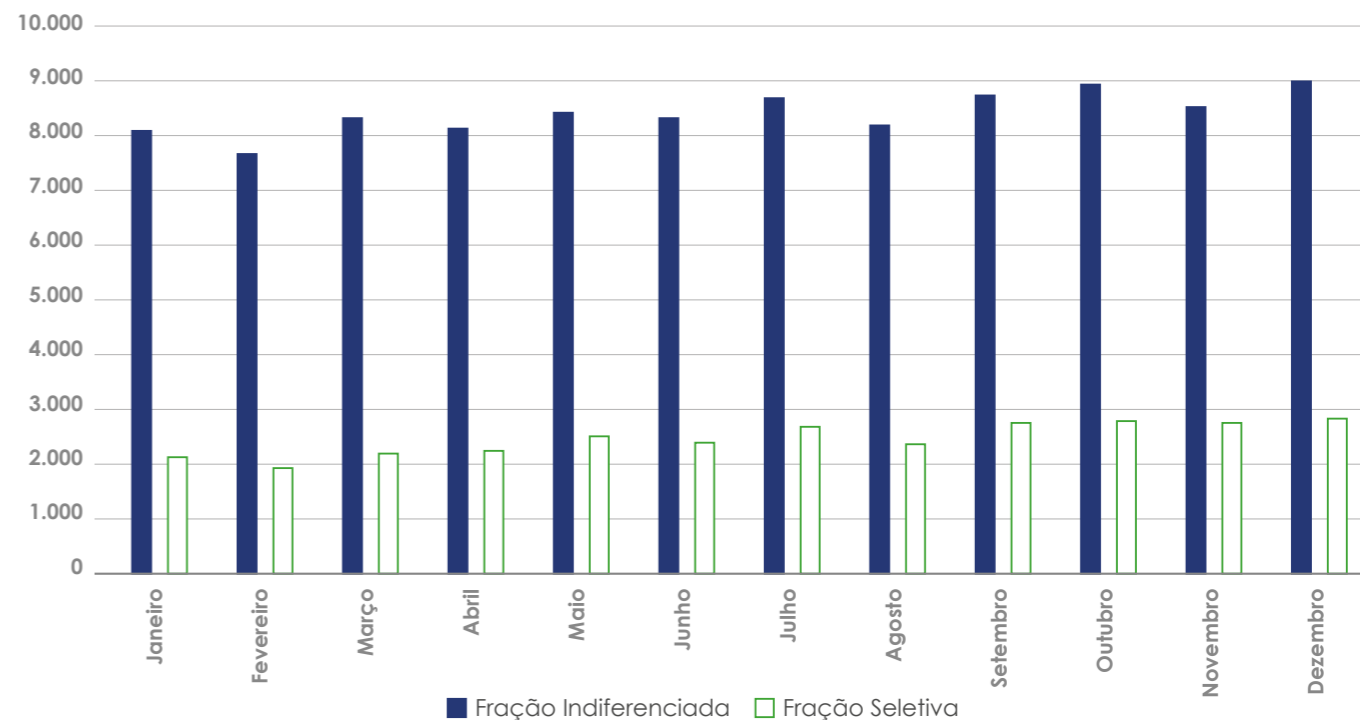
O ano de 2021 registou, ao nível da atividade de Gestão de resíduos urbanos, um comportamento muito positivo, na medida em que os quantitativos globais recolhidos ascenderam sensivelmente ao nível dos do ano transato, mas com o registo de

uma diminuição dos quantitativos recolhidos indiferenciadamente, compensada por um aumento dos quantitativos recolhidos de forma seletiva isto é, uma transferência direta dos resíduos recolhidos fruto da implementação dos projetos e iniciativas que a **Porto Ambiente** tem vindo a colocar no terreno.

3.6.1.1. TONELADAS TOTAIS RECOLHIDAS NO ANO DE 2021



■ Fração Indiferenciada □ Fração Seletiva



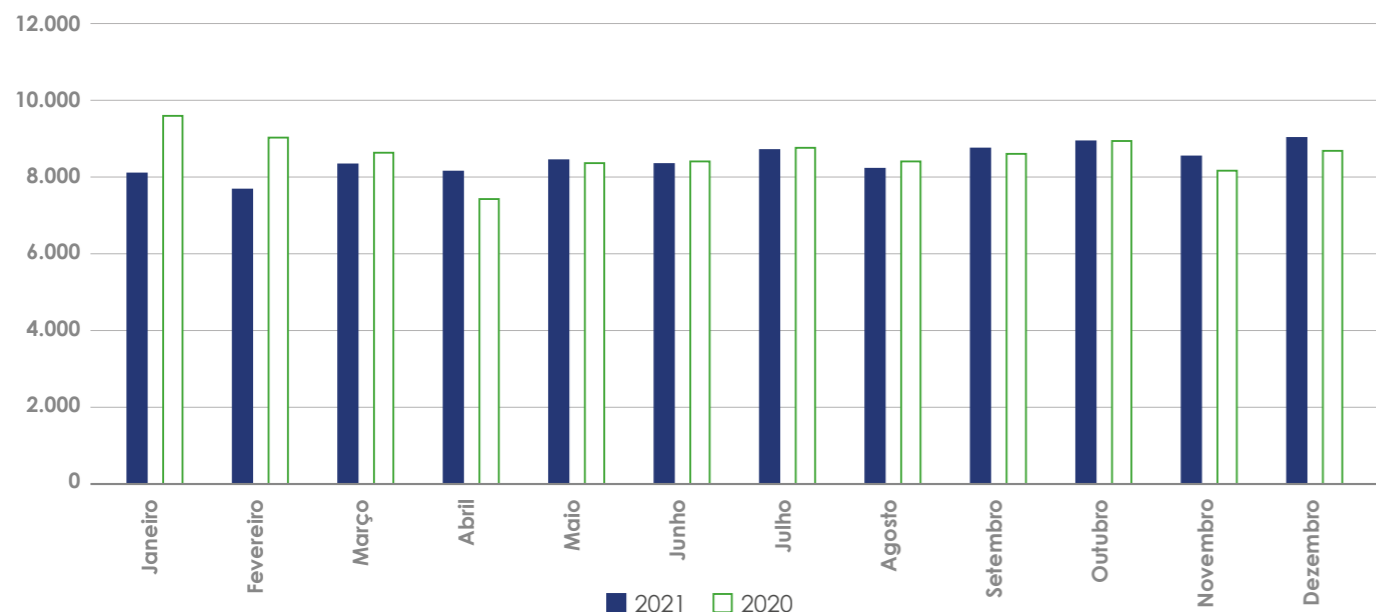
■ Fração Indiferenciada □ Fração Seletiva

3.6.1.2. TONELADAS RECOLHIDAS NO ANO DE 2021 E 2020, POR FRAÇÃO

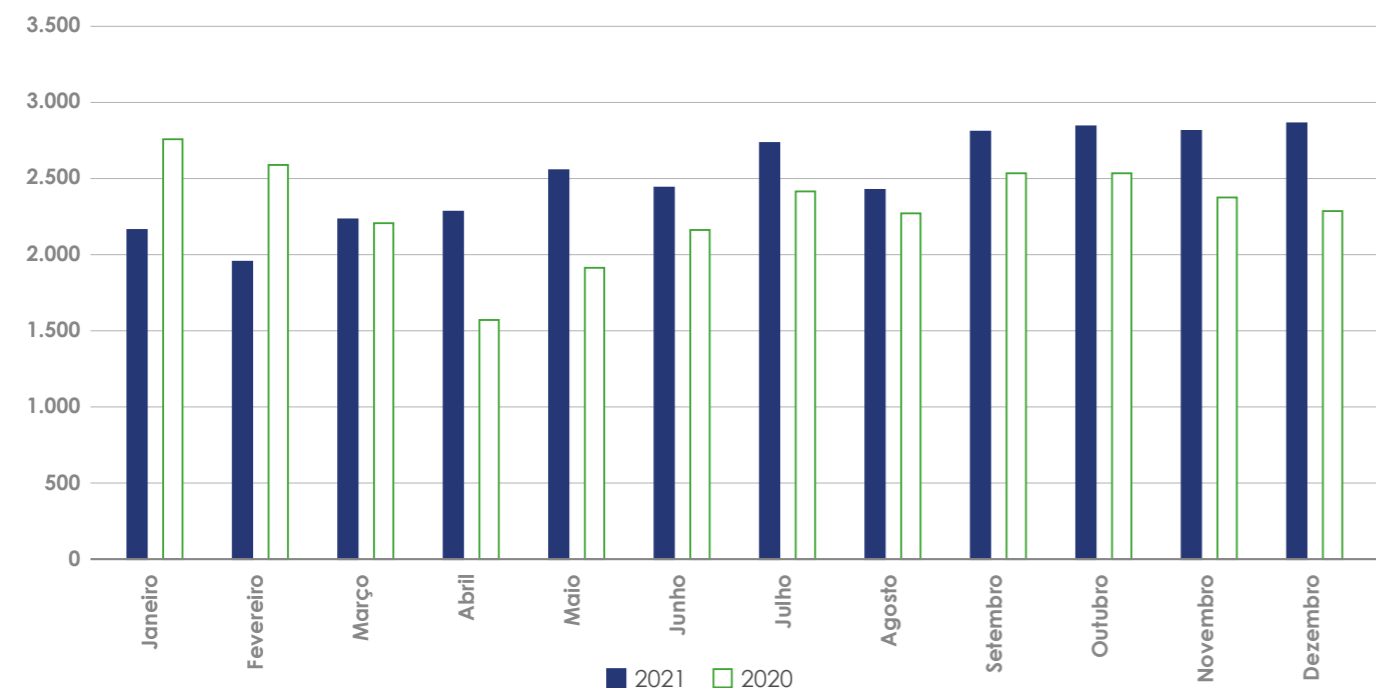
Analisando graficamente a evolução anual, face ao período homólogo, por fração de resíduo (indiferenciada vs. seletiva).

Os resíduos recolhidos indiferenciadamente totalizaram, no período de 2021, os quantitativos de 101 327 toneladas no acumulado do ano. Estes montantes, representam um decréscimo de cerca de 1,82%, a que correspondem 1 878 toneladas no acumulado do ano face ao período homólogo.

Toneladas de Resíduos Indiferenciados



Toneladas de Resíduos Seletivos



Os resíduos recolhidos seletivamente totalizaram, no período de 2021, os quantitativos de 30 201 toneladas no acumulado do ano. Estes montantes, incorporam um acréscimo de cerca de 8,93%, a que correspondem 2 475 toneladas no acumulado do ano face ao período homólogo.

manteve a tendência de crescimento, inversamente ao que se verifica na fração indiferenciada (decréscimo).

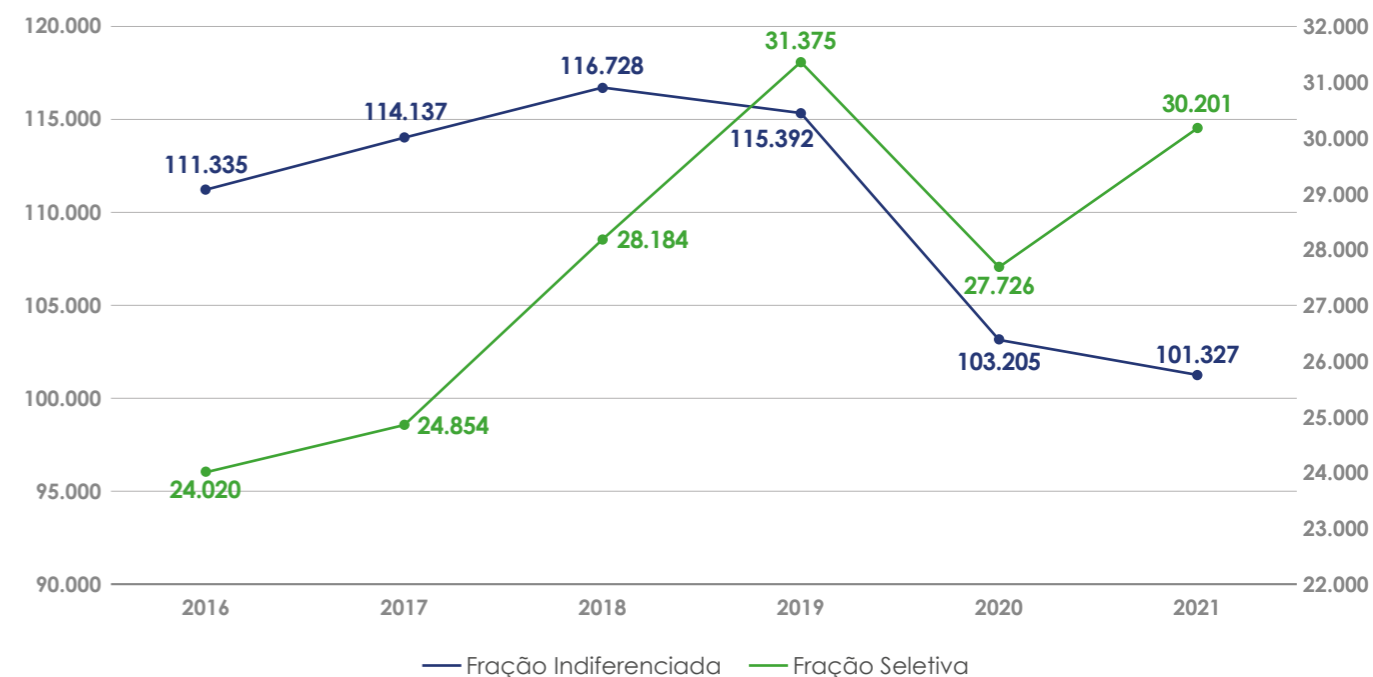
Este comportamento, está espelhado nos seguintes gráficos relativos à evolução de resíduos, fração indiferenciada e seletiva respetivamente, desde o ano de 2016 (ver gráfico).

O ano de 2020, registou no seu início – pré-pandemia – um desempenho operacional muito acima do expectável, o qual foi rapidamente absorvido fruto da crise pandémica que assombrou o mundo, tendo o ano terminado com montantes totais de quantitativos em níveis muito anteriores ao do âmbito de análise.

Assim, e como é possível verificar desde 2017 (ano de constituição da **Porto Ambiente**), que as medidas implementadas, no sentido do cumprimento da estratégia da Empresa tem-se vindo repercutir na curva de crescimento da fração seletiva. Este crescimento, para além de se verificar muito superior (em termos relativos), registou em 2019 um comportamento único, na medida em que

Em 2021, e com a retoma económica a tentar emergir, o foco da **Porto Ambiente**, foi em potenciar com que esse crescimento fosse essencialmente direcionado para a fração seletiva, por via dos projetos de Recolha de resíduos orgânicos (setor não residencial), Porta-a-porta residencial, e densificação da rede de ecopontos no Município.

Evolução dos Quantitativos de Resíduos Frações Indiferenciada e Seletiva



Ainda no que respeita ao comportamento da fração seletiva no ano de 2021, face ao respetivo período homólogo, apresentam-se em seguida os principais fluxos contribuidores, o Multimaterial e o Orgânico, sendo possível verificar uma queda significativa no orgânico (28%), fortemente motivada pelas restrições à atividade, impostas no setor da restauração (ver tabela).

denominador decorrente do aumento da população do Município do Porto (Census 2021), e sem recalculer o objetivo fixado, a **Porto Ambiente** mantém o cumprimento do objetivo.

Para completar a leitura, apresenta-se em seguida, graficamente, a evolução dos resultados mensais do cumprimento das duas metas, sendo possível

valores expressos em Ton

FLUXO	QUANTITATIVOS		EVOLUÇÃO	
	2021	2020	Absoluta	Relativa
Multimaterial	16 166	15 087	1 079	7,15%
Orgânico	6 487	5 068	1 419	28,00%
Outros	7 547	7 571	-24	-0,31%
-	30 201	27 726	2 475	8,93%

3.6.2. METAS DE RECOLHA SELETIVA

O nível de avaliação do cumprimento das metas fixadas para a recolha seletiva é analisado nas seguintes duas vertentes distintas (ver tabela).

verificar que, não obstante do desempenho global da Empresa se registar bastante positivo (cumprimento dos objetivos para ambas as metas), estes resultados foram prejudicados de forma muito acentuada ao longo do ano de 2020, de forma

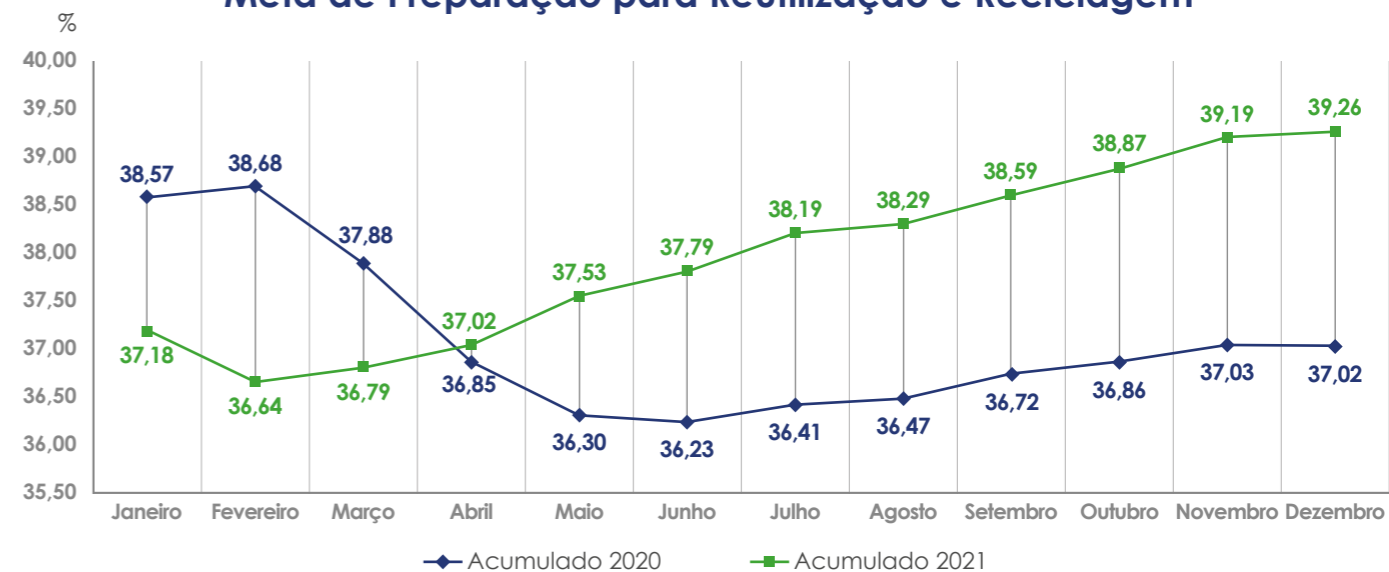
#	TAXA DE CUMPRIMENTO DAS METAS DE RECOLHA SELETIVA	31.12.2021	
		OBJETIVO	RESULTADO
1	Meta de preparação para reutilização e reciclagem	31,00%	39,26%
2	Meta de retomas com origem em recolhas seletiva		
2.2.	Indicador recalculado com base no Despacho 3350/2016 de 1 de abril	61,00 kg/hab/ano	69,38 kg/hab/ano*

* Indicador considerando a população média anual residente para o ano de 2020.

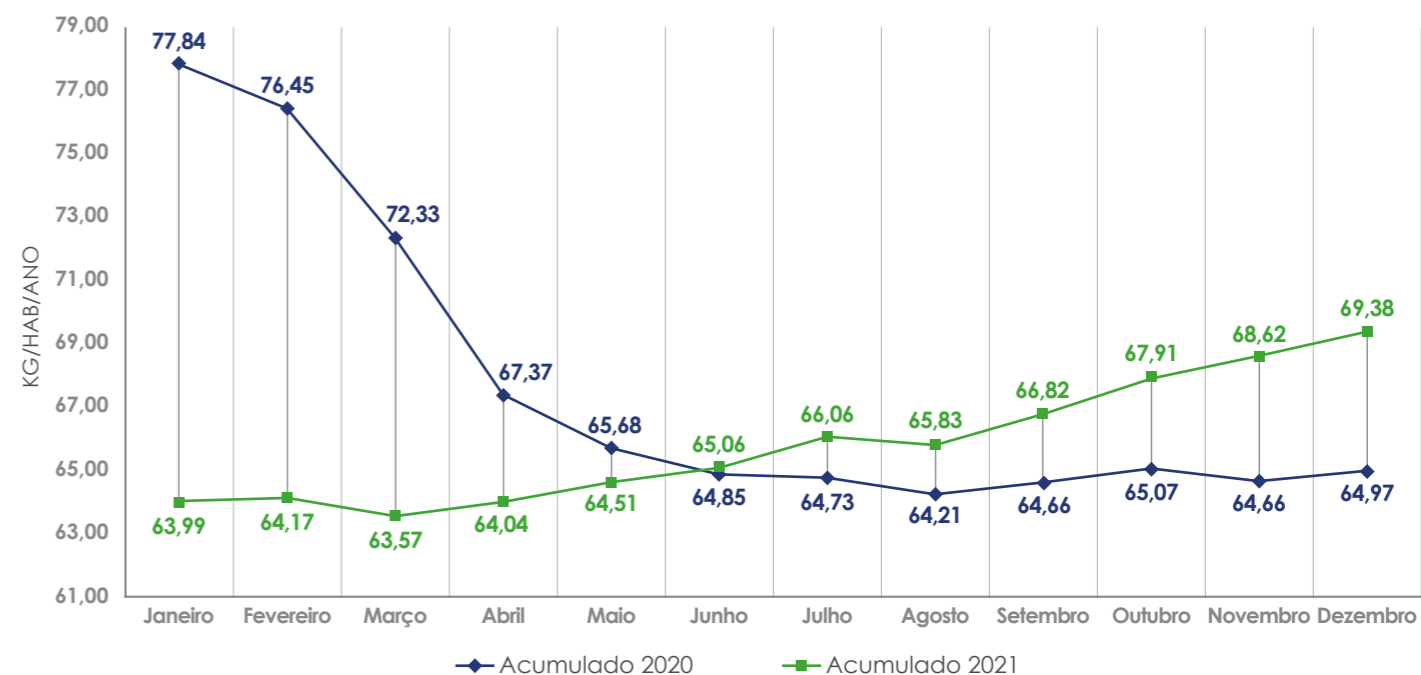
Da interpretação dos resultados do quadro anterior, verifica-se possível concluir que o desempenho da Empresa nesta métrica é bastante positivo, sublinhando-se que mesmo com o crescimento do

consistente com intervalo temporal de evolução da pandemia COVID19, e tem vindo, em 2021, a recuperar de forma muito positiva essa performance:

Meta de Preparação para Reutilização e Reciclagem



Meta de Retomas com Origem em Recolha Seletiva



3.6.3. DESTINO FINAL DOS RESÍDUOS

Os resíduos urbanos (RU) produzidos na cidade do Porto são encaminhados para a LIPOR – Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto, que é a entidade responsável pela gestão, valorização e tratamento dos Resíduos Urbanos produzidos pelos oito municípios que a integram: Espinho, Gondomar, Maia, Matosinhos, Porto, Póvoa de Varzim, Valongo e Vila do Conde.

O sistema de gestão de RU da LIPOR visa a valorização, tratamento e confinamento dos RU, através da valorização Multimaterial, Orgânica e Energética, complementada por um Aterro Sanitário. As suas infraestruturas tratam mais de 510 mil toneladas/ano de resíduos urbanos, produzidos por uma população de aproximadamente 1 milhão de habitantes, sendo que o Porto representa cerca de 26% do total dos resíduos urbanos rececionados na LIPOR.

TIPOLOGIA DE RESÍDUO		COMPARAÇÃO 2021 VS 2020			
Fração	Fluxo	Quantitativos		Variação	
		2021	2020	Euro	%
Indiferenciada	Resto	390 447	400 145	(9 697)	-2%
Subtotal		390 447	400 145	(9 697)	-2%
Seletiva	Multimaterial	79 132	75 992	3 139	4%
	Embalagens	15 093	14 036	1 057	8%
	Papel	23 103	22 071	1 032	5%
	Vidro	22 193	21 127	1 065	5%
	Outros	18 743	18 757	(14)	0%
	Bioresíduos	43 293	39 843	3 450	9%
Subtotal		122 424	115 835	6 589	6%
TOTAL		512 872	515 980	(3 108)	-1%

Em 2020, a LIPOR rececionou menos 9 697 toneladas de resíduos indiferenciados, tendo o Município do Porto, no mesmo período, encaminhado cerca de menos 2 mil toneladas de resíduos indiferenciados. Relativamente aos fluxos de recolha seletiva, a LIPOR rececionou cerca de 122 mil toneladas, representando o Município do Porto cerca de 26% do total desses quantitativos.

Para efeitos de divulgação do destino final dado ao encaminhamento de resíduos urbanos para as diferentes operações de gestão, e à semelhança do já verificado em períodos transatos, continua-se a privilegiar a excelente prática de encaminhamento de resíduos para destinos que não o depósito em profundidade, como ilustra a tabela:

ENCAMINHAMENTO DE RESÍDUOS URBANOS PARA AS DIFERENTES OPERAÇÕES DE GESTÃO	CÓDIGO	2021
Valorização Energética	R1	76,82%
Valorização Multimaterial	R5	15,27%
Valorização Orgânica	R3	7,69%
Depósito em profundidade	D1	0,22%

3.7. PLANEAMENTO, INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

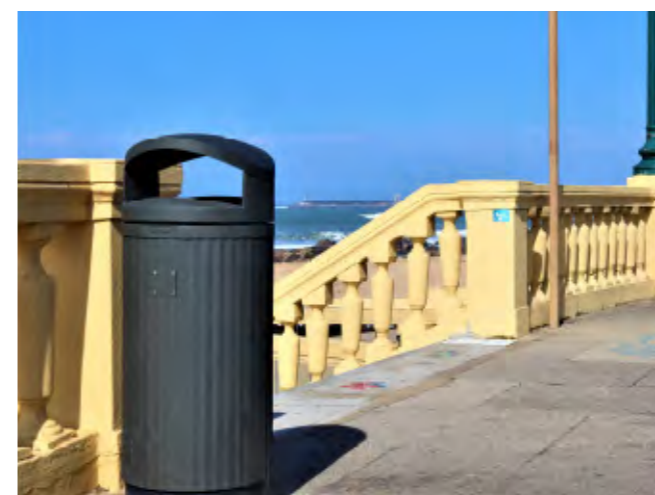
As áreas de Planeamento, Investigação e Desenvolvimento (PI&D) da **Porto Ambiente** têm merecido forte enfoque por parte da Administração da Empresa, por se acreditar que este será o caminho para as melhores práticas, e consequentemente melhores resultados.

Um dos objetivos da **Porto Ambiente** é disponibilizar a todos os munícipes, num só ponto, contentores para a fração indiferenciada e frações seletivas. Assim, no ano de 2021 foi dada seguimento ao processo de reorganização da rede de equipamentos.

No que respeita à rede de ecopontos, é objetivo da empresa a uniformização do método de recolha dos equipamentos, para permitir uma maior eficiência na recolha. Para isso, no decorrer de 2021, executaram-se ações de substituição de ecopontos de recolha por carga traseira para recolha por grua. Estas ações foram sempre combinadas com a reorganização da rede de equipamentos, o que permitiu disponibilizar uma maior capacidade de deposição seletiva e eliminar pontos isolados de deposição indiferenciada. Das referidas ações, destaca-se as intervenções realizadas no Bairro da Fonte da Moura e na zona circundante à Rua de Aval de Cima.

No final de 2021 existiam, na Cidade do Porto, cerca de 4718 contentores para resíduos indiferenciados e 1204 ecopontos completos.

3.7.1.1. PAPELEIRAS



Na sequência do processo de reorganização da rede de papeleiras existente na cidade e harmonização de modelos, iniciado no ano de 2019, ao longo do ano de 2020 foi planeada e executada a reorganização da rede de papeleiras, tendo em conta as necessidades conhecidas nos seguintes locais:

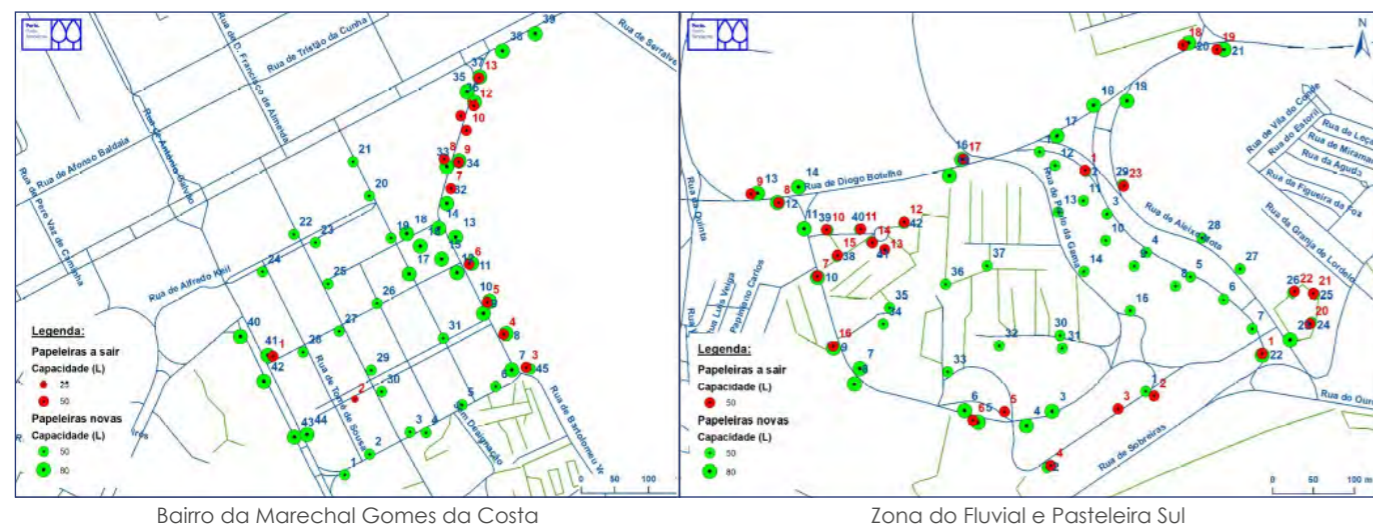
- ▶ Zona da Marginal
- ▶ Eixo Mouzinho-Flores
- ▶ Terreiro da Sé
- ▶ Praça da Batalha
- ▶ Zona dos Poveiros
- ▶ Bairro da Marechal Gomes da Costa
- ▶ Avenida do Parque
- ▶ Passadiços das praias
- ▶ Zona do Fluvial e Pasteleira Sul
- ▶ Zona do Passeio Alegre
- ▶ Avenida da Boavista
- ▶ Avenida do Bessa
- ▶ Rua de Pinto Bessa e Zona da Estação de Campanhã

Os planeamentos realizados tiveram sempre em conta as características dos locais avaliados, tentando sempre suprir da melhor forma as necessidades dos mesmos, tanto em termos de capacidade instalada como de praticidade. Assim, os planeamentos preveem a instalação de papeleiras de 50, 80 ou 130 litros, maioritariamente em locais de travessias de peões e em paragens de transportes públicos.

Dos planos supramencionados, ficaram concluídos no ano de 2021, o da Praça da Batalha com a instalação de 6 papeleiras, o da Avenida do Parque com a instalação de 16 papeleiras, o do Bairro da Marechal Gomes da Costa com a instalação de 45 papeleiras, o dos Passadiços na zona das praias com a instalação de 16 papeleiras, e por fim o da Zona do Fluvial e da Pasteleira Sul com a instalação de 63 papeleiras. Estas instalações perfazem uma quantidade total de 146 novas papeleiras no Município do Porto no ano de 2021.

Nas figuras seguintes é apresentado o plano de reestruturação da rede de papelarias nas zonas do Bairro da Marechal Gomes da Costa, e do Fluvial e Pasteleira Sul, respetivamente.

Em 2021, a **Porto Ambiente** colaborou em mais de 60 projetos de requalificação urbanística e emitiu cerca de 30 pareceres relativos a Projetos Urbanísticos a título privado.



3.7.1.2. PROJETOS URBANÍSTICOS

Durante o ano de 2021, a **Porto Ambiente** participou em projetos de requalificação urbanística, nomeadamente no âmbito do Projeto "Rua Direita" e em obras promovidas pela Câmara Municipal do Porto. Através destas participações, a **Porto Ambiente** pretende ser parte ativa na organização e desenho da Cidade, tomando sempre os projetos de requalificação como uma oportunidade de melhoria do serviço prestado aos cidadãos – promovendo a instalação de novos modelos de equipamentos, de maior capacidade e com características que tornam o seu uso mais fácil e cómodo, e de contentores para deposição seletiva, reorganizando e renovando sempre a rede de equipamentos e papelarias pré-existentes.

Neste âmbito, e na sequência da promoção de recolha seletiva de resíduos orgânicos no setor residencial, foram já requisitados equipamentos de proximidade para deposição desta fração.

Esta preocupação foi também refletida nos Projetos Urbanísticos desenvolvidos a título privado, em que a **Porto Ambiente** emitiu o seu parecer e apoiou na organização dos equipamentos de deposição de resíduos em cada Projeto, mantendo sempre uma visão macro da Cidade.

3.7.2. RECOLHA PORTA-A-PORTA (PAP)

3.7.2.1. RESIDENCIAL

O projeto de recolha porta-a-porta residencial foi implementado em 2018, tendo vindo desde então a registar uma progressiva evolução. Este sistema permite a separação dos tradicionais fluxos – papel, vidro e embalagens, bem como dos resíduos orgânicos.



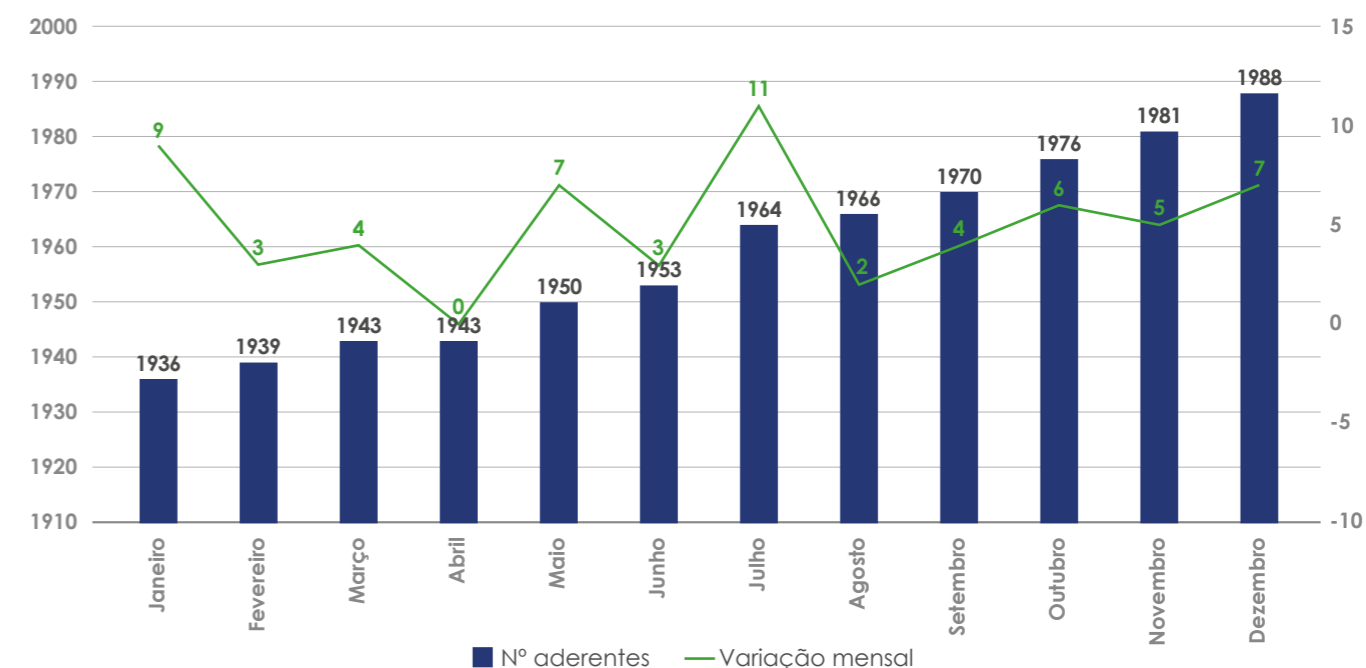
O ano de 2021 ficou marcado pela estabilização da nova metodologia de recolha seletiva de resíduos verdes através da criação de um circuito de recolha dedicado, tal como já acontece nesta área de abrangência com os restantes fluxos principais (Orgânicos, Multimaterial e Indiferenciados). Para isso, foram entregues sacos reutilizáveis para a separação dos resíduos verdes.

Com esta implementação previa-se, não só, o desvio da fração de resíduos verdes da fração orgânica, mas também a sua diminuição nos contentores para deposição indiferenciada.

No gráfico seguinte, apresenta-se a evolução mensal, no ano de 2021, do número de aderentes do sistema de recolha PaP residencial.

Durante o ano de 2021 registou-se um aumento total de 61 aderentes, com uma média de 5 adesões por mês, que corresponde a um aumento de 3% relativamente ao final do ano de 2020. O ano de 2021 fechou com um número total de 1988 aderentes ao projeto, tendo-se verificado que as percentagens de adesão para a Zona Norte ascenderam a 61,5% e para a Zona Sul a 71,5%.

Número de Aderentes 2021



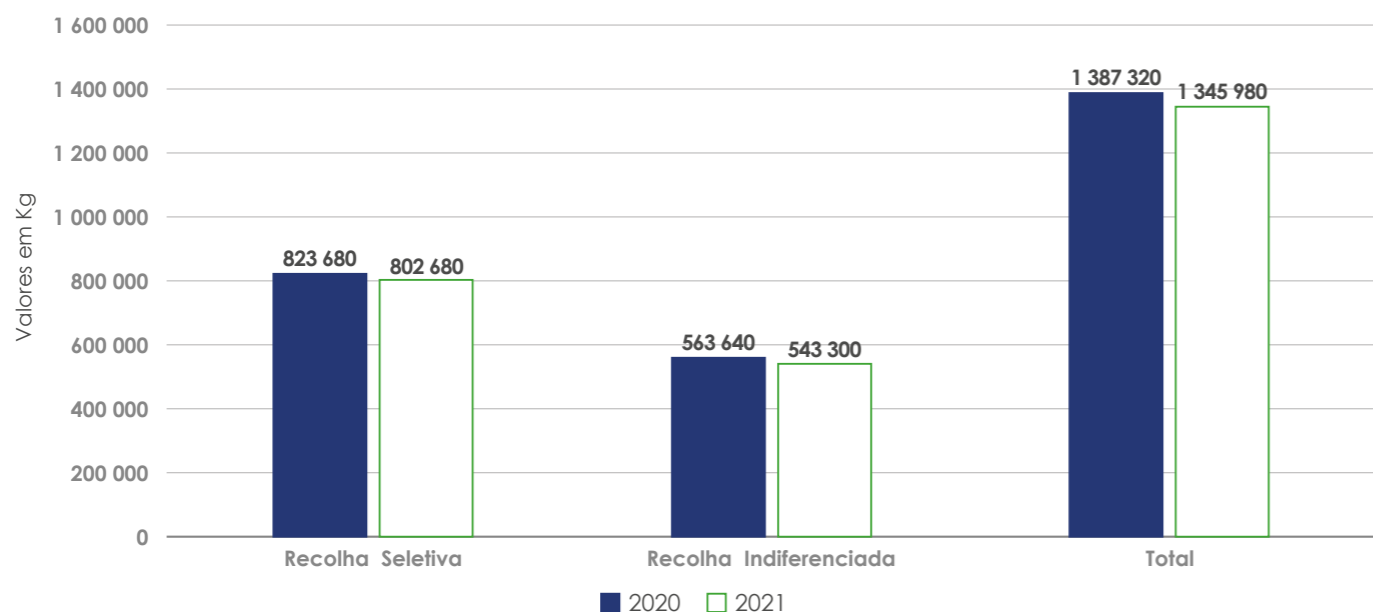
No que diz respeito aos quantitativos de recolha, a tabela e gráfico seguintes apresentam, por fluxo, analítica e graficamente, as quantidades de resíduo recolhidas no ano de 2021, assim como os valores comparativos com o respetivo período homólogo de 2020.

De sublinhar assim que, no âmbito do sistema de recolha PaP residencial, foram recolhidas no ano de 2021, cerca de 1 400 toneladas de resíduos, das quais cerca de 800 toneladas correspondem a recolha seletiva, representando cerca de 60%.

valores expressos em kg

PERÍODO	EMBALAGENS	PAPEL	VIDRO	ORGÂNICOS	INDIFERENCIADOS	TOTAL
2020	134 380	168 320	148 180	372 800	563640	1 387 320
2021	129 540	160 820	154 380	357 940	543300	1 345 980

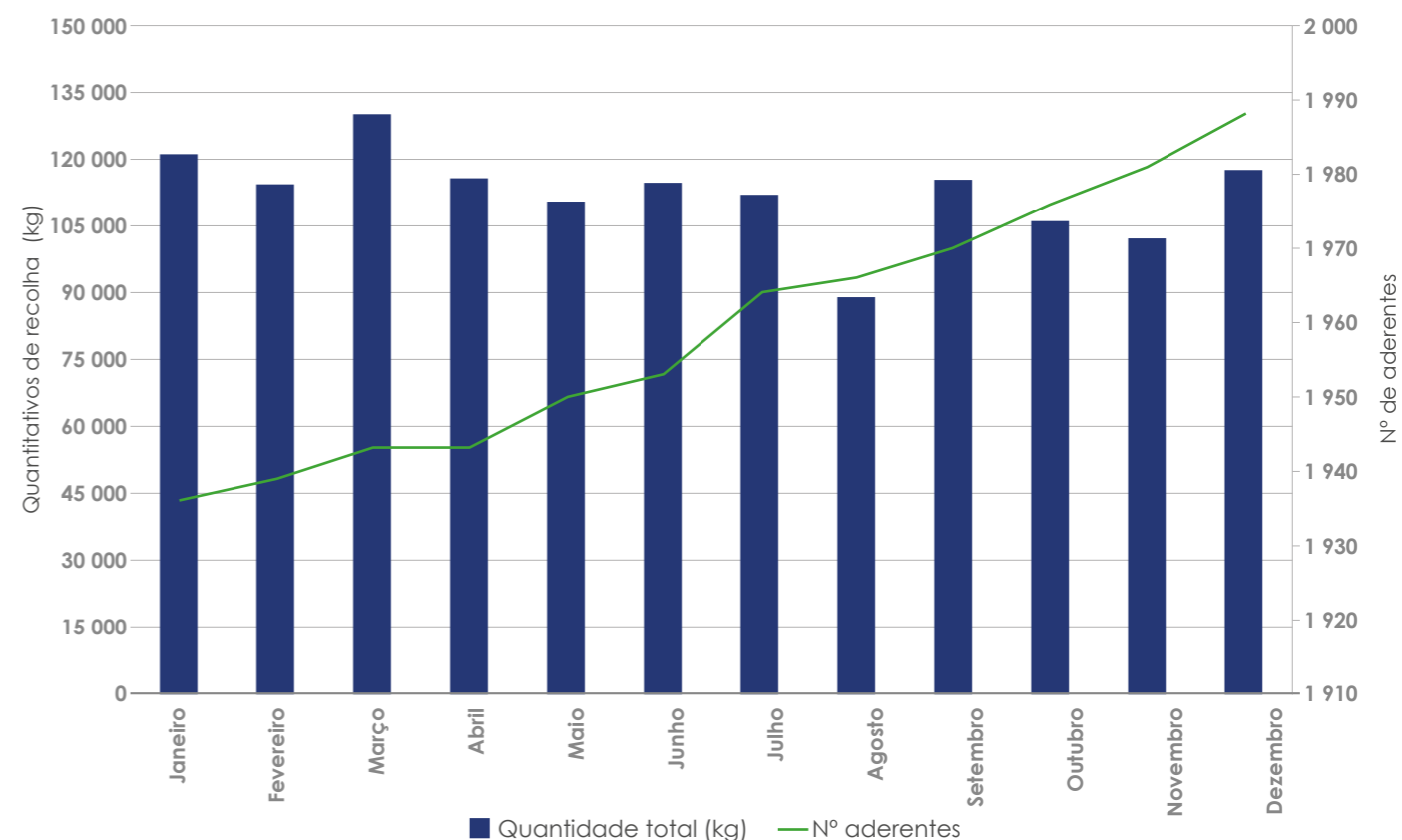
Quantitativos de Recolha Seletiva, Indiferenciada e Total, do Sistema de Recolha PaP Residencial, no ano 2020 e no ano 2021



No gráfico seguinte, poderá ser observada a relação entre os quantitativos recolhidos e a evolução do número de aderentes ao longo do ano de 2021. Graficamente, a relação entre a evolução do número de aderentes e os quantitativos recolhidos poderá ser analisada da seguinte forma:

Relativamente às quantidades recolhidas por fluxo, verificou-se uma diminuição da quantidade de indiferenciados, orgânicos, papel/cartão e plástico/metal, sendo a fração do vidro a única que apresentou um aumento face ao ano de 2020.

Quantitativos de Recolha 2021 e Número de Aderentes



Verifica-se assim que, no primeiro semestre de 2021, houve uma maior quantidade de resíduos recolhidos, em parte justificada pelo período de confinamento verificado no início do ano. Para além disso, e como é habitual nos meses de verão, os valores de quantidade recolhida sofreram um decréscimo significativo principalmente no mês de agosto, justificado pelo período de férias.

Verificou-se uma diminuição de cerca de 9% dos quantitativos de recolha do primeiro para o segundo semestre, com menos 65 toneladas de resíduos recolhidos (decrécimo em cerca de 39 toneladas de recolha seletiva e de cerca de 25 toneladas de recolha indiferenciada).

Tal como já mencionado, e devido ao período de férias no período de Verão, é notório o decréscimo nas quantidades recolhidas (tanto seletiva como indiferenciados), principalmente em agosto. Também se verifica um aumento significativo da quantidade de resíduos recolhidos indiferenciadamente e de papel/cartão no mês de dezembro, motivado pelo período das festas. Em março, no período de confinamento verifica-se um pico de recolha de resíduos indiferenciados, bem como um aumento dos resíduos de embalagens de plástico/metal.

Para 2022, prevê-se o alargamento da atual zona de abrangência do projeto, a cerca de mais 200 moradias, bem como para uma nova área da

cidade na zona das Antas. Para além disso, está previsto alargar a recolha seletiva de resíduos verdes a toda a área de abrangência do projeto, o que possivelmente reduzirá a quantidade destes resíduos nos contentores de indiferenciados.

3.7.3. RECOLHA DE BIORRESÍDUOS

3.7.3.1. PROJETO ORGÂNICO

O Orgânico é o projeto de recolha seletiva de resíduos orgânicos, financiado no âmbito dos Avisos PO SEUR-11-2018-14, PO SEUR-11-2019-29, PO SEUR-11-2020-15 e CityLoops, que compreende a implementação da recolha seletiva de resíduos orgânicos alimentares no setor residencial, em áreas de elevada densidade populacional e com prédios em altura.

Este projeto teve o seu início oficial em julho de 2019, e tem como data de término prevista em 2024.

No âmbito deste projeto prevê-se a instalação de cerca de 650 contentores de proximidade, dotados de sistemas de controlo de acesso que promovam a qualidade dos resíduos recolhidos,

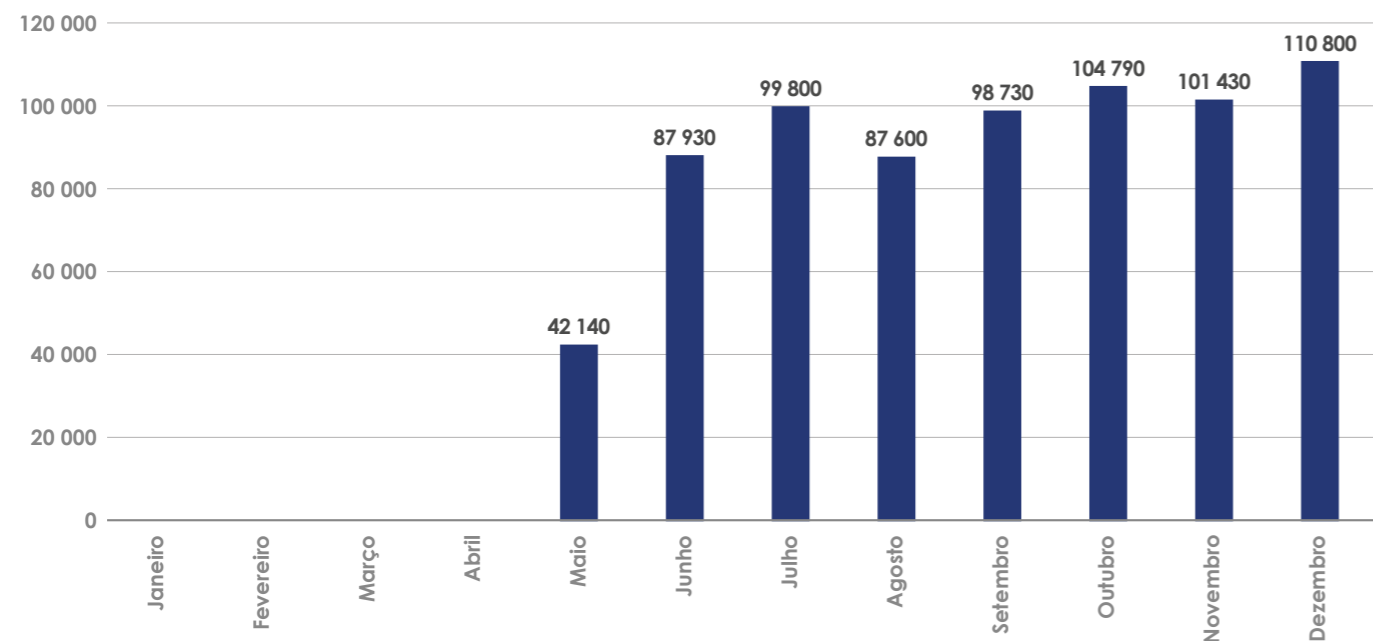
prevendo abranger 60% da população do Município Porto, o que corresponde a cerca de 74 000 potenciais alojamentos aderentes.

Devido à situação pandémica, o arranque do Projeto no terreno sofreu atrasos, pelo que o mesmo apenas teve início em abril de 2021. Neste mês, arrancou a instalação de contentores de proximidade nos locais previamente definidos, a par com as ações de sensibilização nas áreas definidas.

Ao longo do ano de 2021 foi instalado um total de 402 contentores na via pública, junto aos ecopontos já existentes.

O arranque da recolha foi no mês de maio, com uma quantidade de 42 toneladas no primeiro mês de implementação do projeto. Ao longo dos restantes meses do ano de 2021, os quantitativos sofreram um aumento gradual, atingindo o valor máximo de quase 111 toneladas de resíduos orgânicos no mês de dezembro. A evolução destes quantitativos está representada em seguida. Também neste projeto se observou que o período de férias no mês de agosto levou a uma ligeira quebra nos quantitativos recolhidos.

Quantitativos de Recolha - Projeto Orgânico

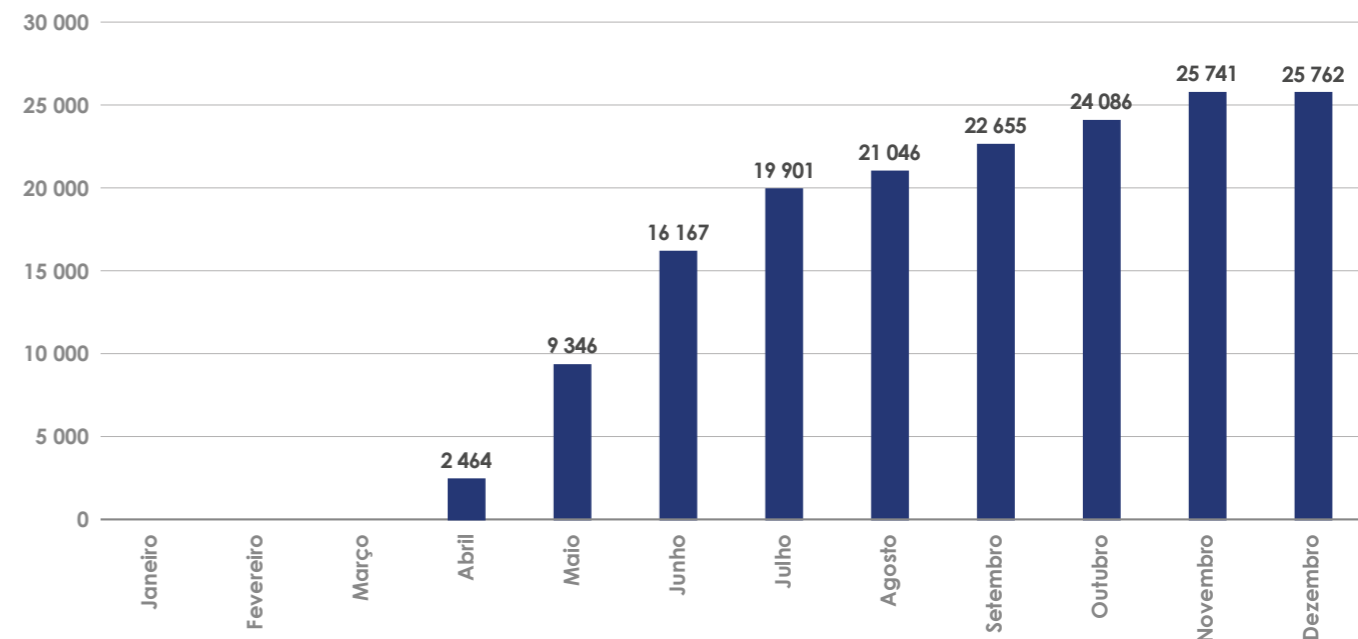


Ao nível da evolução do número de aderentes, a performance do projeto tem sido concretizada com números muito positivos. Analisando a evolução mensal do número de aderentes ao projeto, pode observar-se um aumento gradual deste número desde o arranque das campanhas de sensibilização em abril até dezembro. Nos últimos meses do ano, verifica-se uma ligeira estagnação do número de aderentes, que pode ser justificada pelo facto dos munícipes da área definida para o arranque da primeira fase do projeto já terem sido contactados.

No final do ano de 2021, o projeto Orgânico contava com quase 26 000 aderentes, o que representa um total de mais de 62 000 habitantes e cerca de 26% da população abrangida.

Para o ano de 2022, prevê-se o arranque da segunda fase do projeto, correspondente aos Avisos PO SEUR-11-2020-15 e PO SEUR-11-2019-29, com a instalação de mais 220 contentores.

Número de Aderentes - Projeto Orgânico



3.7.4. RECOLHA DE RESÍDUOS VERDES

No que respeita à recolha seletiva de resíduos verdes, 2021 foi um ano de consolidação da recolha na área de abrangência do PaP Residencial, bem como do circuito de recolha em locais de grande produção, ambos com início no final do ano de 2020.

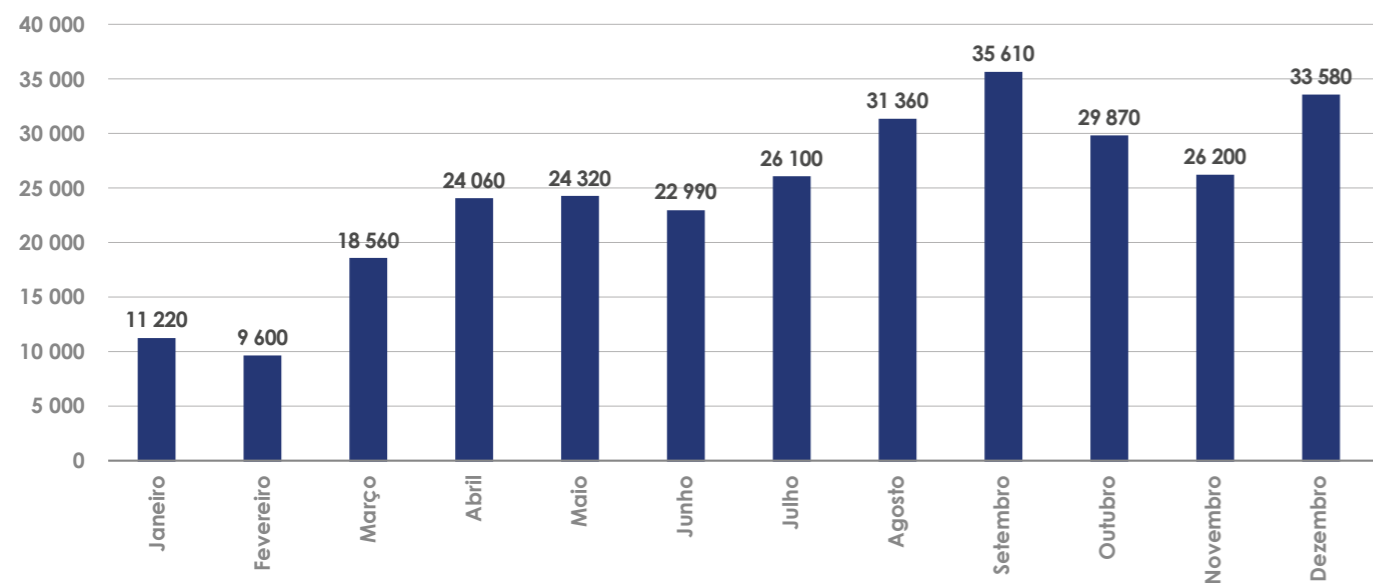
Relativamente aos locais de grande produção de resíduos verdes, nomeadamente instituições, estabelecimentos de ensino e urbanizações, estava planeada a entrega de 100 contentores de 1 000 L, adquiridos no âmbito do projeto Orgânico (Aviso 11-2018-14).

A campanha de sensibilização junto das instituições para apresentação do projeto teve início no ano de 2020 e prolongou-se durante o ano de 2021.

No final do ano de 2021, este circuito contava com 44 aderentes e um total de 95 contentores entregues.

No gráfico seguinte apresentam-se as quantidades de resíduos verdes recolhidas nestes locais ao longo do ano de 2021.

Quantitativos de Recolha de Resíduos Verdes (locais de grande produção)



Considerando que o projeto teve início no final de 2020, pode observar-se que os quantitativos recolhidos nos primeiros meses de 2021, ainda não

refletem o potencial total de resíduos a recolher nos 41 locais aderentes a este serviço. No entanto, verifica-se um aumento gradual dos quantitativos ao longo do ano, atingindo-se os valores mais altos no segundo semestre do ano de 2021, em setembro e dezembro.

No ano de 2021 foi recolhido um total de 293,47 toneladas de resíduos verdes neste circuito, sendo que se recolhem, em média, cerca de 25 toneladas por mês.

No que diz respeito à área de abrangência do projeto de recolha seletiva porta-a-porta, estava planeada a entrega de 10.000 sacos reutilizáveis de 175 L, adquiridos também no âmbito do projeto Orgânico (Aviso 11-2018-14).

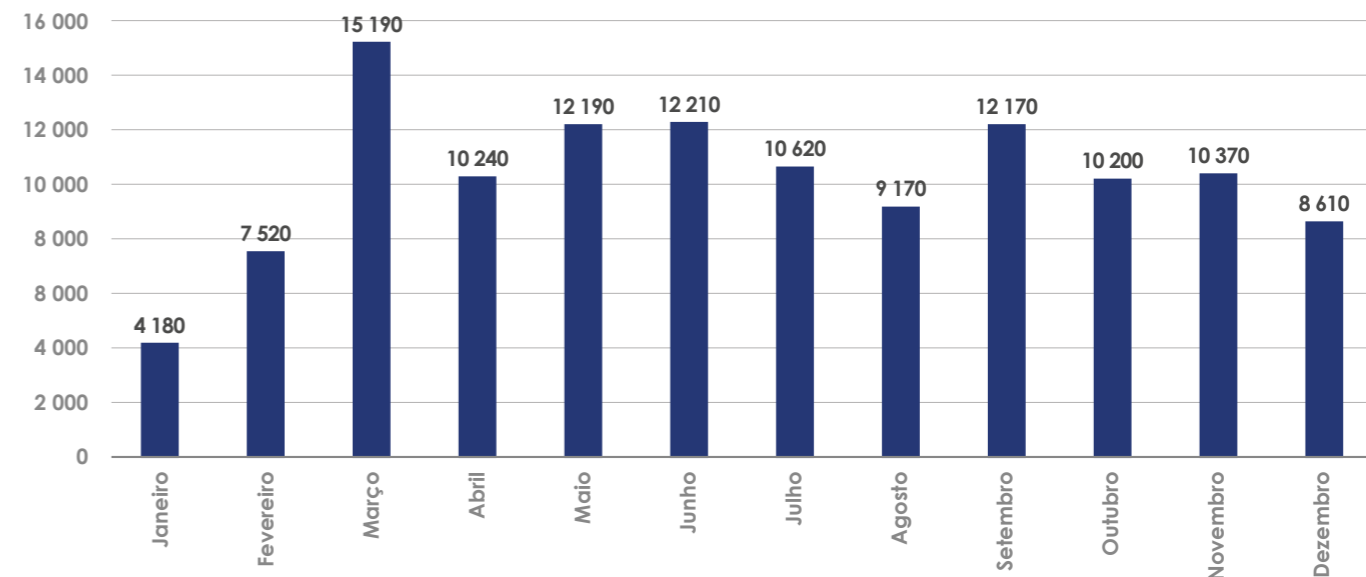
A campanha de sensibilização junto das habitações para apresentação do novo circuito dedicado de recolha seletiva de resíduos verdes teve lugar em dezembro de 2020, tendo a participação dos munícipes no projeto começado a estabilizar no início do ano de 2021.

No final do ano de 2021, este circuito contava com 1004 aderentes, um aumento de cerca de 100 aderentes face ao final do ano de 2020.

No gráfico seguinte apresentam-se as quantidades de resíduos verdes recolhidas ao longo do ano de 2021.

No ano de 2021, foi recolhido um total de 416,14 toneladas de resíduos verdes nos circuitos de recolha porta-a-porta.

Quantitativos de Recolha de Resíduos Verdes (habitações)



Tendo em conta que o projeto teve início no final de 2020, pode observar-se que os quantitativos recolhidos em janeiro e fevereiro, refletem a habitação ao novo sistema. No entanto verificou-se um aumento dos quantitativos a partir do mês de março, com uma média de recolha de cerca de 10 toneladas por mês.

Para o ano de 2022, prevê-se o alargamento do projeto a outros locais/zonas da cidade, nomeadamente com através da entrega de mais 300 contentores de 1 000 L em locais de grande produção, adquiridos no âmbito do Projeto Orgânico (Aviso 11-2020-15). Para além disso, irá continuar a entrega dos 10.000 sacos reutilizáveis tanto na atual zona, bem como na zona das Antas.

No ano de 2021, foi recolhido um total de 122,67 toneladas de resíduos verdes neste circuito.

Com este projeto, prevê-se uma meta de recolha seletiva de 1 600 toneladas de resíduos verdes, que contribuirá para aumentar largamente a quantidade destes resíduos que são valorizados e permitir desviá-los dos equipamentos para deposição indiferenciada.

Fazendo um balanço ao projeto de recolha seletiva de resíduos verdes, que atualmente conta com as duas vertentes referidas anteriormente, na tabela seguinte apresenta-se o resumo dos quantitativos recolhidos.

valores expressos em kg

QUANTIDADES RECOLHIDAS	RESIDENCIAL	NÃO RESIDENCIAL	TOTAL
Ano de 2020	7 260	36 540	43 800
Ano de 2021	122 670	293 470	416 140



3.7.5. PLANEAMENTO DO SERVIÇO DE LIMPEZA DO ESPAÇO PÚBLICO

No âmbito do contrato de prestação de serviços de limpeza do espaço público, foi estabelecido um planeamento inicial para os serviços de varredura e lavagem. O planeamento destes serviços consiste na definição dos circuitos a executar em cada dia da semana e horário, tendo por base a definição de uma frequência de varredura ou lavagem para cada arruamento da Cidade. A definição dessas frequências é realizada de modo a assegurar a manutenção das condições de limpeza da via pública, tendo em consideração as características de cada arruamento, tanto ao nível da sua estrutura como da sua utilização. São ainda considerados outros fatores, como o impacto que pode ser gerado pelos serviços de limpeza, nomeadamente no que respeita ao ruído, e também a sazonalidade e a disponibilidade de recursos. A sazonalidade é um fator determinante para o estabelecimento da frequência de varredura ou lavagem adequadas, uma vez que afeta diretamente as condições da via, por exemplo em relação à queda de folha e à afluência de pessoas. Assim, o planeamento destes serviços é revisto periodicamente, de modo a ajustar os mesmos de acordo com a variabilidade sazonal.

3.7.6. AVALIAÇÃO DA QUALIDADE PELA ERSAR

Anualmente é realizado o reporte de informação à Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resí-

duos (ERSAR), no âmbito da avaliação da qualidade do serviço de gestão de resíduos. A informação a reportar reúne dados de todas as componentes relacionadas com o serviço de gestão de resíduos, nomeadamente, o número e localização dos equipamentos de deposição, as quantidades de resíduos recolhidos e transportados, o combustível e a distância percorrida durante a execução do serviço, os recursos humanos afetos ao serviço, entre outros.

Em novembro de 2021 foram publicados os resultados alcançados pela **Porto Ambiente** relativamente ao ano de 2020, salientando-se a melhoria registada na cobertura de gastos e na renovação do parque de viaturas.

À semelhança do ano 2020, no ano de 2021 a **Porto Ambiente** recebeu, pelo segundo ano consecutivo, o Selo de Qualidade do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos da ERSAR, certificando a manutenção da qualidade do serviço prestado aos utilizadores. Para além disso, 2021 fica também marcado como o ano em que a Porto Ambiente é galardoada com o Prémio de Excelência, tendo-se destacado a nível nacional como a melhor entidade gestora na sua área de atividade. Este prémio reflete o esforço e trabalho desenvolvidos ao longo dos últimos anos, esforço esse que culmina no cumprimento dos critérios de qualidade que a ERSAR define para o setor, e sempre em linha com as orientações estratégicas europeias e com as políticas de circularidade e sustentabilidade ambiental.

Os resultados desta avaliação têm sido, na sua generalidade, muito positivos, e poderão ser consultados no portal do regulador, ou na página da internet www.portoambiente.pt.

3.7.7. ESTUDO MUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO DE UM SISTEMA DE RECOLHA DE BIORRESÍDUOS DO MUNICÍPIO DO PORTO

O Fundo Ambiental abriu o «Programa de Apoio à Elaboração de Estudos Municipais para o Desenvolvimento de Sistemas de Recolha de Biorresíduos», para a elaboração de um plano de ação e de investimentos para a operacionalização da recolha seletiva e tratamento local de biorresíduos. Nesse sentido, o Município do Porto integrou uma candidatura conjunta da LIPOR, para a realização desse estudo.

A **Porto Ambiente** apoiou a realização do estudo, que teve como objetivo identificar as soluções a implementar no Município do Porto, com vista a assegurar que os biorresíduos são separados e reciclados na origem ou recolhidos seletivamente, em linha com os princípios da circularidade e boas práticas ambientais.

Primeiramente foi realizado um diagnóstico do estado-da-arte da gestão de biorresíduos no Município do Porto, caracterizando o sistema de recolha seletiva atualmente implementado, bem como os potenciais de recolha e o tratamento de biorresíduos já existente. Posteriormente, foi feita uma análise prospetiva, que resultou na proposta de soluções de gestão de biorresíduos a implementar nos próximos anos, com base em dados técnicos, económico-financeiros e ambientais. Esta análise prospetiva permitiu uma análise custo-eficácia das diferentes soluções, com a estimativa dos quantitativos a recolher e a desviar para compostagem, bem como o dimensionamento de investimentos, custos e benefícios, e permitiu definir mecanismos de cooperação, informação e sensibilização.

As soluções delineadas assentaram na hierarquia da gestão de resíduos, priorizando a prevenção e a redução da produção, bem como o tratamento local desses resíduos, mas prevendo também sistemas de recolha seletiva adaptados e ajustados à realidade local.

3.7.8. PROJETOS FINANCIADOS

3.7.8.1. CITYLOOPS



O CityLoops é um projeto liderado pelo ICLEI – Local Governments for Sustainability, financiado no âmbito do Horizonte2020, que se baseia na colaboração entre um conjunto de parceiros para a implementação de ações destinadas a aumentar a circularidade na utilização de materiais, com foco nos resíduos de construção e demolição e nos biorresíduos. O CityLoops teve o seu arranque oficial em outubro de 2019 e terminará em setembro de 2023.

No âmbito do CityLoops, sete cidades europeias piloto irão desenvolver uma série de ações de demonstração e atividades com o objetivo de tornar os resíduos de construção e demolição (RCD) e os biorresíduos em materiais circulares.

No caso do Porto, a participação no CityLoops tem como tema a circularidade do setor alimentar, nomeadamente através da prevenção do desperdício alimentar, da promoção da recolha seletiva e tratamento local de biorresíduos no setor residencial, e a implementação de modelos de circularidade no setor social e do turismo.

Uma das atividades desenvolvidas pela **Porto Ambiente** consiste na implementação da recolha seletiva de resíduos orgânicos no setor residencial, em áreas de elevada densidade populacional e com prédios em altura, complementando assim o projeto Orgânico, permitido o alargamento deste projeto a outras áreas da cidade. Assim, tal como no referido projeto, procedeu-se à aquisição de contentores de proximidade para deposição seletiva de resíduos orgânicos, que foram integrados na rede de ecopontos já existente.

Em dezembro de 2020 foi lançado o procedimento para a aquisição dos contentores de proximidade, e o procedimento da campanha de comunicação iniciou-se em janeiro de 2021. Os contentores de proximidade começaram a ser instalados em julho de 2021 e a campanha de comunicação arrancou em simultâneo com a instalação dos contentores.

Em maio de 2021 realizou-se a terceira Assembleia Geral do projeto, em formato online.

Em dezembro de 2021 a Porto Ambiente organizou o primeiro workshop para formalizar a Rede Colaborativa CityLoops, com o objetivo de replicar as ações de demonstração do projeto, e contou com a presença de representantes dos Município da Área Metropolitana do Porto e ainda com pivots das entidades do turismo e da economia social. O Workshop realizou-se no Porto Innovation Hub na presença de 40 participantes.

3.7.8.2. INTHERWASTE

O projeto INTHERWASTE - Interregional Environmental Integration of Waste Management in Europe Heritage Cities, integrado no programa de financiamento Interreg Europe do Fundo Europeu para o Desenvolvimento Regional (FEDER), tem como objetivo promover a gestão eficiente e sustentável dos resíduos urbanos em cidades europeias com zonas históricas classificadas como património. Baseando-se na partilha de experiências e conhecimentos entre cidades que se deparam com os

mesmos desafios ao nível da gestão de resíduos, o INTHERWASTE promove a aprendizagem mútua entre os seus parceiros, contribuindo para a aquisição de conhecimentos e boas práticas que possam vir a ser integrados na definição de novas políticas de gestão e planos de ação, no sentido da melhoria da eficiência dos sistemas de gestão de resíduos urbanos.

A cidade do Porto é uma das cinco cidades parceiras, juntamente com Córdoba (Espanha), Cracóvia (Polónia), Talin (Estónia) e Ibiza (Espanha), sendo a coordenação assegurada pela ACR+, Associação das Cidades e Regiões para a Gestão Sustentável dos Recursos.

Em fevereiro de 2021 realizou-se o evento final do projeto, em formato online, devido à situação epidemiológica da altura.

Neste evento, a **Porto Ambiente** apresentou o progresso das ações em formato vídeo resumo dos anos do projeto. O projeto INTHERWASTE ficou concluído oficialmente em agosto de 2021, com a comunicação oficial de aprovação do último relatório submetido.

3.7.8.3. INTERREG SUDOE - ECOVAL

ECOVAL é um projeto candidato ao Interreg da região Sudoeste (Espanha, sul de França e Portugal), financiado através do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER).

A candidatura do projeto ECOVAL visa os seguintes objetivos:

- ▶ Valorização dos resíduos orgânicos e lamas para obter produtos biológicos de alto valor agregado;
- ▶ O desenvolvimento de cadeias de valor através da aplicação de processos biotecnológicos inovadores (tecnologias de fermentação anaeróbia) e a sua otimização para a obtenção de ácidos gordos voláteis;
- ▶ Demonstração em escalas representativas de diferentes formas de seleção e purificação desses produtos, bem como a conformidade com as qualidades exigidas para aplicação comercial, mais concretamente na indústria petroquímica e a integração da economia circular, promovendo a redução de resíduos e a proteção ambiental.

O promotor do projeto é a CETAQUA, Centro Tecnológico del Água da Galiza. Os restantes parceiros do projeto são:

- Junta de Castilla y León (Espanha)
- FEUGA (Espanha)
- USC (Espanha)
- INSA (França)
- NEREUS (França)
- Águas de Portugal (Portugal)

As responsabilidades da **Porto Ambiente** no ECOVAL incluem a integração em grupos de trabalho para a realização de um estudo económico, social e ambiental da gestão de resíduos na região SUDOESTE, a criação de uma base de dados para quantificar a produção deste tipo de resíduos, a identificação das barreiras legais que impedem a valorização deste tipo de resíduos e campanhas de sensibilização para promover uma alta qualidade separação de resíduos. Ainda no leque de atividades da **Porto Ambiente** neste projeto, e em colaboração com o INSA (Toulouse), a cidade do Porto foi escolhida para ser um laboratório vivo, à escala piloto, de um modelo para a otimização da gestão de resíduos numa perspetiva de economia circular.

A candidatura apresentada pela CETAQUA foi aprovada em outubro de 2020, e a assinatura do contrato realizou-se em novembro de 2020.

Os trabalhos do Ecoval iniciaram em 2021, com a realização de uma base de dados referente aos sistemas de gestão de resíduos e lamas no espaço Sudoeste. Este documento foi liderado pela **Porto Ambiente**, e contou com a ajuda das Águas do Tejo Atlântico, CETAQUA, Fundação do Património Natural de Castela e Leão e NEREUS. O formato da base de dados foi elaborado pela **Porto Ambiente** e distribuído pelos vários parceiros, que efetuaram o contacto com as entidades gestoras de resíduos e lamas e estas pudessem preencher a base de dados com as informações relevantes dos vários sistemas.

Em Junho de 2021 decorreu a segunda reunião do consórcio do Ecoval, onde foi apresentado o progresso do projeto.

3.7.8.4. ASPRELA + SUSTENTÁVEL

O projeto "Asprela + Sustentável" resulta de uma candidatura ao programa EEA Grant que tem como objetivo de criar o km2 mais sustentável da cidade, através de um projeto mobilizador e aglutinador que junta um capital apenas disponível através da partilha de conhecimento e experiência de entidades tão distintas quanto a academia, as instituições de saúde ou organizações municipais. Assim, o projeto pretende desenvolver novas ações e interligar as mesmas com um conjunto de medidas que as entidades existentes no território estão a implementar criando um efeito multiplicador apenas possível no território selecionado.

O projeto advém de uma parceria entre várias entidades de relevo, quer no Município do Porto, quer a nível internacional, nomeadamente: COOPÉRNICO – Cooperativa de Desenvolvimento Sustentável, Município do Porto, AdEPorto – Agência de Energia do Porto, Associação Porto Digital, Empresa Municipal de Ambiente do Porto, CMPEA – Empresa de Águas do Município do Porto, INEGI – Instituto de Ciência e Inovação em Engenharia Mecânica e Engenharia Industrial, INESC-TEC – Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores, Tecnologia e Ciência, EFACEC Electric Mobility, EFACEC Energia – Máquinas e Equipamentos Eléctricos, Virtual Power Solutions, EVIO – Electric Mobility, FAP – Federação Académica do Porto, IDNA – International Development Norway Association.



Neste contexto, a Porto Ambiente tem o papel de disseminação e divulgação do conceito Asprela + Sustentável a nível nacional e internacional, como forma de promoção do projeto, pretendendo também dar visibilidade e destacar o contributo dos EEA Grants a nível regional, nacional e internacional, sublinhando a sua importância em projetos relevantes no que diz respeito à sustentabilidade, descarbonização, circularidade e combate às alterações climáticas.

Esta tarefa engloba as seguintes atividades:

- Ações de comunicação;
- Ações de sensibilização;
- Ações de informação.

A candidatura ao programa EEA Grants foi apresentada em 2020 e aprovada em abril de 2021.

A primeira reunião de consórcio realizou-se em junho de 2021 presencialmente, no Porto Innovation Hub e teve como objetivo a estruturação do projeto e as alterações ao cronograma, com o acordo entre todos os parceiros.

Em julho de 2021 a Porto Ambiente desenvolveu o procedimento para aquisição do conceito de imagem, tendo começado em dezembro a adaptação da imagem aos materiais de comunicação do projeto.

3.7.9. OUTROS PROJETOS EM DESENVOLVIMENTO

3.7.9.1. SERVIÇO DE INTERVENÇÃO AMBIENTAL CUSTOMIZADA E GERAÇÃO+

Em parceria com a LIPOR, a Porto Ambiente participou no Serviço de Intervenção Ambiental Customizado (SIAC) e no Projeto Geração+, dirigidos a entidades da área educativa, social ou empresarial e que pretendem ser uma ferramenta de melhoria da gestão de resíduos interna de cada instituição, assente na prevenção de resíduos urbanos e num correto encaminhamento dos resíduos produzidos.

Após um primeiro diagnóstico, efetuado pela LIPOR, junto de cada participante, é delineada

uma estratégia com a **Porto Ambiente**, no que respeita à operacionalização da recolha dos resíduos urbanos.

O SIAC/Geração+ contou com a colaboração da **Porto Ambiente** no estabelecimento de uma estratégia em 80 novas entidades participantes e no acompanhamento e implementação no terreno em diversas entidades já integrantes no Projeto. Estas entidades incluem Instituições de Ensino Superior, como o a Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, Agrupamentos Escolares, como o Agrupamento de Escolas Alexandre Herculano e Instituições de Ensino Privado, como o Colégio Júlio Dinis. Em 2021, os projetos SIAC/Geração+ continuaram a sua colaboração com os Serviços de Ação Social da Universidade do Porto (SASUP) e com a Santa Casa da Misericórdia do Porto. De salientar a integração, em 2021, da Câmara Municipal do Porto no SIAC, com o desenvolvimento de ações nas diversas Unidades Orgânicas. Estas ações prolongar-se-ão no decorrer do ano de 2022.

Com a execução do Projeto angariaram-se novos aderentes aos serviços de recolha porta a porta no setor não residencial, nomeadamente no que respeita aos resíduos orgânicos, potenciou-se a participação de aderentes já inseridos nos serviços e planeou-se a instalação de novos equipamentos para deposição seletiva em locais críticos.

3.7.9.2. RECOLHA PORTA-A-PORTA RESIDENCIAL – PAP ANTAS

Durante o segundo semestre do ano de 2021, estava previsto iniciar o alargamento da área de



abrangência da recolha porta-a-porta no setor residencial para a zona das Antas.

Para isso e em colaboração com a Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, iniciou-se o levantamento dos fogos nas áreas inicialmente definidas, e foi possível finalizar a listagem de moradas a abranger.

Este projeto é a continuação e alargamento do Projeto Reciclar é Dar+, já implementado desde 2018 na zona de Serralves. Este é um projeto que conta com a colaboração da LIPOR no âmbito das candidaturas a financiamento do POSEUR, o Aviso 11-2019-29 e o Aviso 11-2019-25.

Em maio de 2021, foram rececionados os contentores de 140 litros e a viatura de recolha que serão utilizados para o alargamento da área de recolha porta-a-porta.

Devido a alguns constrangimentos, o arranque do projeto teve de ser adiado para o segundo trimestre do ano de 2022.



3.7.9.3. RECUPERAÇÃO DE VIDRO – PROJETO PILOTO

A Sociedade Ponto Verde (SPV) desenvolveu um projeto piloto que visa estudar várias opções de recolha de vidro nos estabelecimentos HORECA, nomeadamente com a adaptação dos atuais vidros (cyclea) com um sistema de baldeamento

assistido. Este projeto será levado a cabo em colaboração com a Porto Ambiente e a LIPOR, através do fornecimento dos vidros cyclea adaptados. A Sociedade Ponto Verde (SPV) irá também fazer o acompanhamento do projeto com ações de formação e de monitorização dos estabelecimentos HORECA. Para além disso, irá ser medida a taxa de participação bem como o aumento dos quantitativos recolhidos, através da monitorização do grau de enchimento dos contentores.

Através da instalação de vidros cyclea com este sistema de baldeamento assistido, espera-se que a quantidade de vidro recolhida aumente, uma vez que se torna mais fácil e cómodo para os estabelecimentos HORECA separar e depositar as embalagens de vidro corretamente no ecoponto.

No segundo semestre do ano 2021, foi feito um levantamento de cerca de 25 locais para a instalação dos novos vidros. Posteriormente, e no sentido de validar os locais inicialmente definidos, realizou-se um primeiro contacto com os estabelecimentos HORECA nas imediações de cada

vidro, para averiguar as condições dos mesmos para integrar o projeto. Através desta campanha inicial, foi possível selecionar os 12 locais com maior potencial para a instalação dos vidros com baldeamento assistido.

Após a seleção dos locais, iniciou-se, em dezembro de 2021, a monitorização dos mesmos, no sentido

de aferir as taxas de enchimento dos vidrões. Esta monitorização servirá futuramente para avaliar o aumento ou não dos quantitativos de vidro recolhidos.

3.7.10. OUTRAS PARTICIPAÇÕES

Ao longo do ano de 2021, a **Porto Ambiente** participou em vários webinars que permitiram partilhar, mas essencialmente adquirir conhecimento sobre as boas práticas de gestão de resíduos a aplicar no Município do Porto. Entre eles, vários webinars sobre a gestão de biorresíduos, sempre assente no contexto da circularidade e boas práticas ambientais. Para além disso, também foram temas a prevenção e novas metodologias de tarifário, como a aplicação de sistemas PAYT/SAYT.

São dignas de destaque as participações apresentadas nos subcapítulos seguintes, nas quais a Porto Ambiente teve um papel mais ativo.

3.7.10.1. BIORRESÍDUOS – SIMULADOR DE CENÁRIOS DE SEPARAÇÃO E RECICLAGEM NA ORIGEM E RECOLHA SELETIVA

Em março de 2021, decorreu um curso de formação online com o principal objetivo de capacitar os participantes para a utilização de um simulador, desenvolvido para a construção e comparação de cenários de separação e/ou reciclagem na origem e recolha seletiva destes resíduos. Este simulador serviu como base para o desenvolvimento do “Programa de Apoio à Elaboração de Estudos Municipais para o Desenvolvimento de Sistemas de Recolha de Biorresíduos”, promovido pela Secretaria de Estado do Ambiente do Ministério do Ambiente e Ação Climática, financiado pelo Fundo Ambiental.

3.7.10.2. BIOWASTE CLUB – PROJETO HOOP

Em setembro de 2021 a Porto Ambiente foi convidada a apresentar a sua estratégia para a recolha seletiva de biorresíduos no Município do Porto e perspectivas futuras, no âmbito do Projeto HOOP.

Este projeto, financiado pelo Programa Horizonte 2020, criou uma rede de “regiões farol” para o desenvolvimento de iniciativas de bioeconomia urbana circular em grande escala, focadas no



desenvolvimento de produtos de base biológica, a partir de biorresíduos e águas residuais. O Grande Porto, representado pela LIPOR, é uma das 8 “regiões farol” escolhidas no âmbito do Projeto HOOP.

Neste sentido, foi criado o Biowaste Club, uma plataforma que pretende envolver os diferentes atores locais e regionais da cadeia de valor dos biorresíduos, que terá reuniões bianuais, focadas em temas relevantes para a cadeia de valor dos biorresíduos, como é exemplo a recolha seletiva. A **Porto Ambiente** apresentou os sistemas de recolha de biorresíduos implementados no Município do Porto, tais como os projetos de recolha seletiva porta-a-porta e o Projeto Orgânico, perspetivando estratégias futuras para a gestão deste fluxo de resíduos.

3.7.10.3. CONSULTAS PÚBLICAS

A **Porto Ambiente**, como entidade responsável pela gestão de resíduos no Município do Porto, pronunciou-se relativamente à revisão do novo Guia Técnico n.º 27 - Guia de avaliação da qualidade dos serviços de águas e resíduos prestados aos utilizadores - 4.ª geração do sistema de avaliação. A Porto Ambiente submeteu, através do parceiro Smartwaste, os seus contributos e alguns pedidos de esclarecimentos sobre o novo sistema de avaliação das entidades gestoras de resíduos.

3.7.11. ESTÁGIOS CURRICULARES

3.7.11.1. ANÁLISE DA GESTÃO DE RESÍDUOS DAS ENTIDADES LOCALIZADAS NA ZONA INDUSTRIAL DO PORTO

No ano de 2020, um estudante da Licenciatura em Ciências e Tecnologia do Ambiente da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto (FCUP) realizou um estágio com o tema a “Análise da gestão de resíduos das entidades localizadas na zona industrial do Porto”. No ano de 2021, o estagiário regressou à **Porto Ambiente**, para a realização de um estágio de verão. Neste estágio, deu continuidade ao trabalho iniciado no ano anterior, consolidando a base de dados iniciada em 2020 e que enumera as entidades existentes na zona industrial do Porto, assim como as informações relevantes para uma futura implementação de um sistema de recolha adaptado. No final do seu estágio, elaborou um relatório que contempla uma análise comparativa dos dados recolhidos em 2020 e em 2021 e a proposta de um circuito e sistema de recolha adaptado à zona industrial. Este estágio, por não se realizar em âmbito académico, permitiu integrar algumas atividades que não se encontram diretamente relacionadas com o tema do estágio, mas que contribuíram para o trabalho realizado diariamente na **Porto Ambiente**.

3.7.11.2. DESENVOLVIMENTO DE UM SISTEMA DE DEPOSIÇÃO E RECOLHA DE RESÍDUOS VERDES NO SETOR NÃO RESIDENCIAL DE PEQUENA PRODUÇÃO

No âmbito do projeto de alargamento da recolha seletiva de resíduos verdes já em desenvolvimento nas vertentes residencial (na área abrangida pelo Projeto Reciclar é Dar+) e não residencial (em instituições, urbanizações e estabelecimentos de ensino), a **Porto Ambiente** propôs como tema para realização de estágio, aos alunos da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto (FCUP), o “Desenvolvimento de um sistema de deposição e recolha de resíduos verdes no setor não residencial de pequena produção”. O objetivo deste tema seria projetar a implementação, a uma escala reduzida, de um sistema de recolha seletiva de resíduos verdes, no setor não residencial, em locais de pequena produção, nomeadamente, floristas e igrejas. A partir deste levantamento, e com a



análise dos dados recolhidos, pretende-se desenvolver uma metodologia de deposição e recolha estruturada e adaptada, que identifique essencialmente qual o tipo de contentorização mais adequada a esta tipologia de local, bem como frequências de recolha.

Um estudante da Licenciatura em Ciências e Tecnologia do Ambiente da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto (FCUP), aceitou o desafio proposto e desenvolveu o seu estágio na **Porto Ambiente**.

No decorrer do seu trabalho, foi feito inicialmente um levantamento de todas as floristas e igrejas existentes no Município do Porto, e todos os locais foram georreferenciados.

A partir deste levantamento e da análise dos dados recolhidos, o estagiário propôs a contentorização mais adequada às necessidades de cada local, tendo em conta produções médias de resíduos verdes e frequências de recolha ajustadas a essa produção. Para além disso, propôs a criação de dois circuitos de recolha, um para o centro histórico da cidade e outro para os restantes locais.

A implementação deste projeto permitirá à **Porto Ambiente** ter um papel ativo na gestão dos resíduos verdes produzidos nestes locais, que ainda não dispõem

de uma solução que se adeque às características dos espaços e respetivo volume de produção.

3.7.11.3. DESENVOLVIMENTO DE UM SISTEMA DE DEPOSIÇÃO DE RESÍDUOS DOMÉSTICOS PERIGOSOS ADAPTADOS AO MUNICÍPIO DO PORTO

A partir de 2025 será obrigatória a disponibilização de uma rede de recolha seletiva para os resíduos domésticos perigosos, de acordo com a revisão da Diretiva Quadro de Resíduos, e sua transposição para a ordem jurídica nacional, e as novas orientações expressas no PERSU 2020+. Atualmente, a única solução disponibilizada pela **Porto Ambiente** para os resíduos domésticos perigosos é a sua deposição nos Ecocentros das Antas e da Prelada. No entanto, considera-se que, perante as novas diretrizes, o sistema disponibilizado deverá ser reforçado, pelo que a **Porto Ambiente** propôs aos alunos da FCUP o “Desenvolvimento de um sistema de deposição e recolha de resíduos domésticos perigosos”.

Um estudante do Mestrado em Ciências e Tecnologia do Ambiente, aceitou o desafio proposto e realizou a sua dissertação na **Porto Ambiente**, no âmbito da recolha seletiva de resíduos domésticos perigosos. Uma vez que a criação de um sistema de recolha do referido fluxo de resíduos será uma nova realidade para a cidade do Porto, a dissertação envolveu uma forte componente de análise da problemática dos resíduos domésticos perigosos e a identificação de exemplos de sistemas de recolha a nível nacional e internacional. Para o desenvolvimento da proposta de um sistema de deposição e recolha foram consideradas as estimativas de produção deste fluxo, baseadas em quantidades rececionadas nos Ecocentros e na caracterização de resíduos realizada em 2019, as condicionantes inerentes às características destes resíduos e à instalação de equipamentos, assim como as soluções atualmente já disponibilizadas por entidades privadas.

O trabalho desenvolvido, que culminou na apresentação de uma proposta de sistema de deposição e recolha de resíduos domésticos perigosos, adaptado às diversas realidades do Município do Porto, servirá como base para o desenvolvimento da estratégia a implementar pela **Porto Ambiente** até 2025.

3.7.11.4. IMPLEMENTAÇÃO DE UM SISTEMA DE RECOLHA PORTA-A-PORTA RESIDENCIAL NA ZONA DAS ANTAS

O estágio “Implementação de um sistema de recolha porta-a-porta residencial na zona das Antas” tem como principal objetivo dar continuidade ao Projeto Reciclar é Dar+, já implementado na zona de Serralves, nomeadamente nas freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde.

Um estudante da licenciatura em Ciências e Tecnologia do Ambiente da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto (FCUP), aceitou o desafio proposto e realizou o seu estágio em colaboração com a **Porto Ambiente**. Este estágio focou-se essencialmente na análise e levantamento dos fogos habitacionais nas áreas de interesse (na zona das Antas), nomeadamente com a avaliação das condições para a colocação dos contentores para a recolha seletiva porta-a-porta de resíduos, bem como as condições dos arruamentos para acesso das viaturas de recolha, entre outros. Para além disso, o estagiário realizou um levantamento dos equipamentos de proximidade existentes nestas áreas de interesse, com a proposta da sua retirada da via pública, com o objetivo de aquelas áreas ficarem servidas por um sistema de deposição único, o porta-a-porta.

A partir deste levantamento, e com a análise dos dados recolhidos, foi possível prever os quantitativos de potenciais aderentes, bem como de quantidades a recolher. Posteriormente, e como a ajuda deste trabalho, pretende-se desenvolver e consolidar a metodologia de deposição e recolha nesta área, com a criação de um novo de circuito de recolha.

Isto permitirá à **Porto Ambiente**, não só melhorar a qualidade e quantidade de resíduos recolhidos seletivamente, minimizando a fração indiferenciada, mas também facilitar o alinhamento das políticas do Município com o novo RGGR, nomeadamente no que diz respeito à implementação de sistemas PAYT.

3.7.11.5. DESENVOLVIMENTO DE UM SISTEMA DE DEPOSIÇÃO DE PROXIMIDADE EM ZONAS DE DIFÍCIL ACESSO

A cidade do Porto caracteriza-se por uma heterogeneidade de áreas – desde áreas densamente habitacionais, com edificações mais recentes e arruamentos com boas condições de circulação; até zonas históricas mais turísticas, com edifícios antigos e ruas estreitas; passando por áreas industriais ou até zonas com caráter mais agrícola. Assim, os sistemas de deposição e recolha de resíduos disponibilizados pela **Porto Ambiente** têm de se adaptar a estas diferentes características, garantindo sempre uma boa prestação de serviço. No entanto, as áreas que se caracterizam por ruas estreitas e de difícil mobilidade, designadas por zonas de difícil acesso, colocam-se como um dos maiores desafios à atividade de recolha.

Neste sentido, a **Porto Ambiente** apresentou aos alunos da FCUP a proposta de tema de estágio “Desenvolvimento de um sistema de deposição de proximidade em zonas de difícil acesso”. Um estudante da Licenciatura em Ciências e Tecnologia do Ambiente aceitou o desafio e realizou o seu estágio curricular na **Porto Ambiente**.

O estágio teve como principal objetivo a avaliação de diferentes zonas de difícil acesso na cidade do Porto e a proposta de um sistema de deposição, para os diferentes fluxos de resíduos, que se adeque às características destas áreas.

O trabalho desenvolvido incidiu em algumas zonas já identificadas pela **Porto Ambiente** como problemáticas, nomeadamente na zona da Foz Velha e em Massarelos, tendo sido realizado um levantamento dos principais desafios à instalação de equipamentos de deposição e acessibilidade das viaturas de recolha. Como complemento, foi proposto um modelo de equipamento para instalação nas zonas de difícil acesso.

O presente estágio demonstrou a complexidade do tema em análise, reforçando a necessidade de definição de uma estratégia pela **Porto Ambiente** para as zonas de difícil acesso.

3.7.11.6. ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO DE UM SISTEMA PAYT NO MUNICÍPIO DO PORTO

O novo Regime Geral de Gestão de Resíduos (RGGR), publicado em dezembro de 2020, define o prazo de cinco anos (após a entrada em vigor do diploma) para a implementação de um sistema tarifário que cobre ao utilizador final tarifas aplicadas sobre a quantidade de resíduos recolhidos, em detrimento da indexação ao consumo de água. Assim, revela-se urgente a determinação de um modelo tarifário, assente na produção de resíduos (Pay-As-You-Throw ou PAYT), que se adapte à realidade de deposição e recolha já existente na cidade do Porto.

Desta forma, a **Porto Ambiente** colocou como proposta de tema de dissertação “Análise da implementação de um sistema PAYT no Município do Porto” aos alunos da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (FEUP). Um estudante do Mestrado Integrado em Engenharia do Ambiente, aceitou o desafio e desenvolveu a sua dissertação em colaboração com a **Porto Ambiente**.

A dissertação avaliou a viabilidade da implementação de um sistema PAYT perante o sistema de gestão de resíduos atual, nomeadamente estimando os custos de investimento associados à aquisição/adaptação de equipamentos e tecnologia, e os custos de exploração, tendo por base os dados relativos ao ano de 2020, e quais as suas repercussões na tarifa de resíduos a aplicar ao utilizador final. Para além disto, foram também propostas soluções técnicas que permitem a adaptação do sistema de deposição e recolha atual para um sistema compatível com um tarifário PAYT.

O trabalho desenvolvido auxiliará a **Porto Ambiente** na definição da estratégia para a transição do sistema tarifário atual para um sistema PAYT.

3.7.11.7. ANÁLISE DOS ATUAIS SISTEMAS DE GESTÃO DE BIORRESÍDUOS

O tema de estágio “Análise dos atuais Sistemas de Gestão de Biorresíduos” teve como objetivo auxiliar o processo de criação de uma base de dados dos sistemas de gestão de resíduos e lamas, proposto pelo projeto Ecoval.

Um aluno da licenciatura em Ciências do Ambiente da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro demonstrou interesse na realização do estágio no âmbito apresentado.

As várias restrições enfrentadas devido à situação pandémica, levaram a que o tempo de estágio e a presença do aluno fosse reduzida, quando comparado com o inicialmente planeado, o que não permitiu que o trabalho desenvolvido fosse de acordo com o esperado. Assim, o trabalho desenvolvido focou-se essencialmente no auxílio da criação da base de dados, a utilizar no projeto Ecoval, e utilização da base de dados para caracterizar o sistema de gestão de resíduos da Porto Ambiente, com foco nos biorresíduos e nas quantidades recolhidas, comparando de forma genérica com o panorama nacional.



3.8. Unidade Orgânica de fiscalização, Atividade Não Regulada e Comercial

A Unidade Orgânica de Fiscalização, Atividade não Regulada e Comercial (UOF), a qual visa a fiscalização do cumprimento do Regulamento de serviço, foi constituída em 2019, no seguimento da publicação, nesse mesmo ano 2019, de dois instrumentos regulamentares essenciais à atividade da Empresa:

- ▶ Regulamento de Serviço, o qual define as regras a que obedece a prestação pela **Porto Ambiente** dos serviços de gestão de resíduos urbanos e de limpeza do espaço público; e
- ▶ Regulamento de Fiscalização, o qual define as regras a que obedece a fiscalização, pela **Porto Ambiente**, do cumprimento das regras relativas à prestação dos serviços de gestão de resíduos urbanos e de limpeza do espaço público.

Em 2021, a estrutura de recursos humanos do serviço de Sensibilização/Fiscalização Ambiental contou com uma acentuada redução de recursos, terminando o ano com 4 agentes de fiscalização e 2 formadores, sendo a expectativa de estabilização das equipas existentes para 2022, otimizando a sua produtividade e dando resposta a outras atividades.

No período de 2021, todos os colaboradores participaram na formação “Noções básicas em Segurança e Saúde no Trabalho”, ministrada pela equipa interna de SST, tendo a equipa igualmente participado, ainda que parcialmente, na Formação sobre a Norma ISO 14001, ministrada na EMAP pelo Eng.º Carlos Coutinho, bem como na Formação “Regime Geral de Gestão de Resíduos”, organizada pela OERN.

3.8.1. SENSIBILIZAÇÃO/FISCALIZAÇÃO PREVENTIVA

No ano de 2021, foi dada continuidade ao trabalho desenvolvido no período transato, ainda com as condicionantes associadas à pandemia, tendo-se verificado alguns períodos de paragem que limitaram a respetiva atuação e que levaram à estabilização da estrutura em 2021.



Não obstante, foram realizadas um total de 1 541 ações de sensibilização, tendo-se iniciado um processo de revisita aos estabelecimentos cuja ação de sensibilização havia sido efetuada há, pelo menos, 2 anos. Desta forma, não se procedeu à execução de novas campanhas de sensibilização globais, com a exceção das anteriormente mencionadas no âmbito do projeto orgânico.

No âmbito da sensibilização, foram ainda distribuídos panfletos alusivos à proibição da deposição de OFU e RCD na via pública e/ou nos equipamentos de proximidade, nas zonas com frequentes deposições indevidas de resíduos desta tipologia. Em zonas críticas, e de elevada densidade de serviços/comércio, foram colocados ofícios de sensibilização nas caixas de correio.

Ainda no ano de 2021, deu-se início à concretização do plano de combate à “sacaria” em 36 arruamentos, tendo sido obtidos resultados extremamente positivos. O plano não foi ainda concluído, encontrando-se em monitorização.

De um modo geral, a pandemia continua a ter um impacto bastante acentuado na atividade

da sensibilização/fiscalização, atendendo a que o setor dos serviços e restauração/comércio, foi bastante afetado, continua a ser o nosso grande foco. Assim, as oportunidades de sensibilização naturalmente diminuíram como consequência do fecho total ou parcial destes estabelecimentos e também da evidente redução de produtividade que, inevitavelmente, teve impacto ao nível da produção/gestão dos resíduos urbanos.

3.8.2. FORMAÇÃO AMBIENTAL

A Formação Ambiental procedeu à abertura de 89 processos de formação em 2021. Destes processos, 66 foram concluídos ainda em 2021, sendo que apenas 19 resultaram em processos de contraordenação. Transitam para 2022, 19 processos que se encontram a decorrer.

Foram concluídos 47 processos com atribuição do respetivo certificado, que resultaram em melhorias significativas nos procedimentos de gestão de resíduos urbanos destes estabelecimentos.

3.8.3. MONITORIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS

A monitorização dos equipamentos de deposição de resíduos é efetuada pelos agentes de sensibilização/fiscalização nas áreas que lhes são atribuídas, consistindo na identificação e no reporte das roturas de capacidade dos equipamentos e das necessidades de manutenção dos mesmos.

Em resultado da análise da informação obtida com esta monitorização, foi efetuado o reforço de contentorização (indiferenciada e seletiva) em alguns locais críticos e foi promovida a manutenção/higienização dos equipamentos danificados/conspurcados, por parte da Operação.

Do ponto de vista operacional, a partir do ano de 2021 passou a ser possível o registo de eventos por intermédio de uma APP, em que para além dos Agentes de fiscalização os colaboradores passaram também a ter acesso, incrementando assim o nível de digitalização do processo, e consequentemente da eficiência do mesmo.

3.8.4. PROCESSOS DE CONTRAORDENAÇÃO

No ano de 2021, a área de Fiscalização instaurou 44 processos de contraordenação. O decréscimo verificado face ao ano anterior deve-se essen-

cialmente à existência do novo procedimento de formação ambiental, iniciado no final de 2020, o qual suspende a instauração dos mesmos, possibilitando assim o desvio de cerca de 89 processos.

Relativamente à tramitação dos processos, de notar que a mesma esteve suspensa, por imposição legal, de 22 de janeiro a 6 de abril. Não obstante, fechou-se o ano de 2021 com todos os processos regularizados.

3.8.5. ÁREA COMERCIAL

A Área Comercial (AC) foi constituída pela Unidade Organização Fiscalização (UOF), em agosto de 2020, com o objetivo de proporcionar aos utilizadores dos serviços prestados pela **Porto Ambiente** um acompanhamento contínuo e especializado, estabelecendo-se uma relação de proximidade com os mesmos, da qual todos os intervenientes beneficiarão.

É uma área de negócio vocacionada para clientes não residenciais e está inserida na Direção da Sustentabilidade Ambiental e Limpeza do Espaço Público, consistindo em uma das primeiras missões na gestão da carteira de clientes, tendo por base o serviço de Recolha Multimaterial Baixa Limpa (RMBL). Esta gestão passou pela migração de

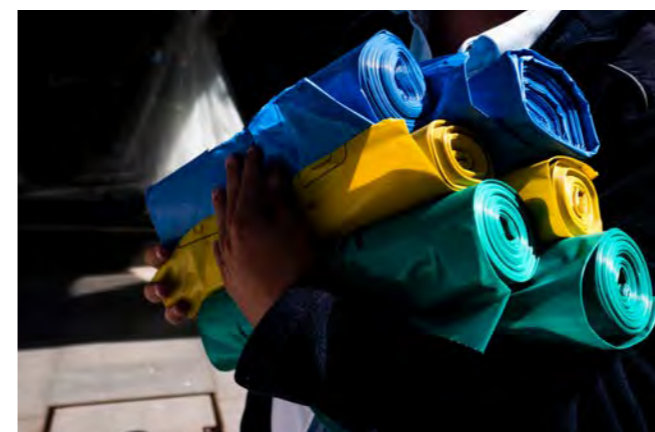


clientes de outros serviços para este, bem como pela angariação de novos aderentes, sendo assim consolidado o número de aderentes ao serviço de Recolha Multimaterial Baixa Limpa, assim como do serviço de recolha de Resíduos Orgânicos.

As atividades desenvolvidas em 2021, pelos Técnicos de Gestão de Clientes (TGC) foram a construção da Base de Dados de Clientes, desta forma demos conhecimento ao cliente da Empresa Municipal Porto Ambiente e atualizamos os dados para melhorar a celeridade da abordagem, em caso de necessidade, as BD construídas foram:

- ▶ Recolha seletiva Multimaterial (Baixa Limpa);
- ▶ Recolha seletiva de Orgânicos;
- ▶ Recolha seletiva Movida.

Estas equipas efetuaram 313 adesões de novos clientes, para a recolha seletiva de resíduos orgânicos e da multimaterial, bem como 37 reativações. Mensalmente a equipa dos TGC efetuou cerca de 150 abordagens, que incluiu adesões, reativações e esclarecimentos nos procedimentos de separação e encaminhamento dos resíduos.



As atividades desenvolvidas em 2021, pelos Assistentes Técnico Comerciais consistiram essencialmente na (i) entrega de sacos (cerca de 600 clientes recolha seletiva multimaterial da Baixa Limpa e Movida), (iii) acompanhamento e apoio a clientes no processo de deposições dos sacos da fração multimaterial e dos contentores de resíduos orgânicos na via pública, para certificar se estão a ser cumpridas as normas de separação e o intervalo de determinado pela **Porto Ambiente**, e (iv) acom-

panhamento e apoio a clientes nos circuitos de resíduos orgânicos, para certificarem que não existe contaminação do resíduo orgânico.

Estas equipas participaram igualmente nos eventos realizados no município do Porto, disponibilizando recursos para a instalação de equipamento, monitorização e o encaminhamento dos resíduos para valorização.

A pandemia COVID-19 gerou grandes constrangimentos na sociedade, pelo que a área de Gestão de Clientes não foi indiferente a esse período. Neste ano houve uma intermitência da na nossa atividade, provocada pelo confinamento ou medidas de mitigação. Apesar do quadro verificado, estamos satisfeitos com o nosso trabalho. Apesar da nossa atividade estar dependente da estratégia da **Porto Ambiente**, temos potencial para crescer e projetar a empresa para a "...excelência dos serviços prestados aos cidadãos e pelo seu contributo para a promoção e proteção do ambiente."

3.8.6. FISCALIZAÇÃO DA LIMPEZA DO ESPAÇO PÚBLICO

A área da Limpeza do Espaço Público é constituída por duas equipas distintas, uma alocada à Fiscalização do Contrato de Limpeza do Espaço Público e outra alocada à Limpeza de Fachadas e mobiliário urbano.

Dentro das competências atribuídas aos encarregados/fiscais do contrato de prestação de serviços, foram realizadas ações de fiscalização, a alocação dos meios previstos nos pontos constantes no caderno de encargos, à verificação no terreno de pedidos enviados através do canal Ecolinha e ações aleatórias de monitorização da qualidade do serviço prestado.

No decorrer das ações de monitorização, é reportada, em tempo real aos departamentos competentes através de uma aplicação móvel, a localização de OFU's abandonados na via pública ou a localização de equipamentos de deposição coletiva em rotura, para resolução atempada.



Assim, em 2021 e apesar dos constrangimentos provocados pelo COVID-19, foi possível contabilizar 4 102 interações reportadas ao prestador de serviços, das quais 2 948 resultam de pedidos de intervenção realizados por munícipes, através da Ecolinha e as restantes 1 154 resultam da monitorização no terreno efetuada pelos encarregados/fiscais, de acordo com o suprarreferido.

3.8.7. LIMPEZA DE FACHADAS

A atividade da limpeza de fachadas executou a limpeza de um total de total de 149 mil m² de área vandalizada, nomeadamente limpeza de fachadas,



das, equipamentos e mobiliário urbano. Cerca de 119 mil m² por remoção com pintura e de 29 mil m² por remoção com sílica, tendo cerca de 16 mil m² decorrido das 250 incidências registadas via Ecolinha e 133 mil m² de incidências verificadas no decorrer das ações regulares de monitorização.

3.8.8. COMUNICAÇÃO

A componente de Comunicação continuou a assumir uma maior escala desde o ano de 2019, compreendendo o desenvolvimento de várias ações de sensibilização, de comunicação externa, de marketing e de marketing digital, bem como através da participação em eventos, de forma direta e presencial, com a colaboração do Gabinete de Comunicação do Município do Porto.

No ano de 2022 será promovida a autonomia desta área, assumindo assim a **Porto Ambiente**, de forma clara e transparente, o seu posicionamento, tendo para o efeito, ainda em ano de 2021, por deliberação do Conselho de Administração em reunião ordinária de 24 de novembro, aprovado a constituição da unidade de Coordenação de Comunicação e Imagem, com reporte direto ao Conselho de Administração e constituída por dois elementos.

Em termos genéricos, a sua ação para os próximos meses passa pelo desenho da estratégia de comunicação da Porto Ambiente, com vista ao seu posicionamento como entidade de referência no setor, e ao reforço de notoriedade da atividade da empresa, com destaque para o trabalho diário das suas equipas, junto de diferentes públicos.

Pretende-se que a Porto Ambiente tenha um papel de relevo no setor em que atua, assumindo-se, em situações estratégicas, como porta-voz, com a partilha de boas práticas desenvolvidas e implementadas pela empresa na sua atividade.

Esta equipa será igualmente responsável pelo desenho de campanhas de comunicação que promovam reforço da componente de informação e sensibilização ambiental, essenciais para a prossecução dos objetivos estratégicos da **Porto Ambiente**.

Os frutos desta aposta desde cedo se demonstraram evidentes, como se verificou com o aproximar da quadra natalícia, tendo sido delineada uma campanha de Natal com o intuito de sensibilizar para a importância de separar e reciclar de forma correta os resíduos que se produzem nesta época, apelando a que "No Natal para além de dar, não se esqueça de reciclar".

Para tal, foi realizado um pequeno vídeo que ilustra o trabalho das equipas da Porto Ambiente, e



que contou com a participação de colaboradores da empresa, que passava uma mensagem simples, a de que cada gesto pode fazer a diferença para tornar o Porto uma cidade mais amiga do ambiente.

Para além das ações supracitadas, deu-se ainda continuidade à publicação da newsletter mensal, bem como à elaboração e publicação de notícias e artigos sobre temas da atualidade e relativos à atividade da **Porto Ambiente**.

3.8.8.1. COMUNICAÇÃO OFFLINE – SENSIBILIZAÇÃO DIRECIONADA

No decurso do ano de 2021, foram sendo realizadas ações pontuais de sensibilização, procurando direcionar a abordagem a temas específicos, tais como a correta separação de resíduos, a reciclagem e o potencial risco de aplicação de coimas. Estas ações passam pela conceção de folhetos, brindes, monofolhas e conteúdos de divulgação na página web da **Porto Ambiente**.

Por outro lado, e sempre que pertinente, são concebidos materiais de comunicação, direcionados para a sensibilização de proximidade relativa a alterações ao serviço de recolha, deslocação de equipamentos ou reforço de contentorização.

À semelhança do verificado no ano de 2020, em 2021 foi dada continuidade ao foco no alerta e

consciencialização para os cuidados a ter no descarte das máscaras, luvas, lenços e outros resíduos com potencial de propagação da Covid-19, sendo exemplo disso a colocação de autocolantes nos diferentes contentores da cidade, assim como a decoração de todas as viaturas de recolha com mensagens de apelo e sensibilização da população para esta temática.

3.8.8.2. COMUNICAÇÃO ONLINE

Os conteúdos do website da **Porto Ambiente**, foram sempre uma permanente preocupação do canal de comunicação da Empresa.

Da navegação pelo site, o utilizador poderá encontrar mais conteúdos informativos, interativos e multimédia, bem como as últimas notícias relacionadas com a **Porto Ambiente**, lançadas nos mais diferentes meios de comunicação, sendo os conteúdos do mesmo atualizados regularmente, assumindo este um papel cada vez mais importante como um meio de comunicação da **Porto Ambiente**.

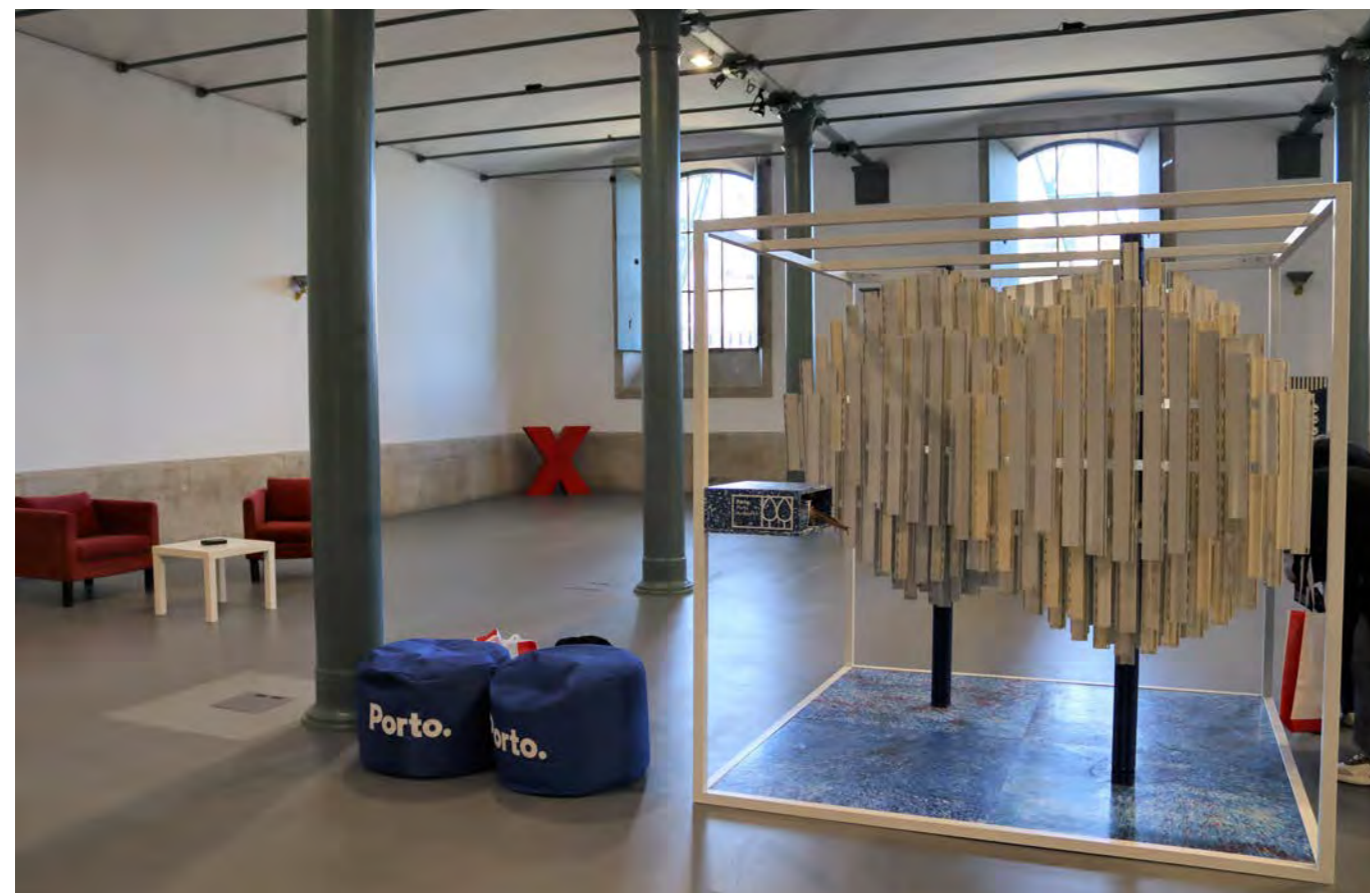
O site permite ainda que os utilizadores possam

fazer pedidos de adesão a alguns serviços, apresentar sugestões, reclamações, elogios, entre outros.

3.8.8.3. NEWSLETTER

Foi mantida a promoção e divulgação da newsletter da **Porto Ambiente**. Esta newsletter com caráter mensal e divulgação exclusivamente interna, tem como intuito aproximar todos os colaboradores dos diferentes setores, bem como comunicar transversalmente acontecimentos, mudanças, informações pertinentes, partilhas e experiências, entre outros.

De realçar uma componente importante desta newsletter, a rubrica “À Conversa com...” na qual todos os meses é escolhido um colaborador que é entrevistado de forma informal, para que todos fiquem a conhecer um outro lado mais pessoal dos seus colegas.



3.8.8.4. CAMPANHAS DE SENSIBILIZAÇÃO

Por força as múltiplas restrições verificadas na realidade atual, como consequência da pandemia de Covid-19, a implementação de campanhas de sensibilização no terreno tem vindo a ser gerida de forma bastante conservadora.

Nesta área, e de forma coordenada com o departamento de Planeamento e Investigação e desenvolvimento, foram concebidas e desenvolvidas as diretrizes e componentes das campanhas de sensibilização que constituem alguns dos projetos internacionais de que a **Porto Ambiente** é parte integrante: Projeto Orgânico – Recolha Seletiva de Biorresíduos no município do Porto e CityLoops.

3.8.8.5. NOTÍCIAS

Resultado do crescimento e cimentação da sua

atividade ao nível da gestão de resíduos urbanos e limpeza do espaço público, a **Porto Ambiente** e tem sido cada vez mais reconhecida a nível nacional, sendo evidência disso as notícias e reportagens realizadas sobre a sua atividade no município do Porto, pelos diferentes media nacionais.

No âmbito da Comunicação, neste ano de 2021, e apesar da situação pandémica instalada, a **Porto Ambiente** foi convidada a participar em reportagens que permitissem o acompanhamento dos trabalhos no terreno, focando a sua capacidade de adaptação às circunstâncias, medidas e plano de contingência adotado para a proteção individual dos seus colaboradores e serviço público prestado através da recolha de resíduos e limpeza pública.

Em seguida, apresenta-se uma síntese das múltiplas reportagens e notícias realizadas, no decurso do ano de 2021:

FONTE	DATA	TÍTULO
Porto.pt	08/01/2021	LIPOR exige ao Governo eliminação da contribuição extraordinária e do aumento da taxa de gestão de resíduos.
Porto.pt	08/02/2021	Trabalho do município na redução do uso desnecessário de plásticos foi alvo de reconhecimento.
Porto.pt	15/02/2021	Porto acelera reciclagem de resíduos verdes com o envolvimento de instituições.
Porto.pt	18/02/2021	Porto Ambiente vai instalar 500 contentores para recolha de resíduos.
Expresso	25/03/2021	Graffiti: arte ou vandalismo? A linha é tênue, mas estas pinturas custam milhões aos contribuintes.
JN	06/04/2021	Reciclagem no Porto aumenta 50% em três anos.
Forbes	07/04/2021	Artigo de Opinião: Porto Orgânico.
Porto.pt	12/04/2021	Reciclagem aumenta 50% em apenas três anos com a Porto Ambiente .
JN	18/04/2021	Mais de 100 lixeiros trabalham à noite para o Porto ficar num brinco.
Porto.pt	21/04/2021	Ecocentro móvel para deposição de resíduos perigosos já está na rua.
Porto.pt	22/04/2021	Porto alarga recolha de resíduos orgânicos a 60% da cidade.
O Guia	22/04/2021	Porto alarga recolha de resíduos orgânicos a 60% da cidade.
Voz Portucalense	24/04/2021	Porto alarga recolha de resíduos orgânicos a 60% da cidade.
JN	10/05/2021	Portuenses estão a aderir à recolha seletiva de resíduos orgânicos.
Marketeer	01/05/2021	Porto Orgânico: caras conhecidas da cidade abraçam projeto de recolha de resíduos orgânicos.
Jornal Leça da Palmeira	13/05/2021	Caras conhecidas da cidade do Porto abraçam projeto de recolha de resíduos orgânicos.
Porto Canal	23/05/2021	Município do Porto vai distribuir contentores para promover a separação de resíduos orgânicos.

FONTE	DATA	TÍTULO
Caderno "País Positivo" SOL	29/05/2021	É nas cidades onde se pode fazer a diferença e mudar o paradigma!
Público	07/06/2021	País ainda tem muita margem para pôr mais gente a fazer compostagem.
Ambiente Magazine	09/07/2021	Em dois meses, o "porto orgânico" já recolheu 140 toneladas de resíduos orgânicos.
Porto.pt	05/08/2021	Ilhas de Compostagem Comunitária transformam os biorresíduos em composto orgânico.
Green Savers	Ed./08/2021	Resultados obtidos com o projeto Orgânico provam que estamos no caminho certo.
Porto.pt	12/11/2021	Porto Ambiente distinguida como melhor empresa na Gestão de Resíduos Urbanos.
Biosfera – RTP2	20/11/2021	Ep. 36 - Comunidades Circulares
WattsON	24/11/2021	Porto Ambiente recebe prémio de excelência pela gestão de resíduos.
Minuto R - CNN	29/11/2021	Ep. 1 - O lixo que separamos volta a ser misturado?
Porto.pt	02/12/2021	Ecocentro da Prelada aberto em todos os domingos do mês de dezembro.
Porto.pt	10/12/2021	Invicta incentiva outras cidades rumo à economia circular.
Porto.pt	13/12/2021	Apenas 0,24% dos resíduos urbanos do Porto foram enviados para aterro.
Lusa	13/12/2021	Porto mandou 0,24% dos seus resíduos para aterro sanitário em 2020.
Observador	13/12/2021	Porto mandou 0,24% dos seus resíduos para aterro sanitário em 2020.
WattsON	14/12/2021	Porto junta municípios e organizações em Rede Colaborativa CityLoops.
JN	15/12/2021	Porto mandou 0,24% dos seus resíduos para aterro sanitário.
Indústria e Ambiente	17/12/2021	Porto enviou 0,24% dos seus resíduos para aterro sanitário em 2020.
Porto.pt	21/12/2021	Dar e reciclar são duas palavras que dão cor ao Natal.
DoPapel	21/12/2021	Porto Ambiente com campanha em prol do ambiente na época de Natal.
Smart Cities	22/12/2021	No Porto, dar e reciclar são duas palavras que dão cor ao Natal.
Porto.pt	23/12/2021	Porto Ambiente reforça recolha de resíduos na quadra natalícia.
RTP.PT	25/12/2021	Dia de Natal. Manhã de limpezas nas ruas do Porto.
RTP1	25/12/2021	Dia de Natal. Manhã de limpezas nas ruas do Porto.
CNN	27/12/2021	Ambiente: dezembro é uma das épocas em que se geram mais resíduos.
CNN.PT	27/12/2021	Autarquia do Porto apelou à reciclagem no Natal com "resultados muito interessantes".
CNN.PT	27/12/2021	Natal traz mais lixo: dezembro é um dos meses em que se geram mais resíduos.
CNN.PT	27/12/2021	Embrulhos, embalagens ou árvores de Natal. Lixo natalício preocupa autarquias.
TVI	27/12/2021	Aposta na Reciclagem.
Porto Canal	29/12/2021	Reciclagem durante a época festiva.

3.9. Recursos Humanos

Ao nível dos Recursos Humanos, começar por enaltecer uma vez mais a coragem, empenho e sentido de serviço público de todos os colaboradores das atividades de recolha de resíduos urbanos e da limpeza do espaço público.

Num segundo ano de pandemia, em que se passaram momentos de confinamentos e em que a incidência do nível de infeção se revelava mais acentuada, estes colaboradores nunca pararam de trabalhar e, mesmo correndo riscos para si e para

as suas famílias (apesar de possuírem todos os equipamentos de proteção necessários), garantiram, sempre, que todos os resíduos da cidade eram, diariamente, recolhidos.

Motivo pelo qual a empresa reforça o agradecimento e o enorme orgulho de toda a sua equipa de trabalho.

No que respeita ao seu quadro de pessoal, e dado que se proceder a uma reativação, gradual, de todos os circuitos de recolha constatou-se a seguinte evolução:

valores expressos em euros

RECURSOS HUMANOS	2021	2020
Número de trabalhadores no final do período	370	352
Número médio de trabalhadores ao longo do período	361	351
Gastos com o pessoal	6 991 432,50	6 728 880,95
Gasto médio, mensal, por colaborador (12 meses)	1 613,90	1 597,55

A referida reativação dos circuitos de recolha, bem como a constituição de novas equipas de trabalho (projeto orgânicos), na procura de dar resposta ao expectável aumento da produção de

resíduos, impactou naturalmente no mapa de pessoal da **Porto Ambiente**, o qual em 31 de dezembro de 2021, era constituído por 370 colaboradores, e cujo detalhe se elenca em seguida.

número de colaboradores

#	CATEGORIA PROFISSIONAL	2021	2020
1	Administrador executivo	2	2
2	Diretor	4	2
3	Coordenador	4	5
4	Assessor Jurídico da Administração	1	1
5	Técnico Superior	18	14
6	Secretária do Conselho de Administração	1	1
7	Técnica de Comunicação	0	1
8	Administrativo	8	8
9	Assistente Técnico Informática	1	0
10	Fiel Armazém	1	1
11	Assistente Técnico Apoio Gestão Contrato	1	1
12	Assistente Técnico Sensibilização	2	2
13	Assistente Técnico Fiscalização	4	5
14	Assistente Técnico Comercial	4	8
15	Assistente Técnico Eletricista	1	1
16	Assistente Técnico Serralheiro	1	1
17	Mecânico	1	1
18	Encarregado Operacionais	22	22
19	Assistente Operacionais - Motorista	90	86
20	Assistente Operacionais - Cantoneiro	204	190
TOTAL		370	352

3.9.1. VÍNCULO LABORAL

No âmbito do vínculo laboral, e após ter sido verificado em 2020 o aumento da adesão do número de colaboradores de cedência de interesse público, por livre iniciativa, ao regime em 40h por semana, destaca-se em 2021 e essencialmente motivado por reformas verificadas no âmbito da atividade de Gestão dos resíduos urbanos, da consolidação da preponderância do vínculo por Contrato individual de trabalho.

3.9.2. ABSENTISMO

Na **Porto Ambiente**, o absentismo tem um impacto muito significativo na operação, pois a recolha de resíduos na cidade obriga à utilização de todas as viaturas disponíveis, as quais, para poderem funcionar plenamente, necessitam de um número pré-definido de colaboradores. Assim sendo, se um motorista/cantoneiro faltar, a viatura não poderá sair e a recolha daquele circuito não é efetuada.

Para evitar este tipo de constrangimentos, a **Porto Ambiente** necessita de um quadro de colaboradores ligeiramente superior àquele que, à partida, seria exigido.

Recordamos que no ano de 2020 e principalmente provocado, de forma direta ou indireta pela COVID-19 (baixas médicas por covid-19, contactos com casos positivos, assistência a familiares, apoio excecional pelo encerramento dos estabelecimentos de ensino, etc.), a taxa de absentismo da **Porto Ambiente** havia ascendido a 7,5%. O desempenho deste indicador, no ano de 2021, registou um decréscimo significativo (na ordem dos -1,4% fixando-se nos 6,1%, ou seja, foram trabalhadas mais 9 765 horas). Esta evolução favorável resulta como consequência das várias medidas, que foram, entretanto, tomadas para garantir, por um lado, a segurança e saúde dos trabalhadores, e por outro a continuidade da execução dos serviços essenciais **Porto Ambiente** (que em momento algum parou ou suspendeu a operação de recolha).

3.9.3. FORMAÇÃO

A **Porto Ambiente** valoriza a formação dos seus colaboradores, e desta forma pretende dotar os mesmos

de competências que lhes permitam desempenhar cada vez melhor a sua função (ou novas exigências inerentes à sua função) num processo contínuo de desenvolvimento pessoal e profissional, em que todos saem beneficiados.



Nesse sentido, a equipa dos Recursos Humanos da **Porto Ambiente** elabora anualmente um Plano de Formação para todos os colaboradores, tendo por base o levantamento individual de necessidades efetuado juntos das chefias, de forma a garantir a aptidão cognitiva e motora dos trabalhadores para a função a desempenhar.

Relativamente ao Plano de Formação do ano de 2021, o mesmo registou uma taxa de execução na ordem dos 62,5%, ligeiramente superior ao verificado no ano transato (cerca de 51% em 2020).

Este desempenho ainda distante dos 100%, ainda que com evolução face ao anteriormente verificado, deveu-se, tal como no ano anterior, a todas as medidas de contingências necessárias no âmbito da Covid-19 – período de confinamento – sendo que o risco de não execução da totalidade as ações previstas no plano, já havia sido antecipado tendo em conta os condicionalismos impostos pela Pandemia Covid-19.

Contudo, realçamos que, para além das formações iniciais previstas e realizadas (134 ações de formação), conseguimos ainda efetuar mais 30 novas ações, que não estavam contempladas inicialmente e que tiveram como enfoque principal a formação no âmbito da proteção da Covid-19 e

a formação técnica direcionada à área mais operacional da organização.

3.9.3.1. DADOS DE FORMAÇÃO EM 2021

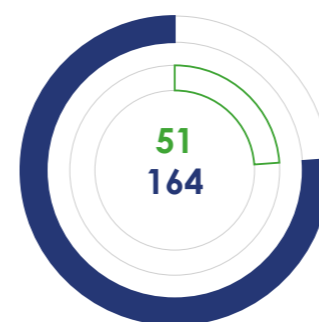
Não obstante da área da formação, ter ainda oportunidade de uma maior estruturação e desenvolvimento, os dados verificados no ano de 2021, comparativamente com 2020, permitem à **Porto Ambiente** uma olhar otimista sobre o rumo que

esta área está a tomar e cujos dados se sintetizam no quadro e gráficos seguintes.

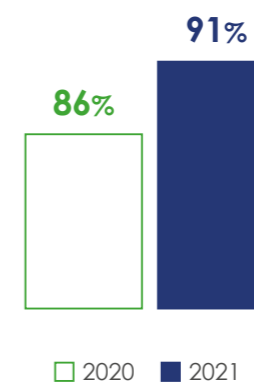
Como é possível verificar, foi registado um crescimento no número de ações realizadas, tendo organizado um total de 164 iniciativas formativas (mais do que triplicou), com uma duração total superior a 4 mil horas, e que abrangeram 385 colaboradores.

FORMAÇÃO	UNIDADE	TOTAIS
Formações	Nº de Formações	164
Formações Internas	Nº de Formações	112
Formações Externas	Nº de Formações	52
Formandos	Nº de Formandos	385
Volume Horas Total	Horas	4 472,20
Volume Horas Formação Interna	Horas	1 616,20
Volume Horas Formação Externa	Horas	2 856,00

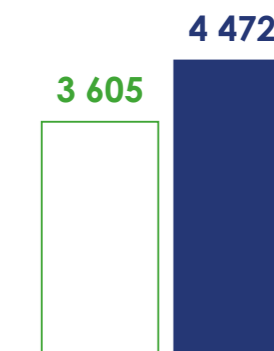
Número de Formações



Colaboradores com Formação



Volume de Horas de Formação



□ 2020 ■ 2021

As grandes áreas desenvolvidas neste domínio foram:

- ▶ **Áreas desenvolvimento comportamental** (Atendimento Telefónico; Workshop Finanças Pessoais);
- ▶ **Acolhimento e Integração de novos colaboradores** (Formação de Acolhimento; Formação de Acompanhamento – Motoristas; Formação de Acompanhamento – Cantoneiro de Limpeza; Esclarecimentos sobre atribuição do seguro de saúde);
- ▶ **Saúde e Segurança Trabalho** (Especificações de Serviço – Carga Traseira; Especificações de Serviço – Viaturas com Grua; Formação em utilização e conservação de EPI – Químicos; Noções Básicas em SST – Administrativos; Movimentação Manual de Cargas; Formação em procedimentos em caso de acidente de trabalho; Curso básico de primeiros socorros; Fichas de dados de segurança; Espaços confinados – Segurança nas suas decisões);
- ▶ **Prevenção no âmbito da Covid-19** (Gestão da Covid-19 em locais de trabalho);
- ▶ **RGPD** (Formação intensiva de proteção de dados);
- ▶ **Especialização e atualização em matérias de Gestão** (Gestor de contrato; Gestão Sustentável de Equipas);
- ▶ **Especialização e atualização em matérias da área compras e aprovisionamento** (Formação de armazenar

e gerir stocks com eficácia; Formação em medidas especiais de contratação pública e alteração ao CCP; Formação em conferência de alto nível sobre contratação pública; Compras circulares – Cityloops; CPA para não juristas; Pós-Graduação em Contratação Pública);

- ▶ **Especialização e atualização em matérias da área RH** (Formação pedagógica inicial de formadores; Formação em parentalidade nos setores público e privado; Gestão e coordenação da formação; Direito do Trabalho; Curso Prático de Processamento de Salários);
- ▶ **Plataformas Informáticas** (ERP Primavera – Módulo SST; Formação em módulo WEB planeamento horário; ERP Primavera Versão 10; ERP Primavera – Módulo de penhoras; Fermentas de planeamento na gestão de projetos);
- ▶ **Desenvolvimento competências técnicas área operacional** (Condução de empilhadores);
- ▶ **Carta de condução pesados;**
- ▶ **Carta de aptidão motorista** (Inicial e renovação);
- ▶ **Formação de condutor e manobrador de guas** (Inicial e Follow-up);
- ▶ **Formação de novas viaturas e equipamentos** (Manutenção e funcionamento do novo EcoCentro móvel);



▶ **Ambiente e gestão de resíduos** (Projeto Orgânico; Estratégia transfronteiriça de gestão de resíduos e de equipamentos elétricos e eletrónicos; Regime geral de gestão de resíduos – LIPOR; Regime geral de gestão de resíduos – Ordem; Digitalização no Setor dos Resíduos; Formação em “como é que os portugueses veem a reciclagem”; Formação em cidades pela neutralidade carbónica em 2030; Reorganização e gestão das cidades; Referencial Normativo NP ISO 14001:2015; Oficinas de Upcycling).

3.9.3.2. OUTRAS ABORDAGENS DE FORMAÇÃO E/OU SENSIBILIZAÇÃO

- ▶ Acolhimento: 45 (70 colaboradores);
- ▶ Acompanhamento: 42 (42 colaboradores);
- ▶ Especificações de serviço de recolha carga traseira: 12 (146 colaboradores);
- ▶ Especificações de serviço de recolha com Grua: 13 (161 colaboradores);
- ▶ Utilização e conservação de EPI (máscara completa proteção química e poeiras): 2 (7 colaboradores);
- ▶ Noções Básicas de SST (Sede PA): 14 (62 colaboradores);
- ▶ Noções Básicas de SST (Área Operacional): 3 (24 colaboradores);
- ▶ Movimentação Manual de Cargas: 2 (13 colaboradores);
- ▶ Procedimentos em caso de acidentes de trabalho: 1 (2 colaboradores).



3.9.4. SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO (SST)

Durante o ano de 2021 e para além do acompanhamento e combate, permanente, às situações relacionadas com a COVID19, a área de segurança e saúde no trabalho assegurou a execução de todas as outras atividades que estão sob sua responsabilidade, designadamente:

- ▶ Realização de exames de admissão, periódicos e ocasionais:
 - Admissão: 64
 - Periódicos: 280
 - Ocasionais: 58
- ▶ Entrega de Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) ajustados a cada posto de trabalho:
 - EPI's: 5.351
 - EPI's relacionados com Pandemia COVID-19: 245.375

3.9.4.1. VISITAS AOS POSTOS DE TRABALHO (VPT'S)

No âmbito da prevenção e controlo das tarefas realizadas pelos colaboradores da Porto Ambiente, a Área de SST efetua o acompanhamento in loco dos diversos horários.

Ao longo do ano de 2021 foram realizadas 84 visitas aos postos de trabalho (VPT), aproximadamente o dobro em relação a anos anteriores. Estas VPT's forma realizadas aos seguintes horários:

- ▶ Seletiva: 26
- ▶ Noite: 28
- ▶ Madrugada: 19
- ▶ GEI: 7
- ▶ EcoCentros: 1
- ▶ Domicílios: 2
- ▶ SALEP: 1

Para além das VPT's foram também efetuadas avaliações das condições de recolha em 38 Casas de Recolha do Lixo (CRL's). Quando verificadas não conformidades foram elaborados os respetivos relatórios.

No ano de 2021 foram também adotados novos procedimentos de segurança e operacionais por

forma a assegurar não só a segurança, mas também o bem-estar dos colaboradores:

- ▶ Uso obrigatório de capacete;
- ▶ Sinalização obrigatória de operação em equipamentos citytainer através de cones de sinalização;
- ▶ Atualização dos sistemas de segurança da frota;
- ▶ Proibição de subida e descida dos estribos com a viatura em andamento;
- ▶ Atualização constante das especificações de serviço.

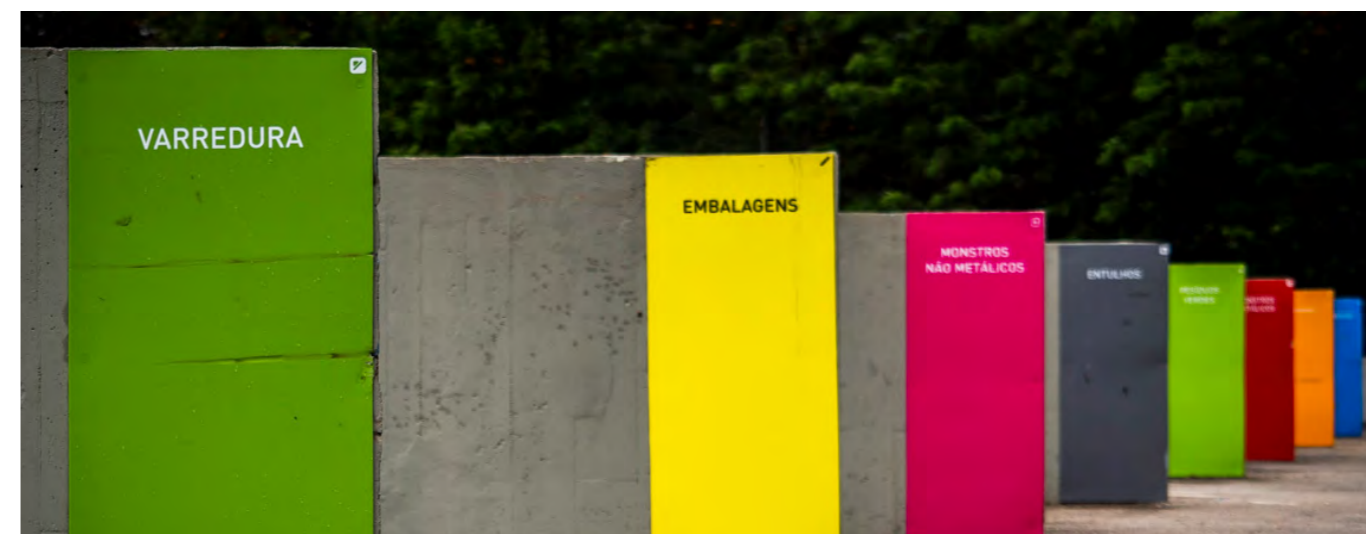
3.9.4.2. PANDEMIA COVID-19

Ao longo de 2021, a Área de SST em conjunto com os RH e Direção de Operação, realizaram a identificação, gestão e monitorização de casos suspeitos da doença COVID-19.

A **Porto Ambiente** face à pandemia teve sempre uma abordagem preventiva, garantido sempre a segurança dos colaboradores e das pessoas à sua volta, através de medidas como:

- ▶ Disponibilização de EPI's descartáveis;

- ▶ Disponibilização de líquido desinfetante para as cabines das viaturas;
- ▶ Divulgação de cartazes e dísticos de boas práticas no âmbito da Covid-19;
- ▶ Desfasamento de horários;
- ▶ Uso de máscara em espaços fechados (edifício Sede, Oficinas, interior de viaturas);
- ▶ Distribuição de toalhetes desinfetantes;
- ▶ Realização de 555 testes TRAg como forma de despiste;
- ▶ Disponibilização em locais estratégicos de álcool-gel;
- ▶ Acompanhamento e apoio durante todo o processo dos colaboradores positivos à Covid-19 e em isolamento;
- ▶ Isolamento e vigilância de colaboradores que fossem contato de alto risco de casos positivos;
- ▶ Criação de "Bolhas" para equipas que se encontrassem em vigilância ativa (estabilidade da equipa e não ocorrência de rotatividade).



3.9.4.3. CONSULTA AOS COLABORADORES

No presente ano foi realizada a consulta aos trabalhadores em matéria de SST. Esta consulta teve como objetivo aferir a eficiência das informações transmitidas aos colaboradores, bem como o nível de satisfação dos mesmos em relação aos serviços prestados pela Área de SST e pela **Porto Ambiente**. Foi ainda realizada a consulta em matéria de EPI's por forma a obter o feedback dos colaboradores em relação aos capacetes que a **Porto Ambiente** pretendia adquirir, no que concerne a conforto, proteção e utilização (interferência com as tarefas a desempenhar).

3.10. Ecocentros

Um Ecocentro é um parque de grandes dimensões que recebe resíduos urbanos, tais como, madeiras, embalagens, resíduos provenientes de construções e demolições, eletrodomésticos, móveis, óleos minerais e vegetais, baterias de automóveis, pilhas, papel, plástico, etc. O armazenamento de resíduos urbanos é temporário e, quando a capacidade de enchimento dos equipamentos atinge o seu limite, são encaminhados para operadores de gestão de resíduos para tratamento, valorização ou aterro. O Município do Porto, possui dois Ecocentros, o da Prelada e o das Antas.

O Ecocentro da Prelada, quer pelas características, quer pela sua localização numa zona mais central da cidade, encontra-se mais orientado para o serviço/atendimento dos cidadãos do Porto, ficando

o Ecocentro das Antas, primordialmente direcionado para apoio à **Porto Ambiente** ou empresas.

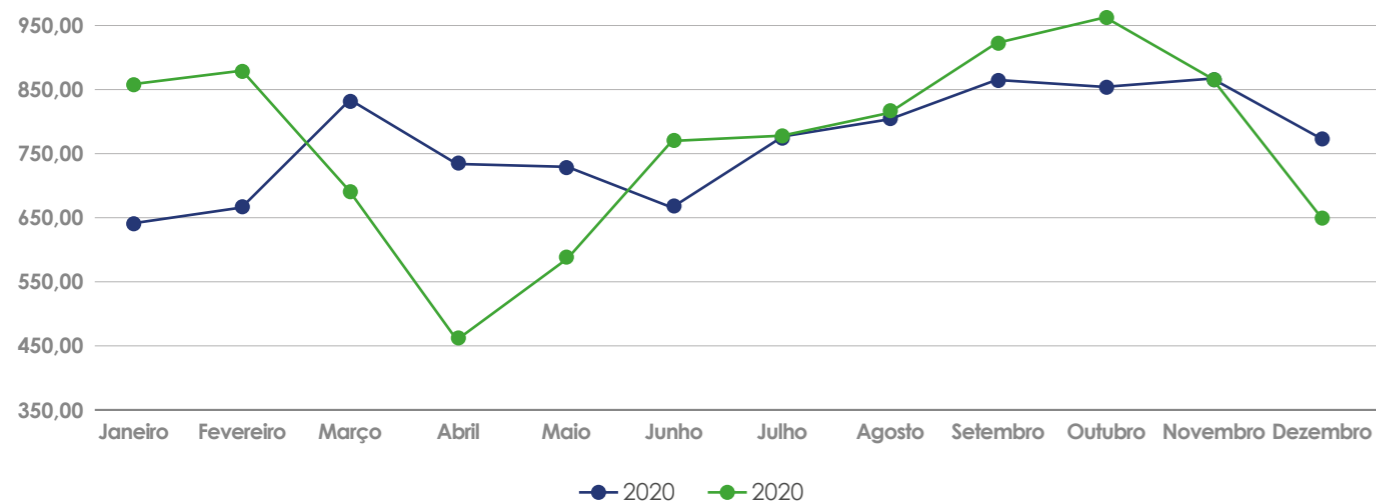
A **Porto Ambiente** tem vindo continuamente a implementar múltiplas medidas com o objetivo de melhorar o desempenho operacional dos seus Ecocentros, nomeadamente:

- ▶ Reforço das equipas afetas;
- ▶ Implementação de novas metodologias de funcionamento;
- ▶ Reforço da capacidade para receção de resíduos;
- ▶ Implementação de nova metodologia de atendimento ao munícipe, simplificando o acesso e a redução da "burocracia" associada à deposição de resíduos;
- ▶ Maior divulgação da sua existência e forma de funcionamento;
- ▶ Melhoria do seu aspeto estético e de limpeza geral;
- ▶ Melhoria das condições de trabalho dos colaboradores;
- ▶ Ajustamento dos horários de funcionamento;
- ▶ Colocação de câmaras de filmar nos Ecocentros e centros de deposição;
- ▶ Reforço dos equipamentos, nomeadamente caixas de deposição e compactadores.

Durante o ano de 2021 os Ecocentros da cidade receberam um total acumulado de 9 195 toneladas de resíduos. Tendo em comparação o ano de 2020, verificou-se uma variação positiva, em termos acumulados anuais, muito em linha com o ano transato (variação positiva de 0,28%).

Todos estes resíduos foram transportados dos Ecocentros para Operadores de Gestão de Resíduos, em caixas (contentores) próprias para o efeito, tendo sido realizadas uma média de 11 Cargas/ Transporte por dia.

**Ecocentros Porto
2021 vs 2020**

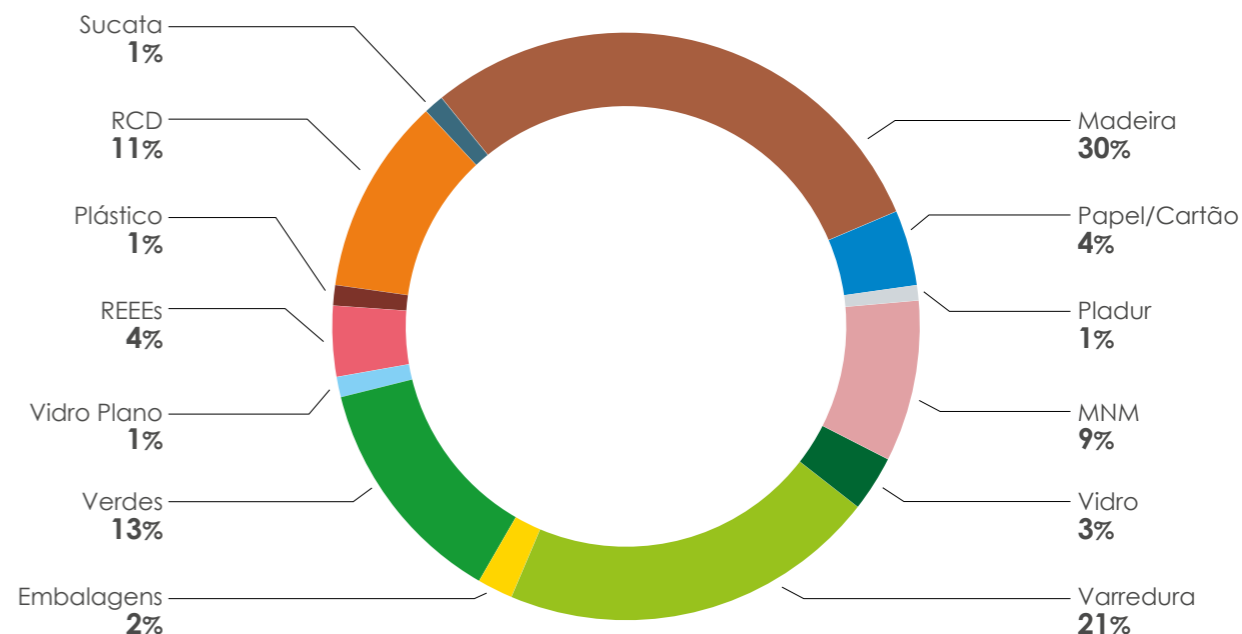


3.10.1. FLUXOS RECECIONADOS

No que respeita ao fluxo de resíduos depositados, estes apresentam-se distribuídos da seguinte forma:

Tal como em anos anteriores (2019 e 2020), verificamos que a Madeira foi o resíduo mais rececionado nos Ecocentros em 2021, seguido dos resíduos de varredura e dos resíduos verdes. Desta totalidade, foram alvo de valorização 67% do total dos resíduos depositados nos Ecocentros Porto.

**Ecocentros Porto
Resíduos Descarregados em 2021**

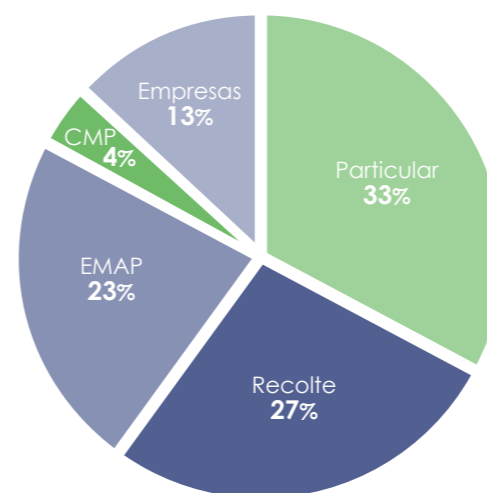


3.10.2. UTILIZADORES

Durante o ano de 2021, os Ecocentros do Porto receberam cerca de 32 310 utilizadores, sendo distribuídos e caracterizados pelas seguintes tipologias:

Apesar da sua existência não ser de conhecimento generalizado da população da cidade, a maioria dos visitantes dos Ecocentros foram mesmo os particulares.

**Tipologia Utilizadores
Ecocentros Porto 2021**



Com o objetivo de aumentar a divulgação deste serviço e melhor adaptá-lo às necessidades e disponibilidade dos munícipes, em dezembro passado, Ecocentro de Prelada esteve aberto aos domingos no sentido de promover a reciclagem num período do ano em que o consumo e a produção de resíduos aumentam. Esta iniciativa foi alvo de divulgação televisiva através do Porto Canal que demonstrou interesse em realizar uma peça jornalística sobre o tema.



3.10.3. AÇÕES IMPLEMENTADAS E MELHORIAS ALCANÇADAS EM 2021

Durante o ano de 2021, e apesar das dificuldades face às diferentes fases da Pandemia, os Ecocentros do Porto sofreram algumas melhorias, nomeadamente:

- ▶ Aquisição de um equipamento que permite que os munícipes descarreguem resíduos urbanos perigosos, ficando colmatada a dificuldade da cidade em oferecer condições aos seus munícipes para descargas deste tipo de resíduo. Todos os colaboradores tiveram formação no modo de acondicionamento e manuseamento destes resíduos. Durante o ano de 2021 recebemos 3 toneladas de embalagens contaminadas;
- ▶ Aumento da disponibilidade dos Ecocentros para receção de resíduos através da aquisição de 7 caixas que foram distribuídas pelos 3 Ecocentros;
- ▶ Inventariação e melhoria do parque de caixas existente (11 caixas e 3 compactadores), através da pintura, reparação e numeração das mesmas;
- ▶ Formação aos colaboradores em Movimentação de Cargas e Segurança e Saúde no Trabalho, bem como, em UpCycling.

3.10.4. AÇÕES A IMPLEMENTAR E PERSPETIVAS DE MELHORIA PARA 2022

Para o ano de 2022, a **Porto Ambiente** tem prevista a continuidade da evolução das estruturas afetas aos Ecocentros, sendo de destacar o ambicioso objetivo da criação de um Urban Resource Center.

Os Urban Resource Center são centros físicos, multifuncionais, que ajudam a facilitar o consumo sustentável, a prevenção de resíduos, a reutilização, a reparação e a reciclagem nas zonas urbanas. Os Centros de Recursos Urbanos (incluindo centros de reutilização e estações de reciclagem) reúnem uma vasta comunidade de partes interessadas para encontrar alternativas para gerir os principais fluxos de resíduos gerados a nível municipal.

Apesar de, na Europa, existirem estruturas desta natureza com outro tipo de dimensões, considera-se que, sendo este tema pouco conhecido pelos munícipes e empresas da cidade, o arranque deste projeto seja efetuado com base num modelo mais reduzido e mais sustentado.

Primeira fase, para divulgar o conceito, avaliar o interesse dos munícipes/empresas, calcular o tempo necessário ao escoamento de produtos, identificar a tipologia de produtos mais valorizados, identificar a taxa de ocupação do espaço de oficina/formação, estabelecer parecerias com instituições, etc.

Segunda fase, e tendo por base estes resultados, avaliar o potencial para realizar um scale-up por forma a melhor responder à eventual procura verificada.

O ano de 2022, será o ano de desenvolvimento do Projeto do Edifício e sua execução, sendo igualmente o período que se dará início, em articulação com a CMP, ao estabelecimento parcerias com várias entidades ligadas ao Ambiente, Ensino e Ação Social.

- ▶ Levantamento Cadastral das infraestruturas exis-

tentes nos Ecocentros (AP, ARD e AA, bem como outras especialidades);

- ▶ Aquisição de um equipamento de compactação que vai permitir aumentar a capacidade de receção do resíduo monstros não metálicos – Compactador Shark;

- ▶ Evolução do conhecimento dos nossos colaboradores através de formação em:

- Follow-Up da formação em gestão operacional dos Ecocentros e softwares informáticos utilizados;
- Follow-Up em atendimento ao público;
- Teambuilding;
- Formação sobre economia circular e sustentabilidade – promoção da literacia ambiental;
- UpCycling – promoção da literacia ambiental;
- Processos de valorização do resíduo– promoção da literacia ambiental.

3.11. Ecolinha e Pedidos ao Domicílio

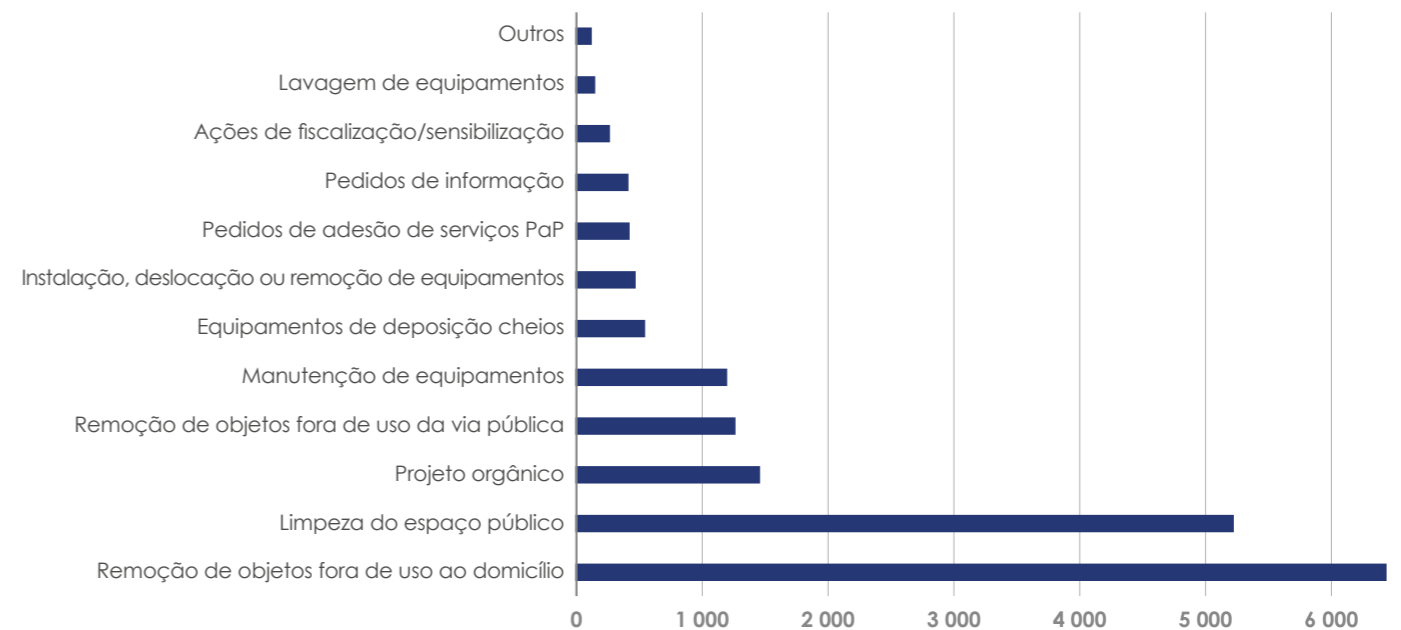
A Ecolinha é um serviço gratuito de atendimento (telefónico ou via e-mail) que permite aos cidadãos apresentarem pedidos, sugestões ou reclamações, relacionados com:

- ▶ Recolha ao domicílio de objetos fora de uso;
- ▶ Recolha de resíduos colocados nos equipamentos de deposição;
- ▶ Recolha de resíduos indevidamente abandonados na via pública;
- ▶ Colocação/deslocação de equipamentos de deposição;
- ▶ Limpeza, lavagem e deservagem da via pública;
- ▶ Limpeza de grafitis.

De acordo com o estabelecido com a Autarquia, e no âmbito do projeto do Número Único, o front-office (atendimento telefónico) da Ecolinha foi transferido, em junho último, para a Câmara Municipal do Porto, tendo o back-office deste serviço continuado sob tutela desta empresa. Relativamente às principais tipologias de pedidos solicitados à Ecolinha durante o ano de 2021 (acumulado – telefónico e e-mail):

No decurso do ano de 2021 foram realizados mais de 18 mil pedidos junto da Ecolinha, evidenciando-se os mesmos, por tipologia de pedidos, da seguinte forma:

Pedidos à Ecolinha por Tipologia



Do quadro anterior, destaca-se o número de pedidos relacionados com a remoção de objetos fora de uso ao domicílio (representam 35% do total dos pedidos recebidos) e da limpeza do espaço público (varredura, lavagem de ruas, etc.), que representam 29% do total, ou ainda os pedidos relacionados com o Projeto Orgânico, que, no ano do seu lançamento, representaram 8% do total de pedidos recebidos.

A **Porto Ambiente**, em média, respondeu (execução) a estes pedidos num prazo 7,3 dias, o que representa uma evolução positiva deste indicador face aos anos anteriores (resposta média de 10 dias em 2020).

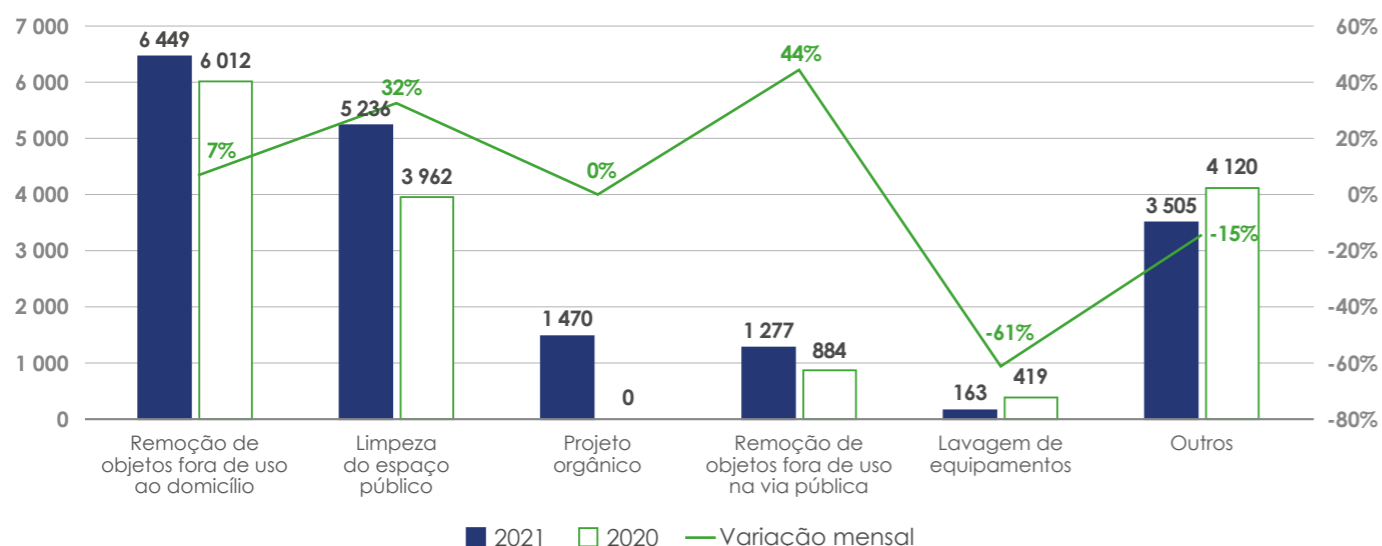
Quando comparamos a tipologia de pedidos recebidos tendo em consideração o ano anterior verificamos desde logo um crescimento de cerca de 18% no total de pedidos.

Deste processo comparativo, destaca-se, este ano, o aumento dos processos relacionados com a remoção de objetos fora de uso na via pública, dos pedidos relacionados com a limpeza da via pública (varredura, lavagem, deservagem, etc.) e dos pedidos referentes ao Projeto Orgânico, evento "novo" face a períodos anteriores.

Relativamente aos pedidos de recolha de objetos fora de uso ao domicílio, importa referir que foram uma das poucas atividades da empresa que, no início do ano, suspenderam a prestação do serviço de forma a evitar contactos entre munícipes e colaboradores e assim reduzir o risco de contágios.

Este serviço foi apenas reativado no dia 5 de abril, tendo, desde aí, sido realizado um esforço no sentido de recuperar o atraso verificado. Durante o ano

Tipologia Pedidos Comparação 2021 vs. 2020



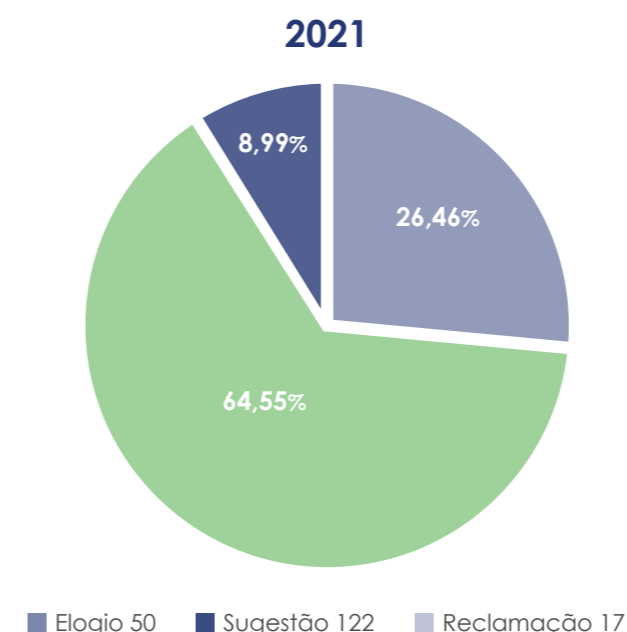
Evolução esta, motivada, possivelmente, pelo fim do confinamento e, eventualmente, pelo processo de vacinação da população e, conseqüente reativação da economia, o número de pedidos registados pela Ecolinha/número único, cresceu assim 18% face ao ano anterior. Assim e tendo também em consideração o facto de o número único funcionar num horário mais alargado do que o praticado, anteriormente, pela Ecolinha (+ 2 horas diárias) foram registados mais 2703 pedidos, quando temos em comparação o ano de 2020.

de 2021 o número de pedidos de recolha ao domicílio voltou a crescer, tendo sido recebidos um total de 6 449 solicitações (+9%), tendo, estas todas, sido executadas num prazo médio de 8,53 dias.

Importa ainda destacar o projeto de desmaterialização do processo de recolha de pedidos ao domicílio, passando o mesmo a ser todo suportado informaticamente (programa informático associado a uma app para telemóvel) o que permitiu que as equipas deixassem de transportar um papel

relativo a cada pedido de recolha que efetuavam. Desta forma e para além de reduzir o trabalho administrativo associado a este processo, foi também possível ajudar o Ambiente, poupando o consumo de mais de 6 400 folhas de papel por ano.

Finalmente e tendo em consideração o universo de munícipes que contactaram a Ecolinha durante o ano de 2021, a avaliação global dos serviços prestados pela **Porto Ambiente** poderá ser aferida pelos seguintes resultados, cujo desempenho consideramos bastante positivo, poderá ser aferida pelos indicadores do número de (i) elogios, (ii) sugestões e (iii) reclamações (reclamação que, após análise interna foi considerada como tal).



3.12. Gestão da qualidade

A **Porto Ambiente** pretende continuar a evoluir no seu modelo de organização e de trabalho com o propósito de se tornar uma referência nacional e internacional no seu setor de atividade e conseguir destacar-se pelo serviço de excelência prestado aos cidadãos e pelo contributo para a inovação, promoção e proteção do ambiente, evidenciando-se em seguida a Política da Qualidade, aprovada pelo Conselho de Administração:

A **Porto Ambiente** pretende ser uma empresa de **referência nacional e internacional** no seu setor, destacando-se pela excelência dos serviços prestados aos cidadãos e pelo seu contributo para a promoção e proteção do ambiente.

Assim, consciente do impacto ambiental, social e económico da sua atividade, e tendo em vista a **melhoria da qualidade de vida de todos os que vivem, trabalham, estudam e visitam a Cidade do Porto**, a **Porto Ambiente** compromete-se a implementar e manter um **Sistema de Gestão da Qualidade**, em conformidade com os requisitos da norma ISO 9001, **definindo e promovendo elevados padrões de qualidade nos serviços prestados**, os quais, sustentados em processos e procedimentos claramente definidos e focados em resultados, têm em vista a **melhoria contínua da organização e a satisfação dos seus clientes e partes interessadas**.

Para tal, assumimos como **principais compromissos**:

- Gerir o sistema municipal de **resíduos urbanos** e a **limpeza do espaço público**, de acordo com os **requisitos aplicáveis ao serviço, inovação, sustentabilidade ambiental e económica e promoção da economia circular**.

- Promover uma cultura de **qualidade e rigor do serviço prestado**, baseado na **avaliação e prevenção do risco**, focado no desenvolvimento de **soluções inovadoras e eficientes**, com relevante **impacto ambiental e social**.

- Focar a nossa atenção nos **requisitos do cliente** e permanente esforço para exceder as suas **expectativas através da melhoria contínua**.

- Apostar no **bem-estar, segurança e desenvolvimento dos colaboradores**, com o objetivo de constituir uma equipa empenhada, qualificada e flexível, capaz de se adaptar às mudanças.

- Garantir o **respeito pela liberdade e dignidade pessoal dos colaboradores**, garantindo a existência de **igualdade de oportunidades**, compatibilidade com a vida familiar, e rejeitando qualquer forma de discriminação ou assédio no local de trabalho.

- Aumentar, continuamente, a **confiança e satisfação das partes interessadas** através de uma comunicação clara, transparente e de proximidade.

- Atuar como **líderes na promoção e proteção do ambiente**, assegurando o **envolvimento** de todas as **partes interessadas** no cumprimento deste desígnio.

Os princípios e orientações definidos na **política da qualidade**, constituem um **compromisso assumido pela Administração da Porto Ambiente**, sendo **extensivos a todos os colaboradores** da empresa e a **todos aqueles** que, de alguma forma, e em algum momento, atuem em seu nome na prossecução da sua **Missão**.

Para concretizar esta visão, optou por implementar o sistema de gestão da qualidade segundo o referencial ISO 9001:2015, tendo em fevereiro de 2020, como resultado de um longo e profícuo trabalho desenvolvido por todas as áreas, sido obtida a certificação da empresa nesse mesmo referencial.

A **Porto Ambiente** pretende continuar a evoluir no seu modelo de organização e de trabalho, com vista a tornar-se uma referência nacional e internacional no seu setor de atividade e destacar-se pelo serviço de excelência prestado ao cidadão, bem como pelo contributo para a inovação, sendo igual objetivo a atuação como líder na promoção e proteção do ambiente, assegurando o envolvimento de todas as partes interessadas no cumprimento deste desígnio, associado à necessidade de desenvolver a nossa atividade de forma segura para os nossos colaboradores, formando pessoas empenhadas, qualificadas e flexíveis, capazes de se adaptar às mudanças, aumentando a sua eficiência operacional.



Para concretizar esta visão, para além de toda a empresa estar certificada pelo sistema de gestão da qualidade segundo o referencial ISO 9001:2015, é igual objetivo, já em execução, a implementação dos sistemas de gestão ambiental e segurança e saúde no trabalho segundo as normas ISO 14001 e 45001, respetivamente.

3.13. Contratação Pública

O Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto (retificado pelas declarações de retificação n.ºs 36-A/2017, de 30 de outubro e n.º 42/2017, de 30 de novembro), pelo Decreto-Lei n.º 33/2018, de 15 de maio, pelo Decreto-Lei n.º 170/2019, de 4 de dezembro, pela Resolução da Assembleia da República n.º 16/2000 de 19 de março e pela Lei n.º 30/2021 de 21 de maio.

A **Porto Ambiente**, não obstante, de não revestir enquadramento enquanto entidade pública reclassificada (EPR), está por regra sujeita, tanto nas relações com a Câmara Municipal do Porto, como com terceiros, às regras gerais da concorrência nacionais e europeias, encontra-se vinculada ao cumprimento das disposições aplicáveis em matéria de contratação pública (cfr. artigos 33.º e 34.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua redação atual).

A sujeição da **Porto Ambiente** às regras de contratação pública decorre especificamente da sua natureza de empresa local, sendo esta configurada pelo legislador como entidade adjudicante e como contraente público para efeitos da aplicação do regime no CCP (cfr. artigos 2.º, n.º 2, alínea a), e 3.º, n.º 1, alínea b), do CCP).

Do mesmo modo, a **Porto Ambiente** está sujeita à fiscalização prévia do Tribunal de Contas e ao seu controlo financeiro, não só no âmbito da constituição de empresas locais como também e sobretudo na celebração de contratos que sejam "geradores de despesa ou representativos de responsabilidades financeiras diretas ou indiretas" (cfr. artigo 23.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto; artigos 44.º a 46.º da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto).

Atendendo à emergência de saúde pública de âmbito internacional, declarada pela Organização Mundial de Saúde, no dia 30 de janeiro de 2020, bem como à classificação do vírus como uma pandemia, no dia 11 de março de 2020, importou acautelar, estrategicamente, a previsão de normas de contingência para a epidemia SARS-CoV-2, e, bem assim, assegurar o tratamento da doença COVID-19 no Serviço Nacional de Saúde (SNS), através de um regime legal adequado a esta realidade excepcional, em especial no que respeita a matéria de contratação pública e de recursos humanos. Para o efeito encontra-se em vigor o Decreto-Lei n.º 10-A/2020, de 13 de março de 2020, e respetivas atualizações, que aprova medidas excecionais e temporárias de resposta à situação epidemiológica provocada pelo coronavírus SARS-CoV-2 e da doença COVID-19.

Aplica-se à prevenção, contenção, mitigação e tratamento de infeção epidemiológica por COVID-19, bem como à reposição da normalidade em sequência da mesma.

As medidas excecionais previstas são aplicáveis às entidades do setor público empresarial e do setor público administrativo, bem como, com as necessárias adaptações, às autarquias locais.

3.13.1. PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA

O Plano Anual de Contratação Pública implementado visa assegurar a continuidade da necessidade de aquisição, de bens e/ou serviços, no prazo adequado, observando todos os requisitos legais em vigor, nomeadamente em termos de Contratação Pública. Estes contratos, de carácter continuado no tempo, constituem o Plano Anual de Contratação.

Para o efeito, a monitorização é realizada em termos de prazo do contrato, assim como de grau de execução da despesa associada a esses contratos. Com uma periodicidade mensal é realizada a monitorização do plano destacando-se os contratos com um grau de execução superior ao parametrizado, bem como a respetiva data de término.

No âmbito da monitorização e acompanhamento da execução do cumprimento do Plano Anual de Contratação Pública, foi definido como indicador o grau de execução a meta de 100%.

3.13.2. ANO DE 2021

Em 2021 a **Porto Ambiente** despoletou um total de 612 procedimentos pré-contratuais, instruídos nos termos, e em conformidade com o disposto no CCP, totalizando um valor global adjudicado na ordem dos 9,9 milhões de euros.

valores expressos em unidades

INDICADOR (KPI)	RESUMO ANUAL				
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	TOTAL
Contratos a priorizar	27	19	9	12	67
Procedimentos realizados/em curso	27	19	9	12	67
Taxa de execução	100%	100%	100%	100%	100%

3.13.3. TIPOLOGIA DE PROCEDIMENTOS INSTITUÍDOS

Os procedimentos instruídos, por tipologia, foram os seguintes:

- ▶ Ajuste direto, segundo o regime simplificado;
- ▶ Ajuste direto, segundo o regime geral;
- ▶ Ajuste direto, segundo um critério material;
- ▶ Consulta Prévia;
- ▶ Concurso Público;
- ▶ Concurso Público Internacional (CPI);
- ▶ Consulta ao abrigo de Acordo Quadro;
- ▶ Excluída a parte II do CCP;
- ▶ Excluído do âmbito de aplicação do CCP;
- ▶ Ajuste Direto ao abrigo DL10-A/2020 e respetivas atualizações.

3.13.4. DADOS ESTATÍSTICOS DE CONTRATAÇÃO NO ANO DE 2021

Efetuada a análise ao peso contributivo de cada tipologia de procedimento adjudicado, em valor, para o ano de 2021 e após desconsiderado o impacto decorrente dos procedimentos ao abrigo de contratação excluída (parte II do CCP ou do âmbito de aplicação do CCP), é possível verificar que cerca de 78% do valor adjudicado resultou da realização de Concursos públicos, por via direta ou de acordo quadro.

Tipologia de Procedimentos (em valor)



3.13.5. CONTRATOS VISADOS PELO TRIBUNAL DE CONTAS

Conforme o disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 48º da Lei de Organização e Processos do Tribunal de Contas, referente à dispensa de Fiscalização Prévia do Tribunal de Contas:

1 - Ficam dispensados de fiscalização prévia os contratos referidos nas alíneas b) e c) do n.º 1 do artigo 46.º de valor inferior a 750 000€, com exclusão do montante do imposto sobre o valor acrescentado que for devido.

2 - O limite referido no número anterior, quanto ao valor global dos atos e contratos que estejam ou aparentem estar relacionados entre si, é de 950 000€.

No ano em apreço, não foram instruídos para efeitos de fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas, quaisquer procedimentos concursais.



3.13.6. PROCEDIMENTOS REALIZADOS EM PLATAFORMA ELETRÓNICA DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA

Foram submetidos em plataforma eletrónica de contratação pública um total de 31 procedimentos pré-contratuais de Ajuste Direto, Consulta Prévia, Concurso Público e Concurso Público com publicidade de anúncio no JOUE concluídos. Encontram-se 5 procedimentos em fase de adjudicação, 2 em fase de audiência prévia e 3 a receber propostas.

3.13.7. PROCEDIMENTOS A DESTACAR NO ANO DE 2021

No período em referência, destacamos os seguintes procedimentos pré-contratuais:

CP/02/2021, Concurso Público para a aquisição de "Serviços de Limpeza de Praias no Município do Porto";

CPI/02/2021, Concurso Público com publicidade no jornal oficial da União Europeia para o "Fornecimento de uma Solução de identificação, Localização e Operacionalização de Ativos";

CPAQ/01/2021, Consulta Prévia para o Fornecimento Contínuo de Gás Natural Comprimido, ao abrigo do Acordo-Quadro para o fornecimento de gás natural comprimido (ref.º AQ/04/2018) celebrado pela LIPOR – Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto;

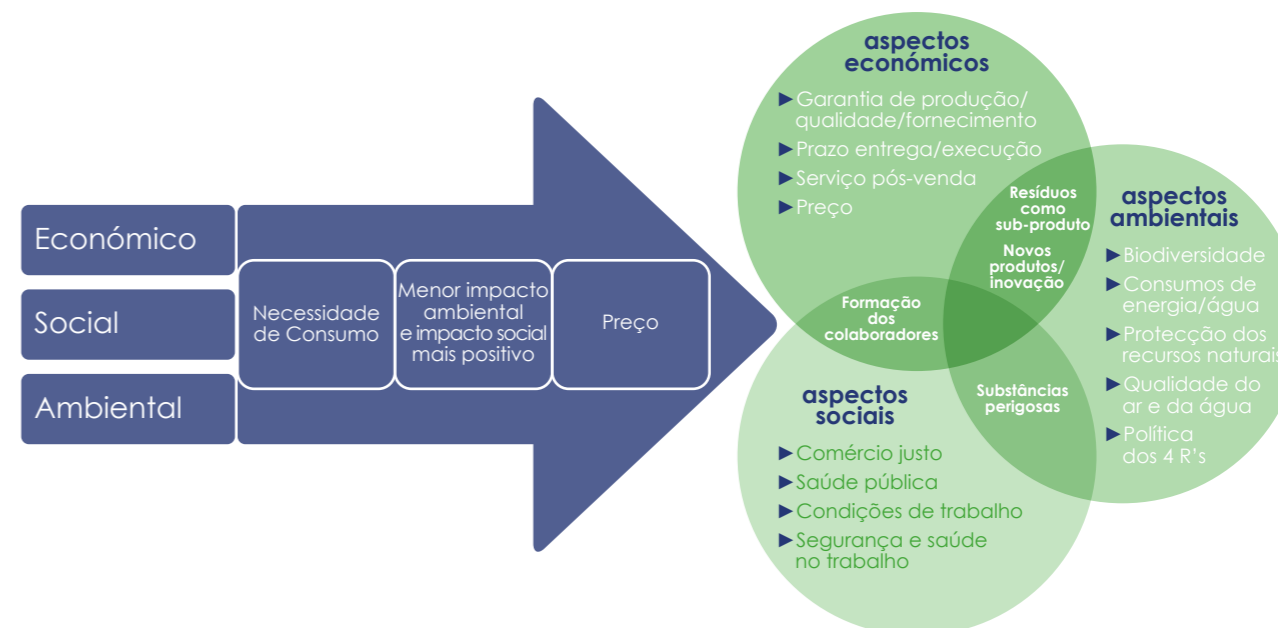
Concurso Público para "Aquisição de Gestão Integrada de Serviços do Espaço S. Dinis. Foi designada a GoPorto - Gestão e Obras do Porto, EM como representante do agrupamento de entidades adjudicantes, para efeitos de condução do referido procedimento de formação do contrato, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 39.º do CCP;

3.13.8. OPORTUNIDADES DE MELHORIA A IMPLEMENTAR

No âmbito do Sistema de Gestão da Qualidade, as Compras e Aprovisionamento definiram para 2021, os seguintes desenvolvimentos:

3.13.8.1. DEFINIÇÃO DO CONCEITO, POLÍTICA, VISÃO E A IMPLEMENTAÇÃO DE PROCUREMENT SUSTENTÁVEL.

A conceção do projeto teve por base os três pilares da sustentabilidade:



Este projeto foi aprovado pelo Conselho de Administração da **Porto Ambiente** em março de 2021, tendo sido aprovada a Política e a Visão:

► POLÍTICA

Estabelecer parcerias consistentes com os fornecedores, assegurando a satisfação das partes interessadas, através da integração no processo de aquisição de especificações sustentáveis, de forma a potenciar um impacto mais positivo na sociedade, na economia e com um menor impacto no ambiente.

► VISÃO

Ser uma organização de referência na temática do Procurement Sustentável, promovendo a sensibilização junto dos parceiros fornecedores quanto à integração de especificações sustentáveis nos procedimentos de aquisição. Com o objetivo da procura da melhor solução à satisfação das necessidades da Organização, potenciando decisões que criem respostas sustentáveis aos desafios, de modo a acrescentar valor e a criar benefícios para todos os envolvidos nos processos de aquisição.

3.13.8.2. ELABORAÇÃO DE UM CÓDIGO DE CONDUTA PARA OS FORNECEDORES

De forma estabelecer um compromisso entre as partes e numa ótica de boa-fé, foi elaborado, em maio de 2021, um Código de Conduta de Fornecedores.

A Implementação do “Código de Conduta para Fornecedores” visa contribuir positivamente para o desenvolvimento económico, social e ambiental, na relação de compromisso e de boa-fé com os seus Fornecedores, assentes nos princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos, às Convenções da Organização Internacional do Trabalho e da Legislação Nacional e Comunitária em vigor no desenvolvimento da sua atividade.

O código é disponibilizado a todos os fornecedores, os quais são convidados a assinarem uma Declaração de Compromisso nos seguintes termos:

“O Fornecedor _____ declara que tomou conhecimento do Código de Conduta para Fornecedores da **Porto Ambiente** e se compromete a estar em conformidade com

os requisitos nele estabelecidos. Foi assinado em ___ / ___ / ___ por: O representante do Fornecedor _____ (Assinatura e Carimbo).

Com carácter semanal é monitorizada a emissão da Declaração do Compromisso pelo Fornecedor. Dos 159 Códigos de Conduta remetidos e respetiva Declaração de Compromisso acederam a assinar 96,86%.

3.13.8.3. COMUNICAÇÃO

Para uma maior consciencialização do tema, e de forma a potenciar a implementação do Projeto, um fator de sucesso foi a comunicação interna aos colaboradores da **Porto Ambiente**, prescritores de necessidade de aquisição.

Este projeto foi apresentado aos colaboradores das Compras e Aprovisionamento, aos responsáveis das Unidades Orgânicas e aos técnicos da empresa, tendo inclusivamente a newsletter da **Porto Ambiente** de maio de 2021, disponibilizada a todos os colaboradores, sido dedicada ao tema do Procurement Sustentável.

Ao nível externo, e para uma maior visibilidade aos procedimentos concursais com especificações sustentáveis uma das ações previstas no Projeto foi a criação de um logótipo/selo, assim como a publicação da política e visão do Procurement Sustentável no site da Porto Ambiente <https://www.portoambiente.pt/empresa/procurement-sustentavel>.



3.13.8.4. DEFINIÇÃO DE METAS E INDICADORES PARA O ANO DE 2021

O ponto de partida para definição de Metas e Indicadores passou pela definição de uma Lista produtos e serviços prioritários aplicáveis à Porto Ambiente, tendo por base a Estratégia Nacional de Compras Públicas Ecológicas ENCPE (2020), produtos e serviços do Green Public Procurement da União Europeia e Considerações de Circularidade – economia linear versus economia circular. Como ponto de partida foram identificadas 10 categorias de produtos/serviços:

- Equipamentos de representação gráfica
- Equipamentos TI para escritório
- Mobiliário
- Papel de cópia e papel para usos gráficos
- Produtos alimentares e serviços de catering
- Produtos e serviços de limpeza
- Têxteis/fardamento
- Transportes – automóveis ligeiros e de recolha de resíduos
- Tintas e vernizes – GPP

Desde a implementação do projeto que um dos objetivos pretendido é a incorporação de mais categorias à lista de produtos/serviços, desde a implementação até à data do presente Relatório, da foram adicionados à Lista de Categorias de Produtos/Serviços da **Porto Ambiente**, mais 6 categorias, totalizando 16 categorias, tendo sido verificado que os indicadores de avaliação do mesmo, a dezembro de 2021, assumem valores superiores a 82%.

No que respeita ao Procurement Sustentável, a avaliação efetuada relativa ao impacto financeiro do valor da despesa executada no âmbito do Procurement Sustentável representa cerca 12,71% do valor global da despesa realizada em 2021. Isto é, o valor da despesa incorrida onde foi previsto o cumprimento de requisitos abrangidos pela política de Procurement Sustentável, no ano de 2021, ascendeu a 1 262 583,98 Euros.

3.13.8.5. AVALIAÇÃO DE FORNECEDORES

No âmbito de um processo de melhoria contínua com os nossos Parceiros Fornecedores, privilegiou-se

um acompanhamento sistemático de fornecedores de forma a colmatar qualquer ocorrência que seja necessário abordar junto dos mesmos em tempo útil e durante a execução do contrato.

No período em análise, de 6 de janeiro de 2021, e com contratos em vigor subsequentes a 1 de junho de 2021, foram avaliados 149 fornecedores. Destes, 66 possuem contratos em vigor, correspondendo a 44,96%.

Os fornecedores cuja Avaliação Semestral se enquadra em fornecedores – sugestões de melhoria e fornecedores reprovados – foram objeto de comunicação dos resultados, solicitando sugestões de ações corretivas.

Dado o critério cumprimento requisitos administrativos ter obtido uma classificação média na ordem dos 71%, correspondendo a 11 fornecedores que não cumpriam o critério, foram realizados vários reforços através de comunicação por email junto dos mesmos alertando para a importância de colocarem o número da requisição externa na faturação.

Da análise efetuada ao Relatório de Avaliação de Fornecedores, compreendendo o período de 6 de janeiro de 2021 a 03 de janeiro de 2022, constata-se uma evolução positiva no índice de qualidade dos fornecedores da **Porto Ambiente** em 2021, comparativamente a 2020, na medida em que não há registo de fornecedores reprovados.

Houve assim uma diminuição de 4,26 p.p. (pontos percentuais) relativamente a fornecedores Reprovados, um aumento de 5 p.p. no que concerne a fornecedores Sugestões de Melhoria e uma diminuição de 0,74 p.p. quanto aos fornecedores Aprovados.

IQF	2021	2022
Aprovados	30,11%	30,85%
Sugestão de Melhoria	69,89%	64,89%
Não aprovados	0,00%	4,26%

3.13.8.6. DEFINIÇÃO DE STOCKS DE SEGURANÇA

O trabalho realizado ao nível da definição de Stocks de Segurança foi continuado, por forma a evitar

stocks em excesso e registo de ruturas, garantindo as reposições em tempo útil e nas condições mais favoráveis para a **Porto Ambiente**. O artigo será encomendado quando o stock atinge o nível de stock de segurança (SS) que assegura a disponibilidade do artigo enquanto a encomenda não chega.

Definiu-se o modo de cálculo dos stocks de segurança/ ponto de encomenda, bem como a quantidade a encomendar para o conjunto de bens que constituem o inventário da **Porto Ambiente**, tendo a análise sido efetuada artigo a artigo, independentemente da fórmula de cálculo, tendo por base o histórico do ano transato, e aplicando-se os seguintes parâmetros:

- a) A média diária da frequência de requisições externas – encomenda a fornecedores;
- b) A média diária da frequência de requisições internas – necessidades das Unidades Orgânicas;
- c) A média diária das quantidades objeto de requisição externa;
- d) A média diária das quantidades objeto de requisição interna;
- e) O número máximo de unidades objeto de requisição externa;

f) O lead time do procedimento de contratação. Este parâmetro poderá variar em função do tipo de procedimento pré-contratual;

g) O lead time referente ao prazo de entrega do fornecedor;

h) Quantidades por caixa/embalagem;

i) Quantidades mínimas a encomendar que por definição serão as indicadas no ponto anterior, caso se aplique.

Através da integração dos parâmetros acima mencionados, foi aferido:

- ▶ O ponto de encomenda;
- ▶ A quantidade a encomendar/reposição;
- ▶ Stock máximo do artigo.

A aplicação do sistema KANBAN (palavra de origem japonesa e que significa "cartão"), assume-se como uma excelente forma de normalizar visualmente a reposição de artigos. Este elemento assume um formato físico e é representativo da necessidade de uma ordem de reposição de artigos para um determinado fornecedor, garantindo-se um ciclo contínuo de reposição.



3.14. Execução Orçamental

Com referência ao período findo em 31 de dezembro 2021, o Resultado líquido ascende a 533 201 euros,

verificando-se uma taxa de execução orçamental de 100% dos Gastos e de 102% dos Rendimentos, conforme ilustrado.

valores expressos em euros

RENDIMENTOS E GASTOS	PERÍODO 2021					
	ORÇAMENTO	EXECUÇÃO		DESVIO		
		Euro	%	Euro	%	
Vendas e serviços prestados	+	15 036 831,59	15 480 639,18	102,95%	443 807,59	2,95%
Contratos programa	+	6 953 382,74	6 764 261,60	97,28%	(189 121,14)	-2,72%
Outros subsídios à exploração	+	418 433,16	439 649,52	105,07%	21 216,36	5,07%
Outros rendimentos (incluindo TGR recebida)	+	735 832,73	820 406,49	111,49%	84 573,76	11,49%
Total Rendimentos / Receita	=	23 144 480,22	23 504 956,79	101,56%	360 476,57	1,56%
Principais Fornecimentos e serviços externos e outros	-					
Subcontratos	-	(5 858 315,37)	(5 511 156,74)	94,07%	347 158,63	-5,93%
Tratamento de resíduos (excluindo TGR)	-	(4 677 245,54)	(4 699 680,54)	100,48%	(22 435,00)	0,48%
Combustíveis	-	(1 167 744,84)	(1 262 335,32)	108,10%	(94 590,48)	8,10%
Renting Viaturas	-	(355 905,75)	(267 655,19)	75,20%	88 250,56	-24,80%
Manutenção de equipamentos e viaturas	-	(608 874,43)	(495 389,94)	81,36%	113 484,49	-18,64%
Outros FSE's, gastos e/ou rendimentos e/ou IRC	-	(2 114 717,02)	(2 582 781,17)	122,13%	(468 064,15)	22,13%
Gastos com pessoal	-	(6 957 311,05)	(6 991 432,50)	100,49%	(34 121,45)	0,49%
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	-/+	(473 715,88)	(392 299,61)	82,81%	81 416,27	-17,19%
Juros e gastos similares suportados	-	(21 778,04)	(21 753,52)	99,89%	24,52	-0,11%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-/+	(737 607,92)	(747 270,83)	101,31%	(9 662,91)	1,31%
Total Gastos/Despesa	=	(22 973 215,83)	(22 971 755,36)	99,99%	1 460,47	-0,01%
Resultado do período	=	171 264,39	533 201,43	311,33%	361 937,05	

3.15. Cumprimento dos Indicadores de Eficácia e Eficiência para o ano de 2021

Dando cumprimento ao disposto no n.º 2 do artigo 47.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, foram estabelecidos nos contratos programa celebrados para o período de 2019 a 2021, por remissão ao contrato de gestão delegada, objetivos a alcançar pela **Porto Ambiente**. Para cada objetivo são definidos indicadores chave de eficiência e eficácia,

os quais são monitorizados pelo Município com periodicidade trimestral, seguindo-se uma análise ao seu cumprimento a 31 de dezembro de 2021, dos quais cerca de 70% atingiram avaliação eficaz ou muito eficaz, não tendo este desempenho sido superior por força do impacto que a pandemia COVID19 aos nível dos quantitativos de resíduos sólidos urbanos, nomeadamente no indicador E8, que verificaram classificações superiores nos anteriores períodos de reporte:

valores expressos em euros ou percentagem

#	DESCRIÇÃO	NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO PARA O ANO DE 2021		
		Ineficaz	Eficaz	Muito Eficaz
Q1.1	Acessibilidade ao serviço de recolha de resíduos - Indiferenciada (Acessibilidade dos utilizadores aos serviços de recolha nos locais de deposição indiferenciada de resíduos, num raio não superior a 100 (cem) metros, tendo por base o local de produção dos mesmos)		✓	
Q1.2	Acessibilidade ao serviço de recolha de resíduos - Seletiva (Acessibilidade dos utilizadores aos serviços de recolha nos locais de deposição seletiva de resíduos, num raio não superior a 100 (cem) metros, tendo por base o local de produção dos mesmos)		✓	
Q2.1	Lavagem e higienização de equipamentos (Frequência de lavagem de contentores de deposição indiferenciada de resíduos urbanos)	✓		
Q2.2	Lavagem e higienização de equipamentos (Frequência de lavagem de contentores de deposição seletiva de resíduos urbanos)	✓		
Q3	Abrangência do serviço de limpeza do espaço público (Garantia da acessibilidade dos munícipes ao serviço de limpeza do espaço público)			✓
Q4	Satisfação dos utilizadores (Rácio entre os utilizadores satisfeitos com o serviço prestado, relativamente ao total de utilizadores)			✓
Q5	Resposta a sugestões e reclamações (Porcentagem de reclamações ou sugestões que foram alvo de resposta no prazo não superior a 22 dias úteis)			✓
D1	Metas de gestão de resíduos (Cumprimento das metas de gestão de resíduos decorrentes das imposições dos Planos Estratégicos em vigor)			✓
D2	Educação e sensibilização (Verificação de resultados positivos decorrentes de campanhas/projetos de sensibilização e educação desenvolvidos pela empresa)			✓
D3.1	Ruído - Indiferenciada (Valor médio das emissões sonoras das viaturas pesadas de recolha indiferenciada de resíduos)			Nota 1
D3.2	Ruído - Seletiva (Valor médio das emissões sonoras das viaturas pesadas de recolha seletiva de resíduos)			Nota 1
D4.1	Poluição atmosférica - Indiferenciada (Valor médio das emissões de dióxido de carbono (CO2) das viaturas pesadas de recolha indiferenciada de resíduos)	✓		
D4.2	Poluição atmosférica - Seletiva multimaterial (Valor médio das emissões de dióxido de carbono (CO2) das viaturas de recolha seletiva multimaterial de resíduos)	✓		
D4.3	Poluição atmosférica - Seletiva orgânicos (Valor médio das emissões de dióxido de carbono (CO2) das viaturas de recolha seletiva de resíduos orgânicos)			✓
D4.4	Poluição atmosférica - Seletiva outros (Valor médio das emissões de dióxido de carbono (CO2) das viaturas de recolha seletiva de outros resíduos)	✓		
P1	Produtividade do trabalhador no serviço de recolha de resíduos (Rácio entre a quantidade anual de resíduos recolhidos seletivamente e o número de trabalhadores afetos à recolha seletiva)		✓	
P2	Estrutura de pessoal administrativo (Rácio entre a estrutura de pessoal administrativo face à estrutura de pessoal operacional)			✓

valores expressos em euros ou percentagem

#	DESCRIÇÃO	NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO PARA O ANO DE 2021		
		Ineficaz	Eficaz	Muito Eficaz
P3	Absentismo (Taxa de absentismo dos colaboradores dos serviços de recolha seletiva de resíduos)			✓
E1	Orçamento de exploração (Grau de execução do orçamento de exploração anual)			✓
E2	Plano de atividades (Taxa de cumprimento do plano de atividades anual)			✓
E3	Gastos com pessoal (Nível de gasto anual médio por trabalhador)			✓
E4	Gastos indiretos (Rácio de gastos indiretos anuais relativamente aos gastos totais)		✓	
E5	Gestão de tesouraria (Cumprimento dos prazos de pagamento a fornecedores e restantes credores)		✓	
E6	Eficiência na utilização da frota do serviço de recolha seletiva de resíduos (Rentabilização anual das viaturas de recolha seletiva)			Nota 2
E7.1	Eficiência na utilização de recursos energéticos no serviço de recolha indiferenciada de resíduos (Rácio anual do consumo de combustível no serviço de recolha indiferenciada por quantidade de resíduos recolhidos)	✓		
E7.2	Eficiência na utilização de recursos energéticos no serviço de recolha seletiva de resíduos (Rácio anual do consumo de combustível no serviço de recolha seletiva multimaterial por quantidade de resíduos recolhidos)	✓		
E7.3	Eficiência na utilização de recursos energéticos no serviço de recolha seletiva de resíduos (Rácio anual do consumo de combustível no serviço de recolha seletiva de orgânicos por quantidade de resíduos recolhidos)			✓
E7.4	Eficiência na utilização de recursos energéticos no serviço de recolha seletiva de resíduos (Rácio anual do consumo de combustível no serviço de recolha seletiva de outros resíduos por quantidade recolhida)		✓	
E8	Rentabilização do Parque de Viaturas (Rácio anual entre a quantidade de resíduos recolhidos indiferenciadamente e a capacidade instalada de viaturas de recolha de resíduos indiferenciados)	✓		
E9	Grau de otimização dos circuitos de recolha (Rácio anual entre o número de deslocações a equipamentos de deposição de resíduos sem realizar a sua recolha e o número total de deslocações realizadas)			Nota 3

Nota 1: Os pressupostos que levaram à fixação destes indicadores, tinham por base de cálculo a definição de valores de referência em documentos oficiais das viaturas, contudo os a informação relevante nos mesmos não se encontra divulgada para todas as viaturas, pelo que deverão ser fixados métodos alternativos de aferição.;

Nota 2: Para aferição do avaliador em causa, está em curso a implementação de um sistema de localização de equipamentos, e a aferição da eficiência da execução da operação, o qual irá dar resposta parcial aos indicadores em causa, mas cuja implementação ainda não se encontra terminada.

Nota 3: Para aferição do avaliador em causa, será necessária a realização de um avultado investimento em sensorização de contentores, onerando conseqüente o munícipe via atualização de tarifa, aspeto esse que se encontra em ponderação.

3.16. Análise dos Critérios Constantes do artigo 62º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, para o ano de 2021

Aplicando os indicadores constantes da Lei 50/2012, de 31 de agosto, é possível concluir que a **Porto Ambiente** não cumpre com os critérios de dissolução:

valores expressos em euros ou percentagem

INDICADOR	2021	2020	2019	STATUS
Artigo 35º CSC (Total de Capital próprio/Capital social) > 50%	166%	143%	233%	✓
Garantir que nos últimos 3 anos o Volume de negócios cobre pelo menos 50% dos Gastos totais, em cada período ((Vendas + Prest. Serv.) / (Gastos Totais - Provisões - Imparidades - Depreciações)) > 50%	67%	69%	68%	✓
Garantir que nos últimos 3 anos o peso contributivo do subsídio é < 50% das receitas (Subsídios à Exploração/Receitas totais) < 50%	31%	29%	31%	✓
Garantir que nos últimos 3 anos o EBITDA é ≥ 0 (EBITDA ≥ 0)	1 334 892,48	554 984,65	339 287,93	✓
Garantir que nos últimos 3 anos o RLP é ≥ 0 (Resultado do período ≥ 0)	533 201,43	287 093,49	178 302,81	✓

3.17. Endividamento

Nos termos do artigo 41º, n.º 1 da Lei 50/2012 de 31 de agosto, "os empréstimos contraídos pelas empresas locais, bem como o endividamento líquido das mesmas relevam para os limites das entidades públicas participantes, em caso de incumprimento das regras previstas no artigo anterior" (artigo 40º equilíbrio das contas).

No decurso do período de 2021, não foi verificado o incumprimento de qualquer das regras constantes no âmbito do referido equilíbrio de contas. De referir, contudo, como consequência do processo de renovação de frota executado, foi verificado o recurso a um endividamento externo sobre a forma de locação financeira, ascendo o montante em dívida a 31 de dezembro de 2021, a 4 471 638 euros.

3.18. Principais Riscos e Incertezas e Políticas de Gestão do Risco

A atividade da Empresa encontra-se exposta a uma variedade de fatores de riscos. A **Porto Ambiente** está sensível quanto à identificação, definição e implementação de políticas de gestão e cobertura eficaz

dos riscos que está exposta, nomeadamente risco de crédito e risco de liquidez. Esta monitorização de riscos é também partilhada e realizada em gestão comum e coordenada pelo Município do Porto (grupo de inserção).

O risco de crédito, ainda que reduzido, está presente na faturação a entidades individuais ao nível de (i) transporte de Resíduos de Construção e Demolição e outros similares, assim como (ii) na cobrança de tarifa regulada, efetuada aos clientes finais por intermédio das Águas do Porto. A monitorização deste risco é efetuada pelo Departamento Financeiro, nomeadamente pelo controlo de crédito, e no caso da tarifa, limitada ao período de crédito das Águas do Porto.

O risco de liquidez, está presente na medida em que as fontes de financiamento da Empresa são limitadas e com reduzido nível de elasticidade por parte da **Porto Ambiente**. A monitorização e gestão deste risco por parte da Empresa resulta de um adequado nível de planeamento, quer ao nível da negociação contratual com fornecedores,

quer ao nível da contratualização das "fontes de financiamento", isto é, Contratos programa com o Município e contrato com as Águas do Porto.

3.19. Perspetivas Futuras

Em respeito com o plano de investimento e compromissos contratuais assumidos, não existindo à data indícios que comprometem a continuidade, a **Porto Ambiente** espera, em 2022:

- (a) Aumentar os níveis de satisfação e de qualidade dos serviços prestados;
- (b) Manutenção do processo de estabilização do nível de recursos humanos nas Atividades de Recolha de resíduos urbanos, Limpeza do espaço público e gastos comuns;
- (c) Procurar aumentar os níveis de serviço, produtividade, eficiência e qualidade dos processos, contribuindo desta forma para a melhoria da qualidade de vida no Município do Porto e redução do custo imputado ao consumidor.

Tendo por base este enquadramento e as políticas de gestão do risco implementado não temos conhecimento de quaisquer eventos relevantes que coloquem em causa o pressuposto de continuidade das operações, considerando desde logo os potenciais impactos decorrentes da pandemia mundial COVID-19, reflexão essa que mereceu particular destaque na secção seguinte.

3.20. Eventos Subsequentes

Passados dois anos em que a pandemia COVID-19 passou a fazer parte quotidiano dos membros da Administração e da Direção da **Porto Ambiente**, a avaliação dos impactos (efetivos e potenciais) causados pela mesma passou a constar da permanente reflexão efetuada daqueles membros, sobre estes temas.

Dessas reflexões, e considerando desde logo o histórico conhecido neste período, quer ao nível dos impactos na execução de despesas extraordinárias, quer ao nível dos impactos na execução das

receitas projetadas, ou até mesmo das limitações operacionais na execução da atividade, tem vindo a ser concluído quanto à ausência de expectativa com impacto negativo relevante, que possa colocar em causa a continuidade das operações.

Mais recentemente e até à data de conclusão deste relatório, o Conselho de Administração encontra-se a acompanhar, de forma atenta o desenrolar da atual situação de conflito na Ucrânia e as suas possíveis repercussões na economia a nível nacional e mundial, que, ainda difíceis de antecipar com fiabilidade. Este efeito poderá impactar na atividade da Entidade, dependendo da evolução desta situação no futuro, destacando-se, desde já, preocupações adicionais na evolução dos preços de determinados bens e serviços, dos quais se destaca o fornecimento de energia. Este último efeito tem vindo a ser monitorizado de forma próxima pela equipa da **Porto Ambiente**, e não obstante de efetivamente constatar como um desvio orçamental (consumo superior de combustíveis), não é expectável que o mesmo possa ponderar negativamente no computo geral do orçamento da empresa, considerando outras potenciais sinergias que tem vindo a ser aproveitadas.

Em adição ao anteriormente mencionado, não são conhecidos outros eventos que alterem a apresentação de contas ilustrada neste documento e respetivas peças e anexos.

3.21. Proposta de Aplicação dos Resultados

O exercício de 2021 saldou-se com um resultado líquido positivo no montante 533 201,43 Euro (quinhentos e trinta e três mil, duzentos e um euros e quarenta e três centimos), propondo a Administração que o mesmo seja aplicado da seguinte forma:

- Reservas legais, no montante de 26 660,07 Euro (vinte e seis mil, seiscentos e sessenta euros e sete centimos);
- Resultados transitados, no montante de 506 541,36 Euro (quinhentos e seis mil, quinhentos e quarenta e um euros e trinta e seis centimos).

3.22. Divulgações Obrigatórias

3.22.1. PARTICIPAÇÕES DETIDAS POR ACIONISTAS:

Referem-se seguidamente os acionistas titulares de ações, no final do exercício, representativas de pelo menos um décimo, um terço ou metade do capital:

valores expressos em euros

PARTICIPAÇÕES (E TRANSAÇÕES) QUALIFICADAS NO CAPITAL DA SOCIEDADE		CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO	TOTAL
Ações detidas no começo do período	Número de ações	3 265 566,00	3 265 566,00
	Valor nominal unitário	1,00	1,00
	Valor nominal total	3 265 566,00	3 265 566,00
	Percentagem do capital social	100,00%	100,00%
Ações adquiridas no período	Número de ações	-	-
	Valor nominal unitário	1,00	-
	Valor nominal total	-	-
Ações alienadas no período	Número de ações	-	-
	Valor nominal unitário	-	-
	Valor nominal total	-	-
Ações detidas no fim do período	Número de ações	3 265 566,00	3 265 566,00
	Valor nominal unitário	1,00	1,00
	Valor nominal total	3 265 566,00	3 265 566,00
	Percentagem do capital social	100,00%	100,00%

3.22.2. EXISTÊNCIA DE SUCURSAIS DA SOCIEDADE

A sociedade não tem sucursais.

3.22.3. EXISTÊNCIA DE NEGÓCIOS ENTRE A SOCIEDADE E OS SEUS ADMINISTRADORES

Não se verificou, houve em 2021, qualquer negócio entre a sociedade e os seus administradores.

3.22.4. AQUISIÇÃO OU ALIENAÇÃO DE QUOTAS PRÓPRIAS

Durante o exercício de 2021, não se verificou qualquer aquisição ou alienação de ações próprias.

3.22.5. SITUAÇÃO PERANTE O ESTADO E A SEGURANÇA SOCIAL

Em observação da Lei n.º 36/2019, de 29 de maio, informamos que não existem dívidas em mora ao Estado e Outros entes públicos ou à Segurança Social.

Porto, 31 de março de 2022

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO,

O Conselho de Administração

Filipe Manuel Ventura Camões de Almeida Araújo
(Presidente)

Luís Bragança de Assunção
(Vice-presidente)

Helena Vilasboas Tavares
(Administradora Executiva)



Demonstrações Financeiras

(Para o período findo em 31 de dezembro de 2021)



4 Balanço em 31 de dezembro de 2021

valores expressos em euros

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31.12.2021	31.12.2020
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	7 ; 9	6 461 101,31	6 185 324,34
Ativos intangíveis	6 ; 9	19 070,52	24 391,75
Outros investimentos financeiros		38 785,56	25 673,14
Ativos por impostos diferidos	14	54 524,75	46 800,81
		6 573 482,14	6 282 190,04
Ativo corrente			
Inventários	10	186 182,92	138 771,44
Clientes	5 ; 9 ; 16.2	3 460 606,36	3 113 330,51
Estado e outros entes públicos - Ativo	16.4	678,64	34 808,79
Outros créditos a receber	9 ; 16.2	183 400,91	103 139,95
Diferimentos	16.7	14 562,73	12 568,24
Caixa e depósitos bancários	4	3 714 469,45	5 074 027,17
		7 559 901,01	8 476 646,10
TOTAL DO ATIVO		14 133 383,15	14 758 836,14
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	15	3 265 566,00	3 265 566,00
Reservas legais		38 706,02	24 351,35
Outras reservas	7	131 786,65	115 466,65
Resultados transitados		735 414,44	462 675,62
Excedentes de revalorização	7	25 201,74	37 849,74
Ajustamentos/outras variações no capital próprio		699 232,78	475 888,51
Resultado líquido do período		533 201,43	287 093,49
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		5 429 109,06	4 668 891,36
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	8	3 837 506,05	4 268 466,22
Passivos por impostos diferidos	14	218 465,20	157 295,31
		4 055 971,25	4 425 761,53
Passivo corrente			
Fornecedores	16.2	1 945 698,97	3 031 375,61
Estado e outros entes públicos	16.4	180 797,55	175 484,03
Financiamentos obtidos	8	634 132,16	603 529,52
Outras dívidas a pagar	16.2	1 605 500,99	1 091 921,26
Diferimentos	16.7	282 173,17	761 872,83
		4 648 302,84	5 664 183,25
TOTAL DO PASSIVO		8 704 274,09	10 089 944,78
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		14 133 383,15	14 758 836,14

5 Demonstração dos Resultados por Naturezas para o período findo em 31 de dezembro de 2021

valores expressos em euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2021	2020
Vendas e serviços prestados	+ 5 ; 11 ; 16.1	15 480 639,18	15 138 874,19
Subsídios à exploração	+ 5 ; 11 ; 16.1	7 203 911,12	6 478 057,58
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	- 10.3 ; 16.1	(111 311,18)	(144 062,19)
Fornecimentos e serviços externos	- 8 ; 16.1	(14 108 350,42)	(13 943 783,64)
Gastos com pessoal	- 16.1 ; 16.3	(6 991 432,50)	(6 728 880,95)
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	-/+ 9	(392 299,61)	(372 057,75)
Aumentos/Reduções de justo valor	+/-	220,88	258,36
Outros rendimentos	+ 16.1	820 185,61	479 076,38
Outros gastos	- 16.1	(566 670,60)	(352 497,33)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	=	1 334 892,48	554 984,65
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-/+ 6 ; 7 ; 16.1	(747 270,83)	(257 453,19)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	=	587 621,65	297 531,46
Juros e gastos similares suportados	-	(21 753,52)	(1 057,62)
Resultado antes de impostos	=	565 868,13	296 473,84
Imposto sobre rendimento do período	-/+ 14 ; 16	(32 666,70)	(9 380,35)
Resultado líquido do período	=	533 201,43	287 093,49
Resultado por ação básico		0,16	0,09

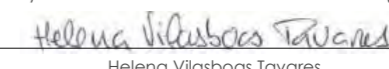
Contabilista Certificado



Paulo Sérgio Oliveira da Cruz

O Conselho de Administração


Filipe Manuel Ventura Camões de Almeida Araújo
(Presidente)

Luís Bragança de Assunção
(Vice-presidente)

Helena Vilasboas Tavares
(Administradora Executiva)

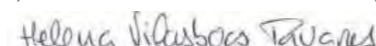
Contabilista Certificado



Paulo Sérgio Oliveira da Cruz

O Conselho de Administração


Filipe Manuel Ventura Camões de Almeida Araújo
(Presidente)

Luís Bragança de Assunção
(Vice-presidente)

Helena Vilasboas Tavares
(Administradora Executiva)

6 Demonstração das Alterações no Capital Próprio para o período findo em 31 de dezembro de 2021

valores expressos em euros

DESCRIÇÃO	NOTAS	CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUÍDO AOS DETENTORES DO CAPITAL DA EMPRESA-MÃE											INTERESSES MINORITÁRIOS	TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	
		Capital realizado	Ações (quotas) próprias	Prestações suplementares e outros inst. CP	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/Outras variações capitais próprios	Resultado líquido do período	Total			
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO EM 01.01.2020	6	15	465 566,00	-	-	-	15 436,21	37 771,66	293 287,95	92 944,41	-	178 302,81	1 083 309,04	-	1 083 309,04
ALTERAÇÕES NO PERÍODO															
Realização do excedente de revalorização de Ativos fixos tangíveis e intangíveis			-	-	-	-	-	77 694,99	-	(55 094,67)	-	-	22 600,32	-	22 600,32
Outras alterações reconhecidas no capital próprio			-	-	-	-	8 915,14	-	169 387,67	-	475 888,51	(178 302,81)	475 888,51	-	475 888,51
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	7		-	-	-	-	8 915,14	77 694,99	169 387,67	(55 094,67)	475 888,51	(178 302,81)	498 488,83	-	498 488,83
RESULTADO INTEGRAL	8											287 093,49	287 093,49	-	287 093,49
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8											108 790,68	785 582,32	-	785 582,32
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO															
Realizações de capital	10		2 800 000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2 800 000,00	-	2 800 000,00
			2 800 000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2 800 000,00	-	2 800 000,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO EM 31.12.2020	11=6+7+8+10	15	3 265 566,00	-	-	-	24 351,35	115 466,65	462 675,62	37 849,74	475 888,51	287 093,49	4 668 891,36	-	4 668 891,36

valores expressos em euros

DESCRIÇÃO	NOTAS	CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUÍDO AOS DETENTORES DO CAPITAL DA EMPRESA-MÃE											INTERESSES MINORITÁRIOS	TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	
		Capital realizado	Ações (quotas) próprias	Prestações suplementares e outros inst. CP	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/Outras variações capitais próprios	Resultado líquido do período	Total			
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO EM 01.01.2021	6	15	3 265 566,00	-	-	-	24 351,35	115 466,65	462 675,62	37 849,74	475 888,51	287 093,49	4 668 891,36	-	4 668 891,36
ALTERAÇÕES NO PERÍODO															
Realização do excedente de revalorização de Ativos fixos tangíveis e intangíveis			-	-	-	-	-	16 320,00	-	(12 648,00)	-	-	3 672,00	-	3 672,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio			-	-	-	-	14 354,67	-	272 738,82	-	223 344,27	(287 093,49)	223 344,27	-	223 344,27
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	7		-	-	-	-	14 354,67	16 320,00	272 738,82	(12 648,00)	223 344,27	(287 093,49)	227 016,27	-	227 016,27
RESULTADO INTEGRAL	8											533 201,43	533 201,43	-	533 201,43
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8											246 107,94	760 217,70	-	760 217,70
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO															
Realizações de capital	10		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
			-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO EM 31.12.2021	11=6+7+8+10	15	3 265 566,00	-	-	-	38 706,02	131 786,65	735 414,44	25 201,74	699 232,78	533 201,43	5 429 109,06	-	5 429 109,06

Contabilista Certificado



Paulo Sérgio Oliveira da Cruz

O Conselho de Administração


Filipe Manuel Ventura Camões de Almeida Araújo
(Presidente)

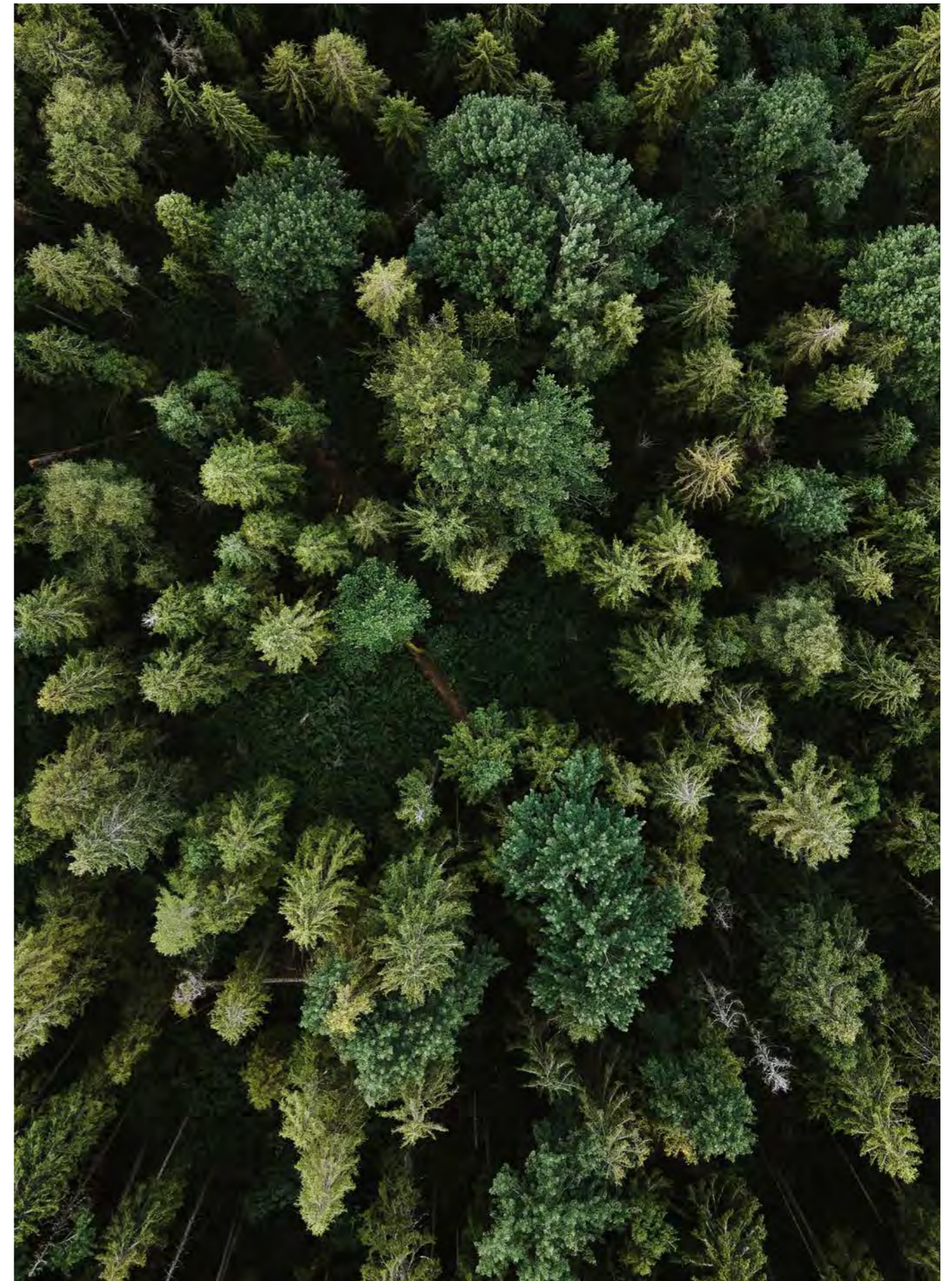
Luís Bragança de Assunção
(Vice-presidente)

Helena Vilasboas Tavares
(Administradora Executiva)

7 Demonstração dos Fluxos de Caixa para o período findo em 31 de dezembro de 2021

valores expressos em euros

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA			NOTAS	EXERCÍCIOS	
				2021	2020
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Recebimentos de clientes		+	15 623 524,59	14 892 842,28	
Pagamentos a fornecedores		-	(15 852 499,46)	(16 752 779,23)	
Pagamentos ao pessoal		-	(6 637 172,62)	(6 262 777,84)	
Fluxo gerado pelas operações			(6 866 147,49)	(8 122 714,79)	
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		+-	(2 206,08)	(54 607,81)	
Outros recebimentos/pagamentos		+-	6 600 378,35	6 504 329,11	
Fluxos das atividades operacionais (1)			(267 975,23)	(1 672 993,49)	
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Recebimentos provenientes de:					
Ativos fixos tangíveis		+	9 067,20	130 008,90	
Subsídios para investimentos		+	343 717,35	639 864,95	
Juros e rendimentos similares		+	-	-	
Pagamentos respeitantes a:					
Ativos fixos tangíveis		-	(788 969,70)	(906 669,83)	
Ativos intangíveis		-	(13 854,29)	(18 386,66)	
Fluxos das atividades de investimento (2)			(450 039,45)	(155 182,64)	
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Recebimentos provenientes de:					
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		+	-	2 800 000,00	
Pagamentos respeitantes a:					
Financiamentos obtidos		-	(619 789,53)	(29 677,26)	
Juros e custos similares		-	(21 753,52)	(1 057,62)	
Fluxos das atividades de financiamento (3)			(641 543,05)	2 769 265,12	
Variação de caixa e seus equivalentes (1)+(2)+(3)			(1 359 557,72)	941 088,99	
Caixa e seus equivalentes no início do período			Nota 4	5 074 027,17	
Caixa e seus equivalentes no fim do período			Nota 4	3 714 469,45	



Contabilista Certificado

Paulo Sérgio Oliveira da Cruz

O Conselho de Administração

Filipe Manuel Ventura Camões de Almeida Araújo
(Presidente)

Luís Bragança de Assunção
(Vice-presidente)

Helena Vilasboas Tavares
(Administradora Executiva)

Anexo às Demonstrações Financeiras

(Período findo em 31 de dezembro de 2021)



8 Anexo às Demonstrações Financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2021

Nota 1 IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A **Empresa Municipal de Ambiente do Porto, E.M., S.A.** (doravante também designada por **Porto Ambiente**), foi constituída por escritura pública realizada no dia 27 de janeiro de 2017, no seguimento das deliberações da Câmara Municipal e Assembleia Municipal do Porto, nas suas reuniões de dezanove e vinte e um de julho de 2016, respetivamente, tendo por o objeto social, por delegação do Município do Porto, a Gestão de Resíduos Urbanos e Limpeza do Espaço Público.

O capital social integralmente realizado, no momento da constituição, foi de 465 566 Euro (quatrocentos e sessenta e cinco mil e quinhentos e sessenta e seis euros), realizado por 200 000 Euro em capital e 265 566 Euro realizado em espécie de equipamento e outros bens móveis, os quais foram substancialmente transferidos para a Empresa no momento da passagem da Operação.

No ano de 2020, e após obtenção do visto prévio favorável do Tribunal de Contas, em Sessão Diária de Visto de 7 de agosto de 2020, a Empresa viu o seu capital social aumentado em 2 800 000 Euro (dois milhões e oitocentos mil euros), integralmente realizado em dinheiro, ascendendo o mesmo, nesta data, a 3 265 566 Euro (três milhões, duzentos e sessenta e cinco mil, quinhentos e sessenta e seis euros) representado por 3 265 566 (três milhões, duzentos e sessenta e cinco mil, quinhentos e sessenta e seis) ações com o valor nominal de 1 (um) euro cada.

A **Porto Ambiente** é 100% detida pela Câmara Municipal do Porto, e tem sede na Praça General Humberto Delgado, no Porto.

O contrato de gestão delegada, válido por quinze anos, prevê o exercício, em regime de exclusividade territorial no Município do Porto as seguintes competências:

- a) Explorar e gerir o sistema municipal de Gestão de Resíduos Urbanos e Limpeza do Espaço Público;
- b) Cumprir com o Plano de ação (atualmente PAPERSU), de forma a dar cumprimento às metas decorrentes do estipulado no Plano de Ação para o Plano Estratégico de Gestão de Resíduos (atualmente PERSU 2020+);
- c) Gerir de forma integrada e adequada a prestação de cada serviço, de forma a oferecer o melhor serviço ao menor custo, tendo em conta que os serviços devem ser prestados de acordo com os princípios expressos no n.º 1, do artigo 5.º, do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto;
- d) Assegurar e definir com o Município do Porto e com a LIPOR o modo de articulação entre si, de forma a prestar um serviço aos utilizadores finais em condições de sustentabilidade ambiental, infraestrutural e económica.

A receita foi e será materialmente realizada mediante as seguintes fontes:

- a) Receitas próprias, pela tarifa de gestão de resíduos urbanos;
- b) Subsídio à exploração, para a cobertura da tarifa nos períodos justificadamente necessários.

De sublinhar que no ano de 2021, e à semelhança do já verificado no ano de 2020, a **Porto Ambiente** atingiu integralmente a cobertura dos seus encargos por via da tarifa. Assim, nestes períodos, não se verificou necessário o recurso a qualquer montante de subsídio desta natureza;

- c) Subsídio à exploração, no âmbito da Limpeza do Espaço Público.

Nota 2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Referencial Contabilístico

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Empresa e de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística, regulado pelos seguintes diplomas legais:

- a) Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho (Sistema de Normalização Contabilística), com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010, de 23 de agosto e pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho, quanto ao artigo 2.º, artigo 4.º, artigos 6.º, 7.º e 8.º, artigo 9.º, artigo 10.º, artigo 11.º e artigo 12.º;
- b) Portaria n.º 986/2009, de 7 de setembro (Modelos de Demonstrações Financeiras) com alterações pela Portaria n.º 220/2015;
- c) Aviso n.º 15652/2009, de 7 de setembro (Estrutura Conceptual) alterações introduzidas pelo aviso 8254/2015;
- d) Aviso n.º 15655/2009, de 7 de setembro (Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro) alterações introduzidas pelo aviso n.º 8256/2015;
- e) Portaria n.º 1011/2009, de 9 de setembro (Código de Contas) com alterações introduzidas pela Portaria n.º 218/2015.

De forma a garantir a expressão verdadeira e apropriada, quer da posição financeira quer do desempenho da Empresa, foram utilizadas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística ("SNC"), antes referidas, em todos os aspetos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação, sem prejuízo do recurso supletivo às Normas Internacionais de Contabilidade adotadas ao abrigo do Regulamento n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de Julho, e ainda às Normas Internacionais de Contabilidade e

às Normas Internacionais de Relato Financeiro emitidas pelo International Accounting Standard Board e respetivas interpretações (SIC-IFRIC), sempre que o SNC não contemple aspetos particulares das transações realizadas e dos fluxos ou das situações em que a Empresa se encontre envolvida.

O conjunto dos normativos que integram o SNC foi utilizado pela primeira vez em 2010 para a elaboração de demonstrações financeiras completas, passando a constituir o referencial de base para os períodos subsequentes. Estas normas foram ainda aplicadas ao período iniciado em 1 de janeiro de 2009, de forma a garantir a necessária expressão e apresentação para efeitos comparativos.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com um período de reporte coincidente com o ano civil, no pressuposto da continuidade de operações da Empresa e no regime de acréscimo, utilizando os modelos das demonstrações financeiras previstas na Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho, designadamente o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, com expressão dos respetivos montantes em Euros.

2.2. Indicação e Justificação das Disposições do SNC que, em Casos Excepcionais, tenham sido Derrogadas e dos Respetivos Efeitos nas Demonstrações Financeiras

Nos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras não foram derrogadas quaisquer disposições do SNC que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada que devem transmitir aos interessados pelas informações disponibilizadas.

Nota 3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1. Bases de Mensuração Usadas na Preparação das Demonstrações Financeiras

3.1.1. ATIVOS INTANGÍVEIS

A rubrica dos Ativos intangíveis compreende essencialmente a aquisição das plataformas eletrónicas (i) ERP "PRIMAVERA", (ii) gestão documental "FILEDOC", (iii) avaliação de fornecedores UEBE.Q, e (iv) faturação eletrónica IET, assim como outros desenvolvimentos pontuais sobre as mesmas. Estes ativos encontram-se registados ao custo de aquisição deduzidos das amortizações e de quaisquer perdas por imparidade acumuladas (modelo do custo). Estes ativos são amortizados a partir do momento em que se encontram disponíveis para utilização, pelo método da linha reta, de uma forma consistente de período a período, numa base de duodécimos, durante um período de 3 anos, decorrente da aplicação das taxas de amortização correspondentes aos anos de vida útil.

Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, sejam por ela controláveis e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

3.1.2. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os Ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, quando o ativo estiver disponível para uso, pelo método da linha reta, de uma forma consistente de período a período, numa base de duodécimos, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

DESCRIÇÃO	ANOS
Edifícios e outras construções	-
Equipamento básico	2 - 12
Equipamento de transporte	2 - 9
Equipamento administrativo	3 - 7
Outros Ativos fixos tangíveis	3 - 7

Cada parte de um item do ativo fixo tangível com um custo significativo relativamente ao custo total do item é depreciado separadamente, sendo definida a vida útil e o método de depreciação.

Os Ativos fixos tangíveis em curso, a verificarem-se, representam ativos ainda em fase de construção e ou desenvolvimento adicional, encontrando-se registados ao custo de aquisição/produção, deduzido de eventuais perdas por imparidade. Estes ativos são depreciados a partir do momento em que estejam prontos para utilização.

Os custos com a manutenção e reparação que não aumentem a vida útil destes ativos são registados como gastos do período em que ocorrem. Os gastos com inspeções importantes são incluídos na quantia escriturada do ativo sempre que se perspetive que este origine benefícios económicos futuros adicionais.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou da retirada dos ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data de alienação/retirada, sendo registadas na demonstração dos resultados como "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas".

3.1.3. IMPARIDADE DE ATIVOS

A Empresa avalia, à data de balanço, se há algum indício de que um ativo possa estar em imparidade. Sempre que a quantia escriturada pela qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada como um gasto na rubrica "Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis" ou "Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis". A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obterá com a alienação do ativo numa transação

entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que se espera que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

3.1.4. LOCAÇÕES

A classificação das locações como financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma dos contratos. Os contratos de locação, em que a Empresa age como locatário, são classificados como locações financeiras se, através deles, forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse, e como locações operacionais, se tal não acontecer.

Nas locações financeiras, o valor dos bens é registado no balanço como ativo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo, na rubrica "Financiamentos obtidos", e os juros incluídos no valor dos pagamentos mínimos e a depreciação do ativo são registados como gastos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais (aplicáveis à **Porto Ambiente**), os pagamentos mínimos são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados, numa base linear, durante o período do contrato de locação.

3.1.5. INVENTÁRIOS

Matérias subsidiárias e de consumo: encontram-se valorizadas pelo custo ou valor realizável líquido, no caso de este ser inferior (utilizando-se o "Custo médio ponderado" como fórmula de custeio). Se o valor realizável líquido for inferior, designadamente devido à diminuição da cotação do mercado, da deterioração ou obsolescência, da subida dos custos de acabamento ou dos necessários para realizar a venda, ou, ainda, do valor recuperável pelo uso na conversão em produtos acabados cuja cotação no mercado tenha sido reduzida, justifica-se o reconhecimento de imparidades nos períodos em que as necessidades de ajustamento

são constatadas, utilizando o custo de reposição como referencial.

A Empresa utiliza o regime de inventário permanente, de acordo com o disposto no nº 1 do artigo 12º do Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando existem indícios de que as perdas de imparidade já não se justificam ou diminuíram, sendo expressa na demonstração dos resultados como "Imparidade de inventários (perdas/reversões)". Contudo, a reversão só é efetuada até ao limite da quantia das perdas por imparidade acumuladas antes reconhecidas.

Os gastos relativos aos inventários vendidos são registados no mesmo período de reporte em que o rédito é reconhecido.

3.1.6. CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime de acréscimo, exceto nos casos em estes sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo cujo período para ficar pronto para o uso pretendido seja substancial, caso em que são capitalizados até ao momento em que todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para uso ou venda estejam concluídas.

3.1.7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros são registadas ao custo ou custo amortizado (usando o método do juro efetivo) e apresentadas no balanço, deduzidas de eventuais perdas por imparidade, de forma a refletir o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Estas perdas por imparidade são ajustadas em função da evolução das contas correntes, designadamente no que respeita ao detalhe das operações que a inte-

gram, sendo que os reforços são reconhecidos como gastos do período, as reversões, decorrentes da cessação total ou parcial do risco, nos rendimentos e as utilizações, para cobertura da perda efetiva do crédito, deduzidas diretamente nas contas correntes.

Por articulação e homogeneização com o Grupo de inserção (Município do Porto), os critérios considerados na política de perdas por imparidade de dívidas a receber são os seguintes:

a) Perda por imparidade a 100% para dívidas de terceiros cujo risco de incobrabilidade seja devidamente justificado, o que se verifica nos seguintes casos:

- O devedor tenha pendente processo especial de recuperação de empresa e proteção de credores ou processo de execução, falência ou insolvência;
- As dívidas tenham sido reclamadas judicialmente;
- As dívidas estejam em mora há mais de seis meses desde a data do respetivo vencimento e existam provas de terem sido efetuadas diligências para o seu recebimento.

b) Perda por imparidade a 50% para dívidas de terceiros que, não reunindo as condições do ponto a) anterior, estejam em mora há mais de seis meses e menos de doze meses;

c) Perda por imparidade a 100% para dívidas de terceiros que, não reunindo as condições do ponto a) anterior, estejam em mora há mais de doze meses.

b) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo ao custo ou custo amortizado (usando o método do juro efetivo), deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a menos ou a mais de um ano, respetivamente. O seu desconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos

contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na demonstração dos resultados do período de acordo com o regime de acréscimo.

c) Dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros (que não vencem juros) são registadas ao custo ou custo amortizado (usando o método do juro efetivo). O seu desconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

d) Passivos financeiros e instrumentos de capital próprio

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual da transação, independentemente da forma legal que assumem.

Um instrumento financeiro é classificado como um passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual de a sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou outro ativo financeiro. Os passivos financeiros são registados inicialmente ao custo, deduzido dos custos de transação incorridos, e, subsequentemente, ao custo amortizado, com base no método do juro efetivo.

Um instrumento financeiro é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual de a sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou outro ativo financeiro, evidenciando um interesse residual nos ativos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Os custos diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Os valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transação.

e) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de "Caixa e depósitos bancários" correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros depósitos bancários que sejam mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor. Se o seu vencimento for inferior a 12 meses, são reconhecidos no ativo corrente; caso contrário, e ainda quando existirem limitações à sua disponibilidade ou movimentação, são reconhecidos no ativo não corrente.

3.1.8. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data. As provisões para fazer face a custos de reestruturação são reconhecidas sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

Os passivos contingentes são definidos pela Empresa como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controlo; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos.

3.1.9. MATÉRIAS AMBIENTAIS

As entidades nacionais têm a obrigação legal de evitar, reduzir e reparar os danos causados ao ambiente ou a terceiros no âmbito da sua atividade, devendo adotar as medidas necessárias para recolher, encaminhar e tratar os resíduos das

mais diversas naturezas, as águas residuais dos seus processos industriais, as emissões para a atmosfera, a proteção de solos e de recursos hídricos e a prevenção de ruídos e vibrações.

As matérias ambientais têm merecido a melhor atenção e o cuidado máximo pela administração. Não existem passivos de carácter ambiental que estejam incluídos nas demonstrações financeiras, assim como não são conhecidos passivos contingentes associados.

3.1.10. REGIME DE ACRÉSCIMO

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de "Outras contas a receber", "Outras contas a pagar" ou "Diferimentos".

3.1.11. RÉDITO

O rédito relativo a vendas e prestações de serviços, decorrentes da atividade ordinária da Empresa, é reconhecido pelo seu justo valor, entendendo-se como tal o que é livremente fixado entre as partes contratantes numa base de independência, sendo que, relativamente às vendas e prestações de serviços, o justo valor reflete eventuais descontos concedidos e não inclui quaisquer impostos liquidados nas faturas.

Neste âmbito, deverão ser igualmente considerados os montantes relativos aos subsídios à exploração decorrentes da aplicação dos contratos programa:

a) Atividade Regulada (Gestão de Resíduos Urbanos): subsídios concedidos pelo Município que visam assegurar a parte remanescente dos custos afetos à Gestão RU não coberta pelas receitas próprias, nos períodos em que tal se verifique necessário, numa perspetiva de tornar os serviços economicamente acessíveis ao utilizador final;

b) Atividade não regulada (Limpeza de Espaço Público): transferências que visam cobrir os custos do serviço de Limpeza do Espaço Público

que, assumindo características de um bem social, está excluído do Sistema Tarifário.

O rédito proveniente da venda de bens apenas é reconhecido na demonstração dos resultados quando (i) são transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens, (ii) não seja mantido um envolvimento contínuo de gestão com grau geralmente associado com a posse ou o controlo efetivo dos bens vendidos, (iii) a quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurada, (iv) seja provável que os benefícios económicos associados com as transações fluam para a Empresa e (v) os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros gastos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

3.1.12. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO PERÍODO

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos como gastos dos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras encontram-se corrigidos pelo efeito da contabilização dos impostos diferidos, caso existam diferenças temporárias tributáveis e/ou dedutíveis.

As declarações de rendimentos para efeitos fiscais são passíveis de revisão e correção pela Administração Fiscal durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), não sendo expectável, no entanto, que das eventuais correções venha a decorrer um efeito significativo nas presentes demonstrações financeiras.

O prazo antes referido poderá ser prolongado ou suspenso desde que tenham sido obtidos benefícios fiscais, que estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, ou que tenha havido prejuízos fiscais, situação em que, durante um período de seis anos após a sua ocorrência, relativamente aos períodos anteriores a 2011, quatro anos relativamente aos períodos de 2012 e 2013 e doze anos para os períodos posteriores, estes são suscetíveis de dedução aos lucros tributáveis que venham a ser gerados.

Nos termos do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC), a matéria coletável decorrente dos lucros fiscais apurados, deduzidos de eventuais reportes de prejuízos, encontra-se sujeita a tributação, na generalidade, a uma taxa de 21%, acrescida da derrama municipal, a qual é fixada por município entre 0% e 1,5%. No que diz respeito à derrama estadual a mesma pode variar entre 3% e 7% - (i) a taxa de 3% será aplicada quando o lucro tributável se encontra entre 1 500 000 Euros e 7 500 000 Euros, (ii) a taxa de 5% será aplicada quando o lucro tributável se encontra entre 7 500 000 Euros e 35 000 000 Euros e (iii) a taxa de 7% será aplicada a entidades que obtenham lucro tributável superior a 35 000 000 Euros.

Os impostos que não se encontrem pagos, quer relativos ao período corrente quer a anteriores, são reconhecidos no passivo pelo valor que se estima vir a pagar, com base nas taxas e nas normas fiscais aplicáveis à data do balanço. No entanto, se os montantes já pagos relativos a esses períodos excederem os valores devidos, são reconhecidos no ativo na medida do excesso.

O efeito fiscal decorrente de transações ou de quaisquer outras operações cujos reflexos se encontram traduzidos nos resultados do período é também reconhecido nos resultados do mesmo período, sendo expresso na demonstração dos resultados na rubrica "Imposto sobre o rendimento do período". No entanto, se esses reflexos se produzirem diretamente nos capitais próprios, o efeito fiscal é também reconhecido nos capitais próprios, por dedução ou acréscimo à rubrica que esteve na sua origem.

O imposto corrente é ainda condicionado pelos ajustamentos, positivos ou negativos, que tiverem de ser reconhecidos no período, relativos a impostos correntes de períodos anteriores.

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e dos passivos para efeitos de registo contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação, bem como aqueles, resultantes de benefícios fiscais obtidos e de diferenças temporárias entre o resultado fiscal e contabilístico. O imposto é reconhecido na demonstração dos resultados, exceto

quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e periodicamente avaliados, utilizando-se as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem, quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e das diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias, em empreendimentos conjuntos e associadas, na medida em que não seja provável que se revertam no futuro.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos quando for provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais. Anualmente é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos, no sentido de os reconhecer ou ajustar em função da expectativa atual de recuperação futura.

3.1.13. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, complementos de trabalho noturno e em sistema de rotatividade, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios de produtividade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal, e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo órgão de gestão. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social ou outros subsistemas de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, as faltas autorizadas e remuneradas e, ainda, eventuais participações nos lucros e gratificações, desde que o seu pagamento venha a decorrer dentro dos 12 meses subsequentes ao encerramento do período.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhe-

cimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes são reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação do emprego, quer por decisão unilateral da Empresa, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrerem.

3.1.14. EVENTOS SUBSEQUENTES

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço ("acontecimentos que dão lugar a ajustamentos") são refletidos nas demonstrações financeiras da Empresa. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço ("acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos"), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3.2. Outras Políticas Contabilísticas Relevantes

a) Resultados por ação

Os resultados por ação são calculados dividindo o lucro individual atribuível aos acionistas da Empresa pelo número ponderado de ações ordinárias em circulação durante o período, excluindo o número de ações próprias detidas. Os dividendos preferenciais são deduzidos ao resultado líquido do período.

b) Fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada através do método direto. A Empresa classifica na rubrica "Caixa e seus equivalentes" os montantes de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros instrumentos financeiros com vencimento

a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos em empresas participadas e pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e da venda de ativos.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos, contratos de locação financeira e pagamento de dividendos.

3.3. Juízos de Valor que o Órgão de Gestão fez no Processo de Aplicação das Políticas Contabilísticas e que tiveram Maior Impacto nas Quantias Reconhecidas nas Demonstrações Financeiras

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF, o Conselho de Administração da Empresa utiliza estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras do período incluem:

- Avaliação e registo (se aplicável) de provisões e perdas por imparidade;
- Avaliação e registo (se aplicável) de eventuais acréscimos de gastos e/ou rendimentos.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a estas estimativas que venham a ocorrer posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas em resultados, de forma prospetiva.

3.4. Principais Pressupostos Relativos ao Futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

Nota 4 FLUXOS DE CAIXA

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada segundo o método direto, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em atividades operacionais, de investimento e de financiamento. A Empresa classifica os juros e dividendos pagos como atividades de financiamento e os juros e os dividendos recebidos como atividades de investimento.

4.1. Comentário da Gerência sobre a Quantia dos Saldos Significativos de Caixa e seus Equivalentes que não estão Disponíveis para Uso

A 31 de Dezembro de 2021 os saldos de caixa e seus equivalentes que não se encontravam disponíveis para uso respeitam exclusivamente a duas cau-

ções de fornecedores, como garante do respetivo cumprimento contratual.

4.2. Desagregação dos Valores Inscritos na Rubrica de Caixa e em Depósitos Bancários

A 31 de Dezembro de 2021, a rubrica de caixa e depósitos bancários é constituída pelos seguintes saldos:

valores expressos em euros

MEIOS FINANCEIROS LÍQUIDOS CONSTANTES DO BALANÇO	31.12.2021			31.12.2020		
	Quantias disponíveis para uso	Quantias indisponíveis para uso	Totais	Quantias disponíveis para uso	Quantias indisponíveis para uso	Totais
Numerário	1 000,00	-	1 000,00	1 000,00	-	1 000,00
Cartões pré-pagos	868,06	-	868,06	-	-	-
Depósitos à ordem	3 665 288,59	47 312,80	3 712 601,39	5 057 059,37	15 967,80	5 073 027,17
Totais	3 667 156,65	47 312,80	3 714 469,45	5 058 059,37	15 967,80	5 074 027,17

Nota 5 PARTES RELACIONADAS

5.1. Relacionamento com a Empresa-Mãe

a) Nome da empresa-mãe imediata: **Câmara Municipal do Porto.**

As contas da entidade são integradas nas contas consolidadas da **Câmara Municipal do Porto.**

5.2. Transações com Partes Relacionadas

valores expressos em euros

Transações com as partes relacionadas		2021					2020				
		Rendimentos e ganhos			Gastos e perdas		Rendimentos e ganhos			Gastos e perdas	
		Vendas e prestação de serviços	Subsídios à exploração	Outros rendimentos	Fornecimentos e serviços externos	Compras	Vendas e prestação de serviços	Subsídios à exploração	Outros Rendimentos	Fornecimentos e serviços externos	Compras
Empresa Mãe	Câmara Municipal do Porto	372 297	6 321 471	66 175	(50 048)	(903)	230 545	6 467 829	34 865	(138 997)	(792)
Outras partes relacionadas	CMPEAE - Empresa de Águas e Energia do Município do Porto	61 450	-	-	(495 326)	-	64 335	-	-	(595 788)	-
	Ágora - Cultura e Desporto do Porto	25 422	-	-	-	-	27 109	-	-	-	-
	Gestão de Obras Públicas, EM	248	-	-	-	-	199	-	-	-	-
	LIPOR - Emp. Gestão, tratamento e valorização de resíduos	-	-	-	(5 844 173)	-	-	-	-	(4 828 525)	-
	Porto Vivo SRU	911	-	-	-	-	1 272	-	-	-	-
	Porto Digital	80	-	-	(17 127)	-	-	-	-	(13 904)	-
	Domus Social, EM	11 522	-	-	-	-	11 341	-	-	-	-
	Totais		471 930	6 321 471	66 175	(6 406 673)	(903)	334 801	6 467 829	34 865	(5 577 214)

Para uma completa leitura do quadro anterior, sublinhamos que no quadro anterior consta o impacto em resultados decorrentes de operações com entidades relacionadas, considerando o valor do IVA não dedutível, e independentemente de terem sido faturadas no período (princípio da especialização do período), destacando as seguintes operações:

a) O montante das Vendas e Prestações de serviços respeita, essencialmente a:

- Tarifas de resíduos que são imputadas aos consumidores na fatura da Água, e como tal, às entidades do perímetro Municipal, nessa qualidade;

- Prestação de serviços de apoio a eventos, recolhas ou transportes de resíduos que não se inscrevem no âmbito das obrigações de Limpeza de espaço público ou recolha de resíduos urbanos;

b) O montante dos subsídios à exploração respeita à execução dos contratos programa para 2021:

- Limpeza do espaço público, no montante de 6 321 471 euro.

c) O montante dos Fornecimentos e serviços externos com a CMPEAE respeita, essencialmente, ao valor do fee de faturação e cobrança;

d) O montante dos Fornecimentos e serviços externos com a Lipor respeita aos montantes relativos ao tratamento de resíduos.

5.3. Saldos Pendentes com Partes Relacionadas

valores expressos em euros

Quantias dos saldos pendentes com partes relacionadas, respectivas perdas por imparidade acumuladas e gastos reconhecidos a respeito de dívidas incobráveis ou de cobrança duvidosa de partes relacionadas		2021					2020			
		Saldos pendentes em 31.12.2021					Saldos pendentes em 31.12.2020			
		Ativo		Passivo			Ativo		Passivo	
Faturado	Acréscimo de rendimento	Faturado	Acréscimo de gasto	Rendimento diferido	Faturado	Faturado	Acréscimo de gasto	Rendimento diferido		
Empresa Mãe	Câmara Municipal do Porto	-	12 335,49	-	(6 379,83)	(125 184,82)	(112 766,08)	(1 865,05)	(567 975,82)	
Outras partes relacionadas	CMPEAE Empresa de Águas e Energia do Município do Porto	4 700 373,30	-	(0,01)	(128 714,65)	-	3 078 135,21	(82,69)	(117 465,57)	
	LIPOR Emp. Gestão, tratamento e valorização de resíduos	-	-	(802 446,91)	(86 137,31)	-	-	(735 926,37)	-	
Totais		4 700 373,30	12 335,49	(802 446,92)	(221 231,79)	(125 184,82)	3 078 135,21	(848 775,14)	(119 330,62)	

No caso do saldo no Ativo com a Águas do Porto (CMPEA), de referir que os valores apresentados respeitam à tarifa de resíduos faturada aos muní-

cipes, mas cuja cobrança se encontra a cargo da referida entidade relacionada.

5.4. Pessoal Chave de Gestão

valores expressos em euros

REMUNERAÇÕES DO PESSOAL CHAVE DA GESTÃO	MONTANTES	
	2021	2020
Total de Remunerações	87 522,78	105 736,36
Outros benefícios a curto prazo dos empregados	2 107,80	2 327,76
Benefícios pós emprego	-	-
Outros benefícios a longo prazo	-	-
Benefícios de cessação de emprego	-	-
Benefícios de remuneração em capital próprio	-	-
Totais	89 630,58	108 064,12

Nota 6 ATIVOS INTANGÍVEIS

6.1. Divulgações para cada Classe de Ativos Intangíveis, Distinguindo entre os Ativos Intangíveis Gerados Internamente e outros Ativos Intangíveis

a) As amortizações do período, são calculadas tendo por base as seguintes vidas úteis e taxa de amortização médias:

b) Os ativos intangíveis apresentam a seguinte decomposição por classe e valor das amortizações incluídas na rubrica "Gastos/reversões de depreciação e de amortização" da demonstração dos resultados (ver tabela).

MÉTODOS DE AMORTIZAÇÃO, VIDAS ÚTEIS E TAXAS DE AMORTIZAÇÃO USADAS NOS ATIVOS INTANGÍVEIS			PROGRAMAS DE COMPUTADOR
Indefinidas	Razões e fatores preponderantes		N/a
Finitas	Vidas úteis*	De	3 Anos
		A	3 Anos
	Taxas de amortização**		33,33%
	Métodos de amortização		Quotas constantes

* Vida útil representativa para a generalidade dos bens

** Taxas médias de amortização, estimadas com base nos anos médios de vida útil (valores máximos)

valores expressos em euros

ATIVOS INTANGÍVEIS		PROGRAMAS DE COMPUTADOR	ATIVOS INTANGÍVEIS EM CURSO	TOTAIS
Em 31.12.2020	Quantias brutas escrituradas	138 873,87	-	138 873,87
	Amortizações e perdas por imparidade acumuladas	(114 482,12)	-	(114 482,12)
	Quantias líquidas escrituradas	24 391,75	-	24 391,75
Adições		11 110,17	-	11 110,17
Amortizações		(16 431,40)	-	(16 431,40)
Em 31.12.2021	Quantias brutas escrituradas	149 984,04	-	149 984,04
	Amortizações e perdas por imparidade acumuladas	(130 913,52)	-	(130 913,52)
	Quantias líquidas escrituradas	19 070,52	-	19 070,52

Nota 7 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

7.1. Divulgações sobre Ativos Fixos Tangíveis

MÉTODOS DE DEPRECIAÇÃO, VIDAS ÚTEIS E TAXAS DE DEPRECIAÇÃO USADAS NOS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	EQUIPAMENTO BÁSICO	EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	OUTROS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS
Vidas úteis*	De	2 Anos	2 Anos	3 Anos
	A	12 Anos	9 Anos	7 Anos
Taxas de depreciação**	10,00%	25,00%	10,00%	25,00%
Métodos de depreciação	Quotas constantes	Quotas constantes	Quotas constantes	Quotas constantes

* Vida útil representativa para a generalidade dos bens

** Taxas médias de depreciação, estimadas com base nos anos médios de vida útil (valores máximos)

7.2. Os Ativos Fixos Tangíveis Apresentam a Seguinte Decomposição por Classe e Movimentos no Exercício

valores expressos em euros

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS		EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	EQUIPAMENTO BÁSICO	EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	OUTROS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS EM CURSO	TOTAIS
Em 31.12.2020	Quantias brutas escrituradas	4 885,50	6 319 014,95	12 354,12	13 292,55	13 547,38	174 895,25	6 537 989,75
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	(1 099,24)	(337 299,09)	(2 059,02)	(6 402,55)	(5 805,51)	-	(352 665,41)
	Quantias líquidas escrituradas	3 786,26	5 981 715,86	10 295,10	6 890,00	7 741,87	174 895,25	6 185 324,34
Adições		-	954 847,41	-	9 228,43	-	46 091,54	1 010 167,38
Transferências		-	154 994,20	-	-	-	(154 994,20)	-
Alienações, sinistros e abates - Valores brutos		(4 885,50)	-	-	-	-	-	(4 885,50)
Outras alterações		-	(5 602,70)	-	(1 125,40)	6 719,10	-	(9,00)
Depreciações - Exercício		(244,28)	(720 893,38)	(3 088,54)	(2 195,23)	(4 418,00)	-	(730 839,43)
Depreciações - Alienações, sinistros e abates		1 343,52	-	-	-	-	-	1 343,52
Em 31.12.2021	Quantias brutas escrituradas	-	7 423 253,86	12 354,12	21 395,58	20 266,48	65 992,59	7 543 262,63
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	-	(1 058 192,47)	(5 147,56)	(8 597,78)	(10 223,51)	-	(1 082 161,32)
	Quantias líquidas escrituradas	-	6 365 061,39	7 206,56	12 797,80	10 042,97	65 992,59	6 461 101,31

No ano de 2021, os montantes mais significativos dos investimentos realizados no período:

- Aquisição da última viatura pesada de recolha de resíduos urbanos, com recurso a financiamento por locação financeira, no âmbito do processo de renovação de frota realizado no período anterior, no montante de cerca de 220 mil euros.

- No reforço de equipamentos de deposição, nomeadamente por via de reposição/substituição, alargamento de abrangência, ou alargamento a outras atividades, em montante de cerca de 800 mil euros, dos quais parte relevante no âmbito do início do projeto de recolha de orgânicos, financiados pelos projetos POSEUR e Cityloops.

7.3. Conciliação entre o montante do excedente reconhecido no início e no final do período

valores expressos em euros

CONCILIAÇÃO DO MONTANTE DO EXCEDENTE NO INÍCIO E NO FINAL DO PERÍODO	31.12.2020	EXCEDENTE RECONHECIDO	EXCEDENTE REALIZADO		31.12.2021
			DEPRECIACÕES	ALIENAÇÃO	
Excedentes de revalorização - V.B.	49 233,25	-	(16 320,00)	-	32 913,20
Excedentes de revalorização - IDP	(11 383,51)	-	3 672,05	-	(7 711,46)
Outras reservas	115 466,65	-	16 320,00	-	131 786,65

7.4. Valor das Depreciações Incluídas na Rubrica “Gastos/reversões de Depreciação e de Amortização” da Demonstração dos Resultados

valores expressos em euros

DEPRECIACÕES RECONHECIDAS NOS RESULTADOS OU COMO PARTE DE UM CUSTO DE OUTROS ATIVOS		EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	EQUIPAMENTO BÁSICO	EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	OUTROS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	TOTAIS
Período 2020	Depreciações reconhecidas nos resultados	488,55	210 320,47	2 059,02	939,42	4 092,47	217 899,93
	Depreciações que integram o custo de outros Ativos	-	-	-	-	-	-
Período 2021	Depreciações reconhecidas nos resultados	244,28	720 893,38	3 088,54	2 195,23	4 418,00	730 839,43
	Depreciações que integram o custo de outros Ativos	-	-	-	-	-	-

Nota 8 LOCAÇÕES

8.1. Locações Financeiras – Locatários

No período de 2021, foi concluído o processo de renovação de frota a que a **Porto Ambiente** se propôs, passando agora a integrar nos seus ativos 30 viaturas novas, tecnologicamente mais evoluídas, com melhores condições de trabalho, mais eficientes

e menos poluentes. Dessas viaturas, uma parte relevante foi adquirida com recurso a um endividamento externo, sobre a forma de locação financeira, ascendo o montante em dívida a 31 de dezembro de 2021, a 4 471 638 euros.

8.1.1 DETALHE DOS ATIVOS ADQUIRIDOS E MONTANTES EM DÍVIDA

valores expressos em euros

TIPO DE BEM	ENTIDADE LOCADORA	IDENTIFI-CAÇÃO DO BEM	PRAZO DA LOCAÇÃO		VALOR NO ATIVO	FUTUROS PAGAMENTOS MÍNIMOS DAS LOCAÇÕES FINANCEIRAS			
			COMEÇO	FIM		ATÉ 1 ANO	ENTRE 1 E 5 ANOS	MAIS DE 5 ANOS	TOTAIS
Viatura Pesada	Caixa Leasing	AB02FB	10-08-2020	09-08-2028	77 597,62	11 183,86	64 382,11	-	75 565,97
Viatura Pesada	Caixa Leasing	AB00FB	10-08-2020	09-08-2028	77 597,62	11 183,86	64 382,11	-	75 565,97
Viatura Pesada	Caixa Leasing	AB30UL	10-08-2020	09-08-2028	86 149,20	12 416,37	71 477,29	(0,01)	83 893,65
Viatura Pesada	Caixa Leasing	AC49GP	20-08-2020	19-08-2028	142 526,25	20 541,79	118 252,86	-	138 794,65
Viatura Pesada	Caixa Leasing	AC50GP	20-08-2020	19-08-2028	142 526,25	20 541,79	118 252,86	-	138 794,65
Viatura Pesada	Caixa Leasing	AD18AE	10-12-2020	09-12-2028	195 660,20	27 190,41	165 863,19	-	193 053,60
Viatura Pesada	Caixa Leasing	AD25AE	10-12-2020	09-12-2028	195 660,20	27 190,41	165 863,19	-	193 053,60
Viatura Pesada	Caixa Leasing	AD32AE	10-12-2020	09-12-2028	195 660,20	27 190,41	165 863,19	-	193 053,60
Viatura Pesada	Caixa Leasing	AD40AE	10-12-2020	09-12-2028	195 660,20	27 190,41	165 863,19	-	193 053,60
Viatura Pesada	Caixa Leasing	AD41AE	10-12-2020	09-12-2028	193 831,60	26 936,29	164 313,07	-	191 249,36
Viatura Pesada	Caixa Leasing	AD43AE	10-12-2020	09-12-2028	195 660,20	27 190,41	165 863,19	-	193 053,60
Viatura Pesada	Caixa Leasing	AD48AE	10-12-2020	09-12-2028	195 660,20	27 190,41	165 863,19	-	193 053,60
Viatura Pesada	Caixa Leasing	AE87GZ	20-12-2020	19-12-2028	176 230,30	24 641,86	150 317,26	0,00	174 959,12
Viatura Pesada	Caixa Leasing	AE82GZ	20-12-2020	19-12-2028	176 230,30	24 641,86	150 317,26	0,00	174 959,12
Viatura Pesada	Caixa Leasing	AE79GZ	20-12-2020	19-12-2028	176 230,30	24 641,86	150 317,26	0,00	174 959,12
Viatura Pesada	Caixa Leasing	AE97GZ	20-12-2020	19-12-2028	176 230,30	24 641,86	150 317,26	0,00	174 959,12
Viatura Pesada	Caixa Leasing	AE86GZ	20-12-2020	19-12-2028	176 230,30	24 641,86	150 317,26	0,00	174 959,12
Viatura Pesada	Caixa Leasing	AE98GZ	20-12-2020	19-12-2028	176 230,30	24 641,86	150 317,26	0,00	174 959,12
Viatura Pesada	Caixa Leasing	AE77GZ	20-12-2020	19-12-2028	176 230,30	24 641,86	150 317,26	0,00	174 959,12
Viatura Pesada	Caixa Leasing	AE74GZ	20-12-2020	19-12-2028	176 230,30	24 641,86	150 317,26	0,00	174 959,12
Viatura Pesada	Caixa Leasing	AD85OF	20-12-2020	19-12-2028	210 237,75	29 397,05	179 324,22	-	208 721,27
Viatura Pesada	Caixa Leasing	AD81OF	20-12-2020	19-12-2028	210 237,75	29 397,05	179 324,22	-	208 721,27
Viatura Pesada	Caixa Leasing	AD80OF	20-12-2020	19-12-2028	210 237,75	29 397,05	179 324,22	-	208 721,27
Viatura Pesada	Caixa Leasing	AD05FE	10-11-2020	09-11-2028	195 352,70	27 326,43	164 346,08	-	191 672,50
Viatura Pesada	Caixa Leasing	AD35CE	10-11-2020	09-11-2028	195 352,70	27 326,43	164 346,08	-	191 672,50
Viatura Pesada	Caixa Leasing	AF17SX	20-12-2020	19-12-2028	202 974,60	28 206,87	172 063,69	-	200 270,56
					4 528 425,39	634 132,16	3 837 506,05	(0,00)	4 471 638,21

8.2. Locações operacionais – gastos reconhecidos e pagamentos futuros

8.2.1. PERÍODO HOMÓLOGO DE 2020

valores expressos em euros

FUTUROS (PAGAMENTOS)/RECEBIMENTOS MÍNIMOS DAS LOCAÇÕES/SUBLOCAÇÕES OPERACIONAIS NÃO CANCELÁVEIS	LOCAÇÕES OPERACIONAIS EM VIGOR				GASTOS RECONHECIDOS NO PERÍODO	FUTUROS PAGAMENTOS MÍNIMOS DAS LOCAÇÕES OPERACIONAIS NÃO CANCELÁVEIS			
	TIPO DE BEM	ENTIDADE LOCADORA	PRAZO DA LOCAÇÃO			ATÉ 1 ANO	ENTRE 1 E 5 ANOS	MAIS DE 5 ANOS	TOTAIS
			COMEÇO	FIM					
36-JL-53	Viatura pesada	Suma	21-12-2019	20-12-2020	60 558,41	-	-	-	-
36-JL-54	Viatura pesada	Suma	21-12-2019	20-12-2020	33 031,86	-	-	-	-
36-JL-55	Viatura pesada	Suma	21-12-2019	20-12-2020	49 547,79	-	-	-	-
46-JL-29	Viatura pesada	Suma	21-12-2019	20-12-2020	34 686,72	-	-	-	-
46-JL-30	Viatura pesada	Suma	21-12-2019	20-12-2020	34 686,63	-	-	-	-
46-JL-24	Viatura pesada	Suma	21-12-2019	20-12-2020	57 071,40	-	-	-	-
46-JL-26	Viatura pesada	Suma	21-12-2019	20-12-2020	57 124,93	-	-	-	-
46-JL-27	Viatura pesada	Suma	21-12-2019	20-12-2020	57 124,40	-	-	-	-
46-JL-28	Viatura pesada	Suma	21-12-2019	20-12-2020	24 527,25	-	-	-	-
04-XE-45	Viatura pesada	Suma	21-12-2019	20-12-2020	62 352,55	-	-	-	-
53-XE-83	Viatura pesada	Suma	21-12-2019	20-12-2020	62 535,33	-	-	-	-
62-OM-90	Viatura pesada	Suma	29-05-2019	28-05-2020	11 786,50	-	-	-	-
62-OM-90	Viatura pesada	Suma	29-05-2020	09-12-2020	3 209,59	-	-	-	-
17-OP-53	Viatura pesada	Suma	10-06-2019	09-06-2020	17 422,95	-	-	-	-
17-OP-53	Viatura pesada	Suma	29-05-2020	09-12-2020	9 378,59	-	-	-	-
54-OL-45	Viatura pesada	Suma	29-05-2019	28-05-2020	19 729,20	-	-	-	-
64-OL-98	Viatura pesada	Suma	29-05-2019	28-05-2020	19 729,20	-	-	-	-
54-OL-45	Viatura pesada	Suma	29-05-2020	09-12-2020	31 157,92	-	-	-	-
64-OL-98	Viatura pesada	Suma	29-05-2020	09-12-2020	31 280,93	-	-	-	-
97-88-XX	Viatura pesada	Tetracontour	21-12-2019	20-12-2020	40 589,37	-	-	-	-
80-20-ZP	Viatura pesada	Tetracontour	21-12-2019	20-12-2020	41 899,35	-	-	-	-
16-TI-96	Viatura ligeira	Leaseplan	24-07-2017	27-07-2022	5 812,08	5 812,08	3 616,87	-	9 428,95
02-TI-78	Viatura ligeira	Leaseplan	24-07-2017	27-07-2022	5 812,08	5 812,08	3 616,87	-	9 428,95
99-UQ-43	Viatura ligeira	Leaseplan	11-05-2018	10-05-2022	5 709,36	5 709,36	2 378,39	-	8 087,75
99-UQ-58	Viatura ligeira	Leaseplan	11-05-2018	10-05-2022	5 709,36	5 709,36	2 378,39	-	8 087,75
99-UQ-63	Viatura ligeira	Leaseplan	11-05-2018	10-05-2022	5 709,36	5 709,36	2 378,39	-	8 087,75
04-UX-00	Viatura ligeira	Leaseplan	01-11-2018	30-11-2022	5 936,16	5 936,16	5 441,48	-	11 377,64
10-UA-77	Viatura ligeira	Leaseplan	01-11-2018	30-11-2022	5 451,48	5 451,48	4 997,19	-	10 448,67
10-UA-88	Viatura ligeira	Leaseplan	01-11-2018	30-11-2022	8 711,16	8 711,16	7 985,23	-	16 696,39
28-VB-20	Viatura ligeira	Leaseplan	01-11-2018	30-11-2022	3 930,00	3 930,00	3 602,50	-	7 532,50
28-VB-75	Viatura ligeira	Leaseplan	01-11-2018	30-11-2022	3 930,00	3 930,00	3 602,50	-	7 532,50
51-UP-27	Viatura ligeira	Leaseplan	01-11-2018	30-11-2022	5 464,92	5 464,92	5 009,51	-	10 474,43
55-UH-49	Viatura ligeira	Leaseplan	01-11-2018	30-11-2022	4 513,56	4 513,56	4 137,43	-	8 650,99
55-UH-80	Viatura ligeira	Leaseplan	01-11-2018	30-11-2022	4 513,56	4 513,56	4 137,43	-	8 650,99
55-UH-97	Viatura ligeira	Leaseplan	01-11-2018	30-11-2022	6 834,48	6 834,48	6 264,94	-	13 099,42
56-UH-04	Viatura ligeira	Leaseplan	01-11-2018	30-11-2022	4 565,40	4 565,40	4 184,95	-	8 750,35
56-UH-39	Viatura ligeira	Leaseplan	01-11-2018	30-11-2022	4 304,88	4 304,88	3 946,14	-	8 251,02
56-UH-61	Viatura ligeira	Leaseplan	01-11-2018	30-11-2022	6 834,48	6 834,48	6 264,94	-	13 099,42
56-UH-82	Viatura ligeira	Leaseplan	01-11-2018	30-11-2022	6 834,48	6 834,48	6 264,94	-	13 099,42
63-UP-80	Viatura ligeira	Leaseplan	01-11-2018	30-11-2022	2 656,32	2 656,32	2 434,96	-	5 091,28
92-UA-89	Viatura ligeira	Leaseplan	01-11-2018	30-11-2022	4 006,80	4 006,80	3 672,90	-	7 679,70
51-VT-29	Viatura ligeira	SGALD	06-11-2018	05-11-2022	5 196,60	5 196,60	4 402,70	-	9 599,30
51-VT-54	Viatura ligeira	SGALD	06-11-2018	05-11-2022	5 196,60	5 196,60	4 402,70	-	9 599,30
51-VT-55	Viatura ligeira	SGALD	06-11-2018	05-11-2022	5 196,60	5 196,60	4 402,70	-	9 599,30
51-VT-88	Viatura ligeira	SGALD	06-11-2018	05-11-2022	5 196,60	5 196,60	4 402,70	-	9 599,30
52-VT-19	Viatura ligeira	SGALD	06-11-2018	05-11-2022	5 196,60	5 196,60	4 402,70	-	9 599,30
52-VT-23	Viatura ligeira	SGALD	06-11-2018	05-11-2022	5 196,60	5 196,60	4 402,70	-	9 599,30
52-VT-24	Viatura ligeira	SGALD	06-11-2018	05-11-2022	5 196,60	5 196,60	4 402,70	-	9 599,30
52-VT-33	Viatura ligeira	SGALD	06-11-2018	05-11-2022	5 196,60	5 196,60	4 402,70	-	9 599,30
12-XR-82	Viatura ligeira	SGALD	06-11-2018	05-11-2022	10 423,68	10 423,68	8 831,15	-	19 254,83
Compactadores	Equipamento	Ecoambiente	27-03-2019	30-11-2024	38 825,88	38 825,88	113 242,15	-	152 068,03
Equipam. Grafitis	Equipamento	Safetyclean	26-11-2019	25-11-2020	3 083,84	-	-	-	-
Eng. Ferreira Dias 2º P.2	Edifícios	Viel	01-01-2020	01-01-2022	42 000,00	42 000,00	-	-	42 000,00
Eng. Ferreira Dias 1º P	Edifícios	Viel	01-01-2020	01-01-2022	33 600,00	33 600,00	-	-	33 600,00
Pré-Fabricado	Edifícios	Jas Pinto	07-12-2018	06-12-2020	5 344,35	-	-	-	-
Pré-Fabricado	Edifícios	Jas Pinto	06-12-2020	05-05-2022	485,85	5 830,20	2 429,25	-	8 259,45
Balneários	Edifícios	Jas Pinto	01-10-2020	06-07-2021	4 730,58	9 749,21	-	-	9 749,21
Pré-Fabricado	Edifícios	Jas Pinto	18-06-2020	19-09-2020	4 730,58	-	-	-	-
Parque informático 1	Hardware	El Corte Ingles	06-10-2017	05-10-2020	11 198,97	-	-	-	-
Parque informático 2	Hardware	ITEN	08-01-2018	15-03-2020	1 220,20	-	-	-	-
Parque informático 3	Hardware	Divultec	01-11-2018	31-10-2021	7 468,54	6 110,64	-	-	6 110,64
Parque informático 3	Hardware	Divultec	27-08-2020	26-08-2021	3 523,26	17 616,71	-	-	17 616,71
Parque informático 4	Hardware	Polissistemas	13-04-2018	12-04-2021	2 951,28	983,76	-	-	983,76
Parque informático 5	Software	Inosat	30-05-2018	29-05-2020	3 468,60	-	-	-	-
Parque informático 6	Software	Stra	01-11-2019	30-04-2021	16 295,04	5 431,68	-	-	5 431,68
					2 355,35	-	-	-	-
Totais					1 099 949,59	319 384,48	246 040,10	-	565 424,58

31.12.2020

8.2.2. PERÍODO DE 2021

valores expressos em euros

FUTUROS (PAGAMENTOS)/RECEBIMENTOS MÍNIMOS DAS LOCAÇÕES/SUBLOCAÇÕES OPERACIONAIS NÃO CANCELÁVEIS	LOCAÇÕES OPERACIONAIS EM VIGOR				GASTOS RECONHECIDOS NO PERÍODO	FUTUROS PAGAMENTOS MÍNIMOS DAS LOCAÇÕES OPERACIONAIS NÃO CANCELÁVEIS			
	TIPO DE BEM	ENTIDADE LOCADORA	PRAZO DA LOCAÇÃO			ATÉ 1 ANO	ENTRE 1 E 5 ANOS	MAIS DE 5 ANOS	TOTAIS
			COMEÇO	FIM					
97-88-XX	Viatura pesada	Tetracontour	01-04-2021	03-01-2022	47 108,71	-	-	-	-
80-20-ZP	Viatura pesada	Tetracontour	01-04-2021	03-01-2022	48 628,34	-	-	-	-
16-TI-96	Viatura ligeira	Leaseplan	24-07-2017	27-07-2022	6 296,42	3 341,95	-	-	3 341,95
02-TI-78	Viatura ligeira	Leaseplan	24-07-2017	27-07-2022	6 296,42	3 341,95	-	-	3 341,95
99-UQ-43	Viatura ligeira	Leaseplan	11-05-2018	10-05-2022	5 709,36	2 061,71	-	-	2 061,71
99-UQ-58	Viatura ligeira	Leaseplan	11-05-2018	10-05-2022	5 709,36	2 061,71	-	-	2 061,71
99-UQ-63	Viatura ligeira	Leaseplan	11-05-2018	10-05-2022	5 709,36	2 061,71	-	-	2 061,71
04-UX-00	Viatura ligeira	Leaseplan	01-11-2018	30-11-2022	5 936,16	5 441,48	-	-	5 441,48
10-UA-77	Viatura ligeira	Leaseplan	01-11-2018	30-11-2022	5 451,48	4 997,19	-	-	4 997,19
10-UA-88	Viatura ligeira	Leaseplan	01-11-2018	30-11-2022	8 711,16	7 985,23	-	-	7 985,23
28-VB-20	Viatura ligeira	Leaseplan	01-11-2018	30-11-2022	3 930,00	3 602,50	-	-	3 602,50
28-VB-75	Viatura ligeira	Leaseplan	01-11-2018	30-11-2022	3 930,00	3 602,50	-	-	3 602,50
51-UP-27	Viatura ligeira	Leaseplan	01-11-2018	30-11-2022	5 686,25	5 009,51	-	-	5 009,51
55-UH-49	Viatura ligeira	Leaseplan	01-11-2018	30-11-2022	4 513,56	4 137,43	-	-	4 137,43
55-UH-80	Viatura ligeira	Leaseplan	01-11-2018	30-11-2022	4 513,56	4 137,43	-	-	4 137,43
55-UH-97	Viatura ligeira	Leaseplan	01-11-2018	30-11-2022	6 834,48	6 264,94	-	-	6 264,94
56-UH-04	Viatura ligeira	Leaseplan	01-11-2018	30-11-2022	4 565,40	4 184,95	-	-	4 184,95
56-UH-39	Viatura ligeira	Leaseplan	01-11-2018	30-11-2022	4 304,88	3 946,14	-	-	3 946,14
56-UH-61	Viatura ligeira	Leaseplan	01-11-2018	30-11-2022	6 834,48	6 264,94	-	-	6 264,94
56-UH-82	Viatura ligeira	Leaseplan	01-11-2018	30-11-2022	6 834,48	6 264,94	-	-	6 264,94
63-UP-80	Viatura ligeira	Leaseplan	01-11-2018	30-11-2022	2 656,32	2 434,96	-	-	2 434,96
92-UA-89	Viatura ligeira	Leaseplan	01-11-2018	30-11-2022	4 006,80	3 672,90	-	-	3 672,90
51-VT-29	Viatura ligeira	SGALD	06-11-2018	05-11-2022	5 750,25	4 402,68	-	-	4 402,68
51-VT-54	Viatura ligeira	SGALD	06-11-2018	05-11-2022	5 196,60	4 402,68	-	-	4 402,68
51-VT-55	Viatura ligeira	SGALD	06-11-2018	05-11-2022	5 196,60	4 402,68	-	-	4 402,68
51-VT-88	Viatura ligeira	SGALD	06-11-2018	05-11-2022	5 750,25	4 402,68	-	-	4 402,68
52-VT-19	Viatura ligeira	SGALD	06-11-2018	05-11-2022	5 750,25	4 402,68	-	-	4 402,68
52-VT-23	Viatura ligeira	SGALD	06-11-2018	05-11-2022	5 196,60	4 402,68	-	-	4 402,68
52-VT-24	Viatura ligeira	SGALD	06-11-2018	05-11-2022	5 196,60	4 402,68	-	-	4 402,68
52-VT-33	Viatura ligeira	SGALD	06-11-2018	05-11-2022	6 239,55	4 402,68	-	-	4 402,68
12-XR-82	Viatura ligeira	SGALD	06-11-2018	05-11-2022	10 423,68	8 831,17	-	-	8 831,17
AB-12-XN	Viatura	Sotratelrent	31-05-2021	31/11/2021	1 852,40	-	-	-	-
68-TH-08	Viatura	Sotratelrent	31-05-2021	30-11-2021	1 389,30	-	-	-	-
27-TA-05	Viatura	Sotratelrent	31-05-2021	30-11-2021	4 619,93	-	-	-	-
54-TH-23	Viatura	Sotratelrent	01-08-2021	30-11-2021	926,20	-	-	-	-
Compactadores	Equipamento	Ecoambiente	27-03-2019	30-11-2024	42 061,37	38 286,64	114 904,86	-	153 191,50
Equipam. Grafitis	Equipamento	Safetyklean	17-11-2020	31-10-2024	4 564,90	5 669,82	10 394,51	-	

Nota 9 IMPARIDADE DE ATIVOS

9.1. Reconciliação entre as Quantias Brutas e as Quantias Líquidas por Classe de Ativos sujeitos a Perdas de Imparidade

valores expressos em euros

RECONCILIAÇÃO ENTRE AS QUANTIAS BRUTAS E AS QUANTIAS LÍQUIDAS POR CLASSE DE ATIVOS SUJEITOS A PERDAS DE IMPARIDADE	2021				2020			
	QUANTIAS BRUTAS	DEPRE- CIAÇÕES/ AMORTIZA- ÇÕES ACU- MULADAS	PERDAS POR IM- PARIDADE ACUMULA- DAS	QUANTIAS LÍQUIDAS	QUANTIAS BRUTAS	DEPRE- CIAÇÕES/ AMORTIZA- ÇÕES ACU- MULADAS	PERDAS POR IM- PARIDADE ACUMULA- DAS	QUANTIAS LÍQUIDAS
Ativos fixos tangíveis	7 543 262,63	(1 082 161,32)	-	6 461 101,31	6 537 989,75	(352 665,41)	-	6 185 324,34
Ativos intangíveis	149 984,04	(130 913,52)	-	19 070,52	138 873,87	(114 482,12)	-	24 391,75
Outros Ativos Financeiros	38 785,56	-	-	38 785,56	25 673,14	-	-	25 673,14
Inventários	186 182,92	-	-	186 182,92	138 771,44	-	-	138 771,44
Clientes	4 732 573,71	-	(1 271 967,35)	3 460 606,36	3 992 998,25	-	(879 667,74)	3 113 330,51
Outras contas a receber	183 400,91	-	-	183 400,91	103 139,95	-	-	103 139,95
Outros Ativos	3 784 235,57	-	-	3 784 235,57	5 168 205,01	-	-	5 168 205,01
Totais	16 618 425,34	(1 213 074,84)	(1 271 967,35)	14 133 383,15	16 105 651,41	(467 147,53)	(879 667,74)	14 758 836,14

9.2. Reconciliação entre as Perdas por Imparidade no Início e no Final do Período

valores expressos em euros

CONCILIAÇÃO DO MONTANTE DO EXCÉDENTE NO INÍCIO E NO FINAL DO PERÍODO	31.12.2021	REFORÇOS	REVERSÕES	ABATE/ INCOBRÁVEL	31.12.2020
Inventários	-	-	-	-	-
Clientes	1 271 967,35	404 317,55	(12 017,94)	-	879 667,74
Outras dívidas a receber	-	-	-	-	-

Nota 10 INVENTÁRIOS

10.1. Políticas Contabilísticas Adotadas na Mensuração dos Inventários e Fórmula de Custeio Usada

Os inventários encontram-se valorizados pelo custo ou pelo valor realizável líquido, no caso de este ser inferior. O custo inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários na sua condição atual. Os custos de compra incluem o preço de compra, os direitos de importação e outros impostos, os custos de transporte e manuseamento, descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes. Os custos de conversão incluem os custos diretamente relacionados com as unidades de produção, tais

como as matérias-primas e a mão-de-obra direta, incluindo ainda gastos gerais de produção fixos e variáveis. A imputação de gastos gerais de produção fixos é baseada na capacidade normal das instalações de produção.

A Empresa valoriza os seus inventários pela fórmula de custeio "custo médio ponderado", em que o inventário é valorizado pelo preço médio de compra ou de produção, podendo essa média ser móvel ou refletir as entradas de determinado período.

10.2. Quantia Escriturada de Inventários

valores expressos em euros

QUANTIAS ESCRITURADAS DE INVENTÁRIOS	31.12.2021			31.12.2020		
	QUANTIAS BRUTAS	PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS	QUANTIAS (LÍQUIDAS) ESCRITURADAS	QUANTIAS BRUTAS	PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS	QUANTIAS (LÍQUIDAS) ESCRITURADAS
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	186 182,92	-	186 182,92	138 771,44	-	138 771,44
Totais	186 182,92	-	186 182,92	138 771,44	-	138 771,44

10.3. Custo das Matérias Consumidas

valores expressos em euros

QUANTIAS DE INVENTÁRIOS RECONHECIDAS COMO GASTOS DURANTE O PERÍODO	2021		2020			
	MATÉRIAS-PRIMAS, SUBSIDIÁRIAS E DE CONSUMO	TOTAIS	MATÉRIAS-PRIMAS, SUBSIDIÁRIAS E DE CONSUMO	TOTAIS		
Inventários no começo do período	+	138 771,44	138 771,44	60 698,70	60 698,70	
Compras	Compras	+	303 112,66	303 112,66	403 817,95	403 817,95
	Entradas em espécie	+	-	-	-	-
	Devoluções de compras	-	(35,07)	(35,07)	(9 331,29)	(9 331,29)
	Descontos e abatimentos em compras	-	-	-	-	-
Reclassificações e regularizações	Outras perdas	-	-	-	-	
	Consumos de fardamento	-	(135 893,78)	(135 893,78)	(138 504,50)	(138 504,50)
Consumos de Óleos e lubrificantes	-	(8 461,15)	(8 461,15)	(27 392,87)	(27 392,87)	
Inventários no fim do período	-	(186 182,92)	(186 182,92)	(138 771,44)	(138 771,44)	
Custo mercadorias vendidas e matérias consumidas	=	111 311,18	111 311,18	150 516,55	150 516,55	
Perdas em inventários	+	-	-	(6 454,36)	(6 454,36)	
Ofertas e amostras de inventários	+	-	-	-	-	
Totais	=	111 311,18	111 311,18	144 062,19	144 062,19	

10.4. Quantias de Inventários que se espera que Sejam Recuperadas (pelo Consumo ou pela Alienação) até, e após, Doze Meses

valores expressos em euros

QUANTIAS DE INVENTÁRIOS QUE SE ESPERA QUE SEJAM RECUPERADAS (PELO CONSUMO OU PELA ALIENAÇÃO) ATÉ, E APÓS, DOZE MESES	31.12.2021			31.12.2020		
	QUANTIAS QUE SE ESPERA QUE SEJAM RECUPERADAS A MENOS DE 12 MESES	QUANTIAS QUE SE ESPERA QUE SEJAM RECUPERADAS A MAIS DE 12 MESES	QUANTIAS (LÍQUIDAS) ESCRITURADAS	QUANTIAS QUE SE ESPERA QUE SEJAM RECUPERADAS A MENOS DE 12 MESES	QUANTIAS QUE SE ESPERA QUE SEJAM RECUPERADAS A MAIS DE 12 MESES	QUANTIAS (LÍQUIDAS) ESCRITURADAS
Mercadorias	-	-	-	-	-	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	186 182,92	-	186 182,92	138 771,44	-	138 771,44
Totais	186 182,92	-	186 182,92	138 771,44	-	138 771,44

A rubrica de Matérias-primas, subsidiárias e de consumo regista os inventários da Empresa, daquela natureza, aplicados das atividades de Recolha de

Resíduos e Limpeza do Espaço Público, nomeadamente Equipamentos de proteção individual, limpeza de grafitis e outros consumíveis.

Nota 11 RÉDITO

A Empresa reconhece o rédito de acordo com os seguintes critérios:

a) Vendas - são reconhecidos nas demonstrações dos resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos Ativos são transferidos para o comprador, quando deixa de existir um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, quando o montante dos réditos possa ser razoavelmente quantificado, quando seja provável que os benefícios económicos associados

com a transação fluam para a entidade e quando os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados;

b) Prestações de Serviços - são reconhecidas numa base linear e em regime de acréscimo;

c) Subsídios à Exploração - decorrentes da aplicação dos contratos programa, são reconhecidos numa base linear e em regime de acréscimo.

11.1. Quantias dos Réditos Reconhecidas no Período

valores expressos em euros

QUANTIAS DOS RÉDITOS RECONHECIDAS NO PERÍODO	2021			2020		
	RÉDITOS RECONHECIDOS NO PERÍODO	PROPORÇÃO FACE AO TOTAL DOS RÉDITOS RECONHECIDOS NO PERÍODO	VARIAÇÃO PERCENTUAL FACE AOS RÉDITOS RECONHECIDOS NO PERÍODO ANTERIOR	RÉDITOS RECONHECIDOS NO PERÍODO	PROPORÇÃO FACE AO TOTAL DOS RÉDITOS RECONHECIDOS NO PERÍODO	VARIAÇÃO PERCENTUAL FACE AOS RÉDITOS RECONHECIDOS NO PERÍODO ANTERIOR
Venda de bens			-%			-%
Prestação de serviços	15 480 639,18	68,24%	2,26%	15 138 874,19	70,03%	15,79%
Tarifa de Gestão de RU	15 309 427,45	67,49%	1,28%	15 116 133,75	69,93%	15,89%
Outras prestações de serviços	171 211,73	0,75%	652,90%	22 740,44	0,11%	-26,12%
Subsídios à exploração	7 203 911,12	31,76%	11,20%	6 478 057,58	29,97%	0,25%
Cobertura de tarifa			-%			-%
Limpeza do Espaço Público	6 764 261,60	29,82%	4,58%	6 467 828,85	29,92%	17,76%
Interwaste	10 804,41	0,05%	352,54%	2 387,48	0,01%	-92,63%
POSEUR	359 439,73	1,58%	4483,96%	7 841,25	0,04%	0,00%
Cityloops	36 385,86	0,16%				-%
Sudoe	33 019,52	0,15%				-%
Outros			-%			-%
Totais	22 684 550,30	100,00%	4,94%	21 616 931,77	100,00%	10,65%

Conforme referido anteriormente, desde 2020 que a **Porto Ambiente** tem vindo a atingir a integral cobertura dos seus encargos por via da tarifa, não sendo assim necessário, nestes períodos, o recurso a qual-

quer montante de subsídio desta natureza. No que respeita à informação detalhada relativa às respetivas candidaturas cofinanciadas, a mesma consta em detalhe da secção 3.7.8. deste documento.

Nota 12 PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

12.1. Divulgações para cada Classe de Provisões

A Empresa reconhece uma provisão quando, cumulativamente, exista uma obrigação presente como resultado de um acontecimento passado, seja provável um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos e que possa ser feita uma estimativa fiável da quantia da obrigação. Com referência a 31 de dezembro de 2021, não existiam em curso quaisquer processos cíveis, judiciais ou de outra natureza cuja expectativa da Administração e Departamento Jurídico relativamente ao respetivo desfecho fosse desfavorável para a Empresa, aspeto pelo qual não foram vertidos quaisquer impactos contabilísticos naquela data em sede de provisões.

À data da apresentação de contas, a **Porto Ambiente** tem em curso um processo judicial, na qualidade de autora, referente a uma arbitragem envolvendo a SUMA na qualidade de ré. A decisão arbitral do referido processo foi favorável à **Porto Ambiente**, contudo a proposta quanto à forma e montante de concretização apresentada pela Ré não se verificou satisfatória, pelo que o processo voltou a ser devolvido aos advogados para apreciação completar quanto às próximas opções a esgotar.

Nota 13 ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

13.1. Atualização da Divulgação acerca das Condições à data do Balanço

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço ("acontecimentos que dão lugar a ajustamentos") são refletidos nas demonstrações financeiras da Empresa. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço ("acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos"), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

Entre a data do balanço e a data da autorização para emissão das demonstrações financeiras, 31 de março de 2022, não foram recebidas quaisquer informações acerca de condições que existiam à data de Balanço, pelo que não foram efetuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

Nota 14 IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

14.1. Quantias dos Principais Componentes de gasto/(rendimento) de impostos

valores expressos em euros

QUANTIAS DOS PRINCIPAIS COMPONENTES DE (GASTO)/ RENDIMENTO DE IMPOSTOS		2021			2020			
		DE-MONST. DOS RESULTADOS	OUTRAS RUBRICAS DO CAPITAL PRÓPRIO	TOTAIS	DE-MONST. DOS RESULTADOS	OUTRAS RUBRICAS DO CAPITAL PRÓPRIO	TOTAIS	
Ajustamentos reconhecidos no período de impostos correntes de períodos anteriores		1	-	-	-	-	-	
Imposto sobre o rendimento do período	Imposto corrente	2	40 390,64	-	40 390,64	19 377,21	-	19 377,21
	Gastos/ (rendimentos) por impostos diferidos	De diferenças temporárias	(7 723,94)	37 560,81	29 836,87	(9 996,86)	15 600,32	5 603,46
		Benefícios de perdas fiscais não reconhecidas anteriormente, de créditos por impostos ou de diferenças temporárias de um período anterior		-	-	-	-	-
		Usados para reduzir gastos de impostos correntes		-	-	-	-	-
	Usadas para reduzir gastos de impostos diferidos		-	-	-	-	-	
Imposto diferido		3	(7 723,94)	37 560,81	29 836,87	(9 996,86)	15 600,32	5 603,46
Imposto sobre o rendimento do período		4=2+3	32 666,70	37 560,81	70 227,51	9 380,35	15 600,32	24 980,67
Totais		5=1+4	32 666,70	37 560,81	70 227,51	9 380,35	15 600,32	24 980,67

14.2. Demonstração do Relacionamento entre o Lucro Contabilístico e os gastos/(rendimentos) de impostos

valores expressos em euros

DEMONSTRAÇÃO DO RELACIONAMENTO ENTRE O LUCRO CONTABILÍSTICO E OS GASTOS/(RENDIMENTOS) DE IMPOSTOS		BASE	IM-POSTO	2021			2020		
				BASE	TAXA	IMPOSTO	BASE	TAXA	IMPOSTO
Produto do lucro contabilístico (Resultado antes de impostos) multiplicado pela(s) taxa(s) de imposto aplicável(eis)	Resultado líquido do período	1	-	533 201,43	21,00%	111 972,30	287 093,49	21,00%	60 289,63
	Gastos/(rendimentos) de impostos	2	-	32 666,70		-	9 380,35		-
	Resultado antes de impostos	3 = 1 + 2	3	565 868,13	21,00%	118 832,31	296 473,84	21,00%	62 259,51
Ajustamentos para o lucro tributável	Diferenças definitivas	4		21 573,63	21,00%	4 530,46	45 587,95	21,00%	9 573,47
	A deduzir	5		(185 242,39)	21,00%	(38 900,90)	(211 040,14)	21,00%	(44 318,43)
	Diferenças temporárias	6		34 328,59	21,00%	7 209,00	44 430,50	21,00%	9 330,41
Lucro/(Prejuízo fiscal)		8 = 3 + 4 - 5 + 6 - 7		436 527,96	21,00%	91 670,87	175 452,15	21,00%	36 844,95
Dedução de perdas fiscais		9		-	21,00%	-	-	21,00%	-
Matéria colectável/colecta		10 = 8 - 9		436 527,96	21,00%	91 670,87	175 452,15	21,00%	36 844,95
Benefícios fiscais por dedução à colecta		11		(64 169,61)	100,00%	(64 169,61)	(25 791,46)	100,00%	(25 791,46)
Outras componentes do imposto	Tributação autónoma	12		62 618,54	10,13%	6 341,46	66 129,88	8,61%	5 691,94
	Derrama Municipal	12		436 527,96	1,50%	6 547,92	175 452,15	1,50%	2 631,78
Imposto corrente		3	13 = 10 - 11 + 12	565 868,13	7,14%	40 390,64	296 473,84	6,54%	19 377,21
Imposto diferido			Δ dos Ativos e dos passivos diferidos	(34 328,62)	22,50%	(7 723,94)	(44 430,49)	22,50%	(9 996,86)
Gastos/(rendimentos) de impostos e taxa efetiva média		3	16 = 13 - 14 - 15	565 868,13	5,77%	32 666,70	296 473,84	3,16%	9 380,35

Em conformidade com o disposto na Lei n.º 27-A/2020, de 24 de julho, que aprova o Crédito Fiscal Extraordinário ao Investimento II, é concedido um benefício fiscal, correspondente a uma dedução à coleta de IRC no montante de 20 % das despesas de investimento em ativos afetos à exploração, que sejam efetuadas entre 1 de julho de 2020 e 30 de junho de 2021, com um montante máximo de despesas elegíveis de 5 000 000 euros, até à concorrência de 70 % da coleta deste imposto.

No referido período de 2020, a **Porto Ambiente** incorreu em despesas de investimentos em ativos afetos à exploração de montante superior ao máximo referido no parágrafo infra, tendo considerado como deduções à coleta de imposto o montante estimado de 64 169,61 euros em 2021 e de 25 791,46 euros em 2020. O valor remanescente de deduções poten-

ciais futuras, no montante de 1 160 038,93 euros, poderá ser utilizado até ao período de tributação de 2025, não tendo o mesmo sido relevado em impostos diferidos ativos, por não se conhecer, nesta data, a existência de capacidade e/ou o momento de recuperação dos mesmos.

Em conformidade com o disposto no Artigo 41.º - A do Estatuto dos Benefícios fiscais, na determinação do lucro tributável, relativa ao período de tributação e nos cinco períodos de seguintes, pode ser deduzida uma importância correspondente à remuneração convencional do capital social, calculada mediante a aplicação, limitada a cada exercício, da taxa de 7 % ao montante das entradas realizadas até (euro) 2 000 000, por entregas em dinheiro, ou do aumento do capital social, tendo sido deduzidos os seguintes montantes:

valores expressos em euros

BENEFÍCIOS DEDUTÍVEIS AO LUCRO TRIBUTÁVEL	2021				
	ENTRADA EM NUMERÁRIO	MÁXIMO ELEGÍVEL	TAXA	DEDUÇÃO ANUAL	LIMITE
Remuneração convencional do capital social (2016)	200 000,00	200 000,00	7,00%	14 000,00	2022
Remuneração convencional do capital social (2020)	2 800 000,00	2 000 000,00	7,00%	140 000,00	2025
	3 000 000,00	2 200 000,00	-	154 000,00	-

14.3 Ativos e Passivos por Impostos Diferidos

Com referência à data de 31 de dezembro de 2021, os eventos suscetíveis de gerar impostos diferi-

dos ativos e / ou passivos foram contabilisticamente relevados, apresentando-se da seguinte forma:

valores expressos em euros

QUANTIAS DE ATIVOS E DE PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS RECONHECIDOS NO BALANÇO E CORRESPONDENTES MOVIMENTOS OCORRIDOS DURANTE O PERÍODO		2021			2020				
		SALDO NO COMEÇO DO PERÍODO	MOVIMENTOS DO PERÍODO VIA		SALDO NO FIM DO PERÍODO	MOVIMENTOS DO PERÍODO VIA		SALDO NO FIM DO PERÍODO	
			DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS	OUTRAS RUBRICAS DO CAPITAL PRÓPRIO		DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS	OUTRAS RUBRICAS DO CAPITAL PRÓPRIO		
Ativos por impostos diferidos	Perdas por imparidade não aceites	46 800,81	7 723,94	-	54 524,75	36 803,95	9 996,86	-	46 800,81
	Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
	Totais	46 800,81	7 723,94	-	54 524,75	36 803,95	9 996,86	-	46 800,81
Passivos por impostos diferidos	Excedentes de revalorização	(11 383,61)	-	3 672,00	(7 711,61)	(26 983,93)	-	15 600,32	(11 383,61)
	Subsídios ao investimento	(145 911,70)	-	(64 841,89)	(210 753,59)	-	-	(145 911,70)	(145 911,70)
	Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
	Totais	(157 295,31)	-	(61 169,89)	(218 465,20)	(26 983,93)	-	(130 311,38)	(157 295,31)

Nota 15 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

15.1. Número de Ações Representativas do Capital Social, Respetivas Categorias e Valor Nominal

A 31 de dezembro de 2021, a Empresa detinha um capital social de 3 265 566 (três milhões, duzentos e sessenta e cinco mil, quinhentos e sessenta e seis) euros, representados por 3 265 566 (três milhões, duzentos

e sessenta e cinco mil, quinhentos e sessenta e seis) ações, com o valor nominal de 1 (um) euro cada. As ações são nominativas, correspondendo cada uma delas a um voto, como se discrimina em seguida:

valores expressos em euros

CATEGORIAS DAS AÇÕES EMITIDAS		QUANTIDADE DE AÇÕES			VALOR NOMINAL DAS AÇÕES				
		AÇÕES EMITIDAS			AÇÕES DETIDAS POR SUBSIDIÁRIAS OU ASSOCIADAS	AÇÕES EMITIDAS			AÇÕES DETIDAS POR SUBSIDIÁRIAS OU ASSOCIADAS
		INTEIRAMENTE PAGAS	NÃO PAGAS	TOTAIS		INTEIRAMENTE PAGAS	NÃO PAGAS	TOTAIS	
31.12.2021	ações ordinárias	3 265 566,00	-	3 265 566,00	-	3 265 566,00	-	3 265 566,00	-
	Totais	3 265 566,00	-	3 265 566,00	-	3 265 566,00	-	3 265 566,00	-
31.12.2020	ações ordinárias	465 566,00	-	465 566,00	-	465 566,00	-	465 566,00	-
	Totais	465 566,00	-	465 566,00	-	465 566,00	-	465 566,00	-

15.2. Reconciliação, para cada Classe de Ações, entre o Número de Ações em Circulação no Começo e no Fim do Período

A variação no número de ações em circulação até 31 de dezembro de 2021 discrimina-se no quadro seguinte:

valores expressos em euros

RECONCILIAÇÃO, PARA CADA CLASSE DE AÇÕES, ENTRE O NÚMERO DE AÇÕES EM CIRCULAÇÃO NO COMEÇO E NO FIM DO PERÍODO	2021				2020			
	QUANTIDADE DE AÇÕES		VALOR NOMINAL DAS AÇÕES		QUANTIDADE DE AÇÕES		VALOR NOMINAL DAS AÇÕES	
	AÇÕES ORDINÁRIAS	TOTAIS	AÇÕES ORDINÁRIAS	TOTAIS	AÇÕES ORDINÁRIAS	TOTAIS	AÇÕES ORDINÁRIAS	TOTAIS
Ações em circulação no começo do período	3 265 566,00	3 265 566,00	3 265 566,00	3 265 566,00	465 566,00	465 566,00	465 566,00	465 566,00
Ações emitidas	-	-	-	-	2 800 000,00	2 800 000,00	2 800 000,00	2 800 000,00
Ações em circulação no fim do período	3 265 566,00	3 265 566,00	3 265 566,00	3 265 566,00	3 265 566,00	3 265 566,00	3 265 566,00	3 265 566,00

A **Porto Ambiente** foi constituída por escritura pública realizada no dia 27 de janeiro de 2017, no seguimento das deliberações da Câmara Municipal e Assembleia Municipal do Porto, nas suas reuniões de dezanove e vinte e um de julho de 2016, respetivamente, tendo por o objeto social, por delegação do Município do Porto, a Gestão de Resíduos Urbanos e Limpeza do Espaço Público.

O capital social integralmente realizado, foi de

465 566,00€ (quatrocentos e sessenta e cinco mil e quinhentos e sessenta e seis euros), realizado por 200 000€ em capital e 265 566€ realizado em espécie de equipamento e outros bens móveis.

No ano de 2020, e após obtenção do visto prévio favorável do Tribunal de Contas, em Sessão Diária de Visto de 7 de agosto de 2020, a Empresa viu o seu capital social aumentado em 2 800 000 Euro (dois milhões e oitocentos mil euros), integralmente realizado em dinheiro.

Nota 16 OUTRAS DIVULGAÇÕES

16.1. Demonstração dos Resultados por Atividade

Conforme inicialmente preconizado, a atividade da Empresa é essencialmente financiada pelas seguintes 3 fontes de rendimento:

a) Tarifa de resíduos urbanos, faturada ao consumidor final na fatura da água, por intermédio da entidade CMPEA;

b) Subsídios à exploração – Cobertura de tarifa de RU: subsídios concedidos pelo Município que visam assegurar a parte remanescente dos custos afetos à Gestão RU não coberta pelas receitas próprias, quando aplicável, numa perspetiva de tornar os ser-

viços economicamente acessíveis ao utilizador final;

c) Receitas provenientes do Município – Limpeza de espaço público: transferências que visam cobrir os custos do serviço de Limpeza do espaço público que, assumindo características de um bem social, está excluído do Sistema Tarifário.

No contexto, as demonstrações dos resultados por atividade seguidamente ilustradas traduzem os referidos racionais, tendo sido apuradas com base na imputação integral de todos os gastos diretos e indiretos.

valores expressos em euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODO 2021			
		RECOLHA DE RESÍDUOS URBANOS	SERVIÇOS AUXILIARES	LIMPEZA DO ESPAÇO PÚBLICO	
Vendas e serviços prestados	+	5; 11; 16.1	14 847 901,82	477 092,54	155 644,82
Contratos programa		5; 11; 16.1	-	-	6 764 261,60
Outros subsídios à exploração	+	5; 11; 16.1	439 649,52	-	-
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	-	10.3; 16.1	(55 709,49)	(449,06)	(55 152,64)
Fornecimentos e serviços externos	-	8; 16.1	(8 158 777,61)	(140 339,52)	(5 809 233,29)
Subcontratos	-		-	-	(5 511 156,74)
Tratamento de resíduos	-		(4 543 004,90)	(104 357,88)	(52 317,76)
Outros trabalhos especializados	-		(1 188 520,85)	(9 121,52)	(81 635,76)
Combustíveis e manutenção	-		(1 726 894,41)	(18 696,51)	(12 134,34)
Aluguer de viaturas	-		(183 491,99)	(2 032,67)	(82 130,53)
Fornecimentos e serviços externos - outros	-		(516 865,46)	(6 130,94)	(69 858,16)
Gastos com pessoal	-	16.1; 16.3	(5 867 473,21)	(59 045,94)	(1 064 913,35)
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	-/+	9	(390 032,13)	(2 267,48)	-
Aumentos/Reduções de justo valor	+/-		192,89	-	27,99
Outros rendimentos	+	16.1	797 834,12	-	22 351,49
Outros gastos	-	16.1	(549 278,68)	(13 511,21)	(3 880,71)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	=		1 064 307,22	261 479,34	9 105,92
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-/+	6; 7; 16.1	(733 722,05)	(7 545,73)	(6 003,05)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	=		330 585,17	253 933,61	3 102,88
Juros e gastos similares suportados	-		(21 489,54)	(263,98)	-
Resultado antes de impostos	=		309 095,63	253 669,63	3 102,88
Imposto sobre rendimento do período	-/+		(13 433,17)	(16 130,65)	(3 102,88)
Resultado líquido do período	=		295 662,46	237 538,98	(0,00)

16.2. Maturidade das Contas a Receber e a Pagar

valores expressos em euros

MATURIDADE DAS CONTAS A RECEBER E A PAGAR	31.12.2021				31.12.2020			
	ATÉ 30 DIAS	DE 30 A 90 DIAS	MAIS DE 90 DIAS	TOTAL	ATÉ 30 DIAS	DE 30 A 90 DIAS	MAIS DE 90 DIAS	TOTAL
CRÉDITOS A RECEBER								
Clientes	602 064	2 370 277	488 265	3 460 606	375 381	2 243 587	494 363	3 113 331
CMPEA - Empresa de Aguas do Município do Porto EM	597 123	2 364 356	1 738 895	4 700 373	373 471	2 234 279	1 332 973	3 940 722
Outros	4 941	5 922	21 337	32 200	1 910	9 308	41 058	52 276
Perdas por imparidade	-	-	(1 271 967)	(1 271 967)	-	-	(879 668)	(879 668)
Outros créditos a receber	139 174	-	44 227	183 401	103 140	-	-	103 140
Acréscimos de rendimentos	123 634	-	44 227	167 861	86 496	-	-	86 496
Outros	15 540	-	-	15 540	16 644	-	-	16 644
Total Créditos a receber	741 238	2 370 277	532 492	3 644 007	478 521	2 243 587	494 363	3 216 470
DÍVIDAS A PAGAR								
Fornecedores	(1 945 699)	-	-	(1 945 699)	(3 031 375)	-	-	(3 031 375)
Câmara Municipal do Porto	-	-	-	-	(112 766)	-	-	(112 766)
LIPOR - Emp. Gestão, tratamento e valorização de resíduos	(802 447)	-	-	(802 447)	(735 926)	-	-	(735 926)
Outros	(1 143 252)	-	-	(1 143 252)	(2 182 683)	-	-	(2 182 683)
Outras Dívidas a pagar	(1 423 078)	(85 750)	(96 672)	(1 605 501)	(945 208)	(81 381)	(65 332)	(1 091 921)
Acréscimos de gastos	(1 422 106)	(85 750)	(45 348)	(1 553 205)	(945 208)	(81 381)	(65 332)	(1 091 921)
Outros	(972)	-	(51 324)	(52 296)	-	-	-	-
Total Dívidas a pagar	(3 368 777)	(85 750)	(96 672)	(3 551 200)	(3 976 583)	(81 381)	(65 332)	(4 123 296)

16.3. Gastos com Pessoal

Ao nível dos Recursos Humanos, e como consequência da reativação dos circuitos de recolha, bem como a constituição de novas equipas de trabalho (projeto orgânicos), na procura de dar

resposta ao expectável aumento da produção de resíduos, impactou naturalmente no mapa de pessoal da **Porto Ambiente**, o qual em 31 de dezembro de 2021, era constituído por 370 elementos.

16.3.1. NÚMERO MÉDIO DE COLABORADORES E ENCARGO MÉDIO POR COLABORADOR

valores expressos em euros

RECURSOS HUMANOS	2021	2020
Número de trabalhadores no final do período	370	352
Número médio de trabalhadores ao longo do período	361	351
Gastos com o pessoal	6 991 432,50	6 728 880,95
Gasto médio, mensal, por colaborador (12 meses)	1 613,90	1 597,55

16.3.2. GASTOS COM O PESSOAL

valores expressos em euros

GASTOS COM PESSOAL	2021			2020		
	GASTOS DO PERÍODO	PROPORÇÃO FACE AO TOTAL DOS GASTOS	VARIAÇÃO PERCENTUAL FACE AOS GASTOS RECONHECIDOS NO PERÍODO ANTERIOR	GASTOS DO PERÍODO	PROPORÇÃO FACE AO TOTAL DOS GASTOS	VARIAÇÃO PERCENTUAL FACE AOS GASTOS RECONHECIDOS NO PERÍODO ANTERIOR
Remunerações do pessoal	5 347 489,55	76,49%	3,74%	5 154 780,81	76,61%	7,18%
Encargos sobre remunerações	1 163 842,24	16,65%	-0,41%	1 168 596,49	17,37%	8,65%
Seguros acid. trab. e doenças prof.	168 695,09	2,41%	8,05%	156 123,53	2,32%	28,53%
Outros custos com o pessoal	311 405,62	4,45%	24,87%	249 380,12	3,71%	2,93%
Totais	6 991 432,50	100,00%	3,90%	6 728 880,95	100,00%	7,69%

16.4. Estado e Outros Entes Públicos

valores expressos em euros

ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	31.12.2021	31.12.2020
Ativo		
Imposto sobre o rendimento pessoas coletivas (IRC)	-	34 808,79
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	678,64	-
Total Ativo	678,64	34 808,79
Passivo		
Imposto sobre o rendimento pessoas coletivas (IRC)	(8 432,64)	-
Imposto sobre o rendimento pessoas singulares (IRS)	(37 759,00)	(32 456,00)
Contribuições para a segurança social (SS)	(88 393,96)	(76 580,98)
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	-	(20 535,98)
Caixa Geral de Aposentações (CGA)	(44 135,50)	(44 129,29)
Fundo de compensação (FCT/FGCT)	(2 076,45)	(1 781,78)
Total Passivo	(180 797,55)	(175 484,03)

16.5. Aplicação de Resultados

O exercício de 2021 findou com um resultado líquido positivo no montante 533 201,43 Euro (quinhentos e trinta e três mil, duzentos e um euros e quarenta e três cêntimos), propondo a Administração que o mesmo seja aplicado da seguinte forma:

- Reservas legais, no montante de 26 660,07 Euro (vinte e seis mil, seiscentos e sessenta euros e sete cêntimos);
- Resultados transitados, no montante de 506 541,36 Euro (quinhentos e seis mil, quinhentos e quarenta e um euros e trinta e seis cêntimos).

16.6. Responsabilidades por Garantias prestadas

À data de 31 de dezembro de 2021, a Empresa não reconhece quaisquer provisões ou contingências para garantias a terceiros, dado não se verificarem naquela data, nem tendo sido verificados ao longo

do período, eventos que justifiquem o reconhecimento. Por outro lado, para efeitos de garantia do cumprimento contratual, a empresa apresenta, a seu favor, as seguintes garantias:

valores expressos em euros

GARANTIAS PRESTADAS A FAVOR DA EMPRESA COMO GARANTIA DO CUMPRIMENTO CONTRATUAL	31.12.2021	
	TIPO DE GARANTIA	VALOR DA GARANTIA
Recolte/Ecoambiente, Porto	Garantia Bancária	974 431,00
Caixa Leasing e Factoring, S.A.	Depósito caução	212 154,05
Iveco Portugal Com.Veiculos Industriais, SA	Seguro crédito	200 630,00
Suma (Porto) - Serviços Urbanos e Meio Ambiente SA	Seguro crédito	115 952,05
Recolte, Serviços e Meio Ambiente (Porto), S.A.	Garantia Bancária	100 456,84
Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A.	Seguro crédito	76 725,00
WeServAmbiente, Lda.	Garantia Bancária	33 647,06
Formato Bin, Lda.	Depósito caução	32 187,80
DouroGás Natural - Com. de Gás Nat e Energia, S.A.	Garantia Bancária	24 000,00
Soma - Environmental Solutions, Lda.	Garantia Bancária	22 930,00
Resitul, Lda.	Garantia Bancária	19 990,00
BioRumo - Consultoria, Lda	Garantia Bancária	18 892,50
Horizonperspective, S.A.	Depósito caução	15 125,00
Sopsa Eco Innovation, S.A.	Seguro crédito	10 600,00
SGALD Automotive, SA	Garantia Bancária	9 635,28
EcoAmbiente, S.A.	Garantia Bancária	9 469,73
Totais	-	1 876 826,31

16.7. Diferimentos

valores expressos em euros

DIFERIMENTOS	31.12.2021	31.12.2020
Ativo		
Licenças e suporte informático	13 791,76	10 801,33
Seguros	363,37	363,37
Outros não discriminados	407,60	1 403,54
Total Ativo	14 562,73	12 568,24
Passivo		
Contratos Programa	(125 184,82)	(567 975,82)
Outros rendimentos com subsídios	(156 988,35)	(193 897,01)
Total Passivo	(282 173,17)	(761 872,83)

Porto, 31 de março de 2022

Contabilista Certificado



Paulo Sérgio Oliveira da Cruz

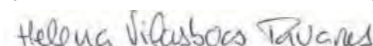
O Conselho de Administração



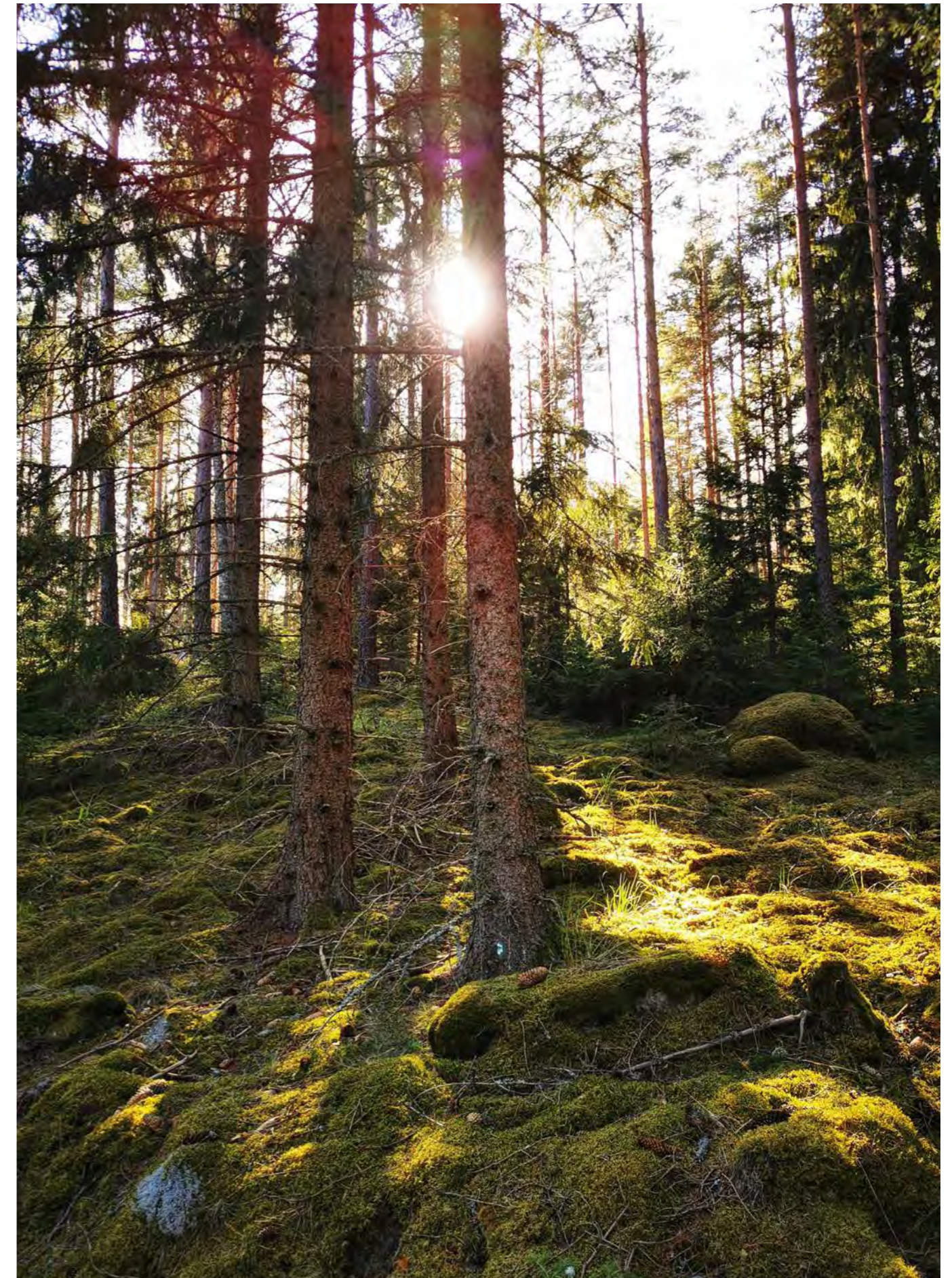
Filipe Manuel Ventura Camões de Almeida Araújo
(Presidente)



Luís Bragança de Assunção
(Vice-presidente)



Helena Vilasboas Tavares
(Administradora Executiva)



Certificação Legal das Contas

(Exercício findo em 31 de dezembro de 2021)



9

Certificação Legal das Contas relativa ao período findo em 31 de dezembro de 2021



Certificação legal das contas

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **PORTO AMBIENTE - EMPRESA MUNICIPAL DE AMBIENTE DO PORTO, E.M., S.A.** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2021 (que evidencia um total de 14 133 383,15 euros e um total de capital próprio de 5 429 109,06 euros, incluindo um resultado líquido de 533 201,43 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **PORTO AMBIENTE - EMPRESA MUNICIPAL DE AMBIENTE DO PORTO, E.M., S.A.** em 31 de Dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

mazars

- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

mazars

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 25.º, n.º 6, al. j) da Lei 50/2012, de 31 de Agosto, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Porto, 31 de Março de 2022

Mazars & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.

Representada por

Dr. José Fernando Abreu Rebouta (Revisor Oficial de Contas n.º 1023, registado na CMVM com o n.º20160637)

Rebouta.

Relatório e Parecer do Fiscal Único

(Exercício findo em 31 de dezembro de 2021)



10

Relatório e Parecer do Fiscal Único relativo ao período findo em 31 de Dezembro de 2021



Relatório e parecer do fiscal único

Senhores Acionistas,

No cumprimento do mandato que V. Exas. nos conferiram e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias acompanhámos com regularidade, extensão e metodologias consideradas adequadas, relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2021, a atividade **PORTO AMBIENTE - EMPRESA MUNICIPAL DE AMBIENTE DO PORTO, E.M., S.A.** examinámos regularmente os livros, registos contabilísticos e demais documentação, constatámos a observância da lei e dos estatutos e obtivemos da Administração os esclarecimentos, informações e documentos solicitados.

Durante o ano de 2021 emitimos os respetivos pareceres relativos (i) Contrato de Limpeza Urbana, (ii) Contrato de Gestão de Resíduos Urbanos e (iii) Relatórios Trimestrais de Execução Orçamental.

Na nossa qualidade de Revisores Oficiais de Contas auditámos as contas da sociedade reportadas a 31 de Dezembro de 2021 e, como parte dos trabalhos de auditoria, analisámos o processo de preparação e divulgação da informação financeira na referida data. O Balanço, a Demonstração dos Resultados por naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa, e o correspondente Anexo e o Relatório de Gestão, lidos em conjunto com a Certificação Legal das Contas com a qual concordamos, permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da Empresa e satisfazem as disposições legais e estatutárias em vigor. Os critérios de mensuração utilizados merecem a nossa concordância.

Com referência ao exercício de 2021, não recebemos quaisquer comunicações de irregularidades apresentadas quer por acionistas, colaboradores ou outros nem emitimos parecer relativamente a qualquer negócio realizado entre a sociedade e os membros do Conselho de Administração da Sociedade nos termos do Art. 397º do Código das Sociedades Comerciais.

Assim, somos de parecer:

- 1º Que sejam aprovados o Relatório de Gestão bem como o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa, e o correspondente Anexo apresentados pela Administração e relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2021.
- 2º Que não existem objeções à aprovação da proposta de aplicação de resultados apresentada pela Administração.

Porto, 31 de Março de 2022

Mazars & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.

Representada por Dr. José Fernando Abreu Rebouta (Revisor Oficial de Contas n.º 1023, registado na CMVM com o n.º20160637)

Considerações Finais



11

Considerações Finais

Este documento pode conter informações e indicações prospetivas (forward looking statements), no que diz respeito aos resultados das operações e às atividades da **Porto Ambiente**, bem como alguns planos e objetivos da Empresa face a estas questões, as quais foram baseadas em expectativas atuais ou em opiniões da gestão.

Estas indicações futuras (forward looking statements) estão sujeitas a um conjunto de fatores e de incertezas que poderão fazer com que os resultados reais difiram daqueles mencionados como indicações futuras, incluindo, mas não limitados, a alterações na regulação, indústria, da concorrência e nas condições económicas.

Indicações futuras podem ser identificadas por termos tais como “acredita”, “espera”, “antecipa”, “projeta”, “pretende”, “procura”, “estima”, “futuro” ou expressões semelhantes.

Embora estas indicações reflitam as expectativas atuais da Administração, as quais acreditamos serem

razoáveis, os investidores e analistas são advertidos de que as informações e indicações futuras estão sujeitas a vários riscos e incertezas, muitos dos quais difíceis de antecipar e para além do controlo da entidade, e que poderão fazer com que os resultados e os desenvolvimentos difiram materialmente daqueles mencionados em, ou subentendidos, ou projetados pelas informações e indicações futuras.

Alertamos ainda que, à data de conclusão deste relatório, e derivado das atuais circunstâncias, o Conselho de Administração encontra-se a acompanhar, de forma atenta o desenrolar da atual situação de conflito na Ucrânia e as suas possíveis repercussões na economia a nível nacional e mundial, que, nesta data, ainda não são possíveis antecipar com fiabilidade. Este efeito poderá vir a ter impacto sobre a atividade da Entidade, dependendo da evolução que esta situação venha a ter no futuro.

Advertimos assim os leitores e analistas a não dar uma inapropriada importância às informações e indicações futuras.



